

PERFIS E TRAJECTÓRIAS
DOS IMIGRANTES NOS AÇORES

PERFIS
TRAJECTÓRIAS



Gilberta Pavão Nunes Rocha (Coord.)
Octávio H. Ribeiro de Medeiros
Eduardo Ferreira

Ficha Técnica

Título

Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores

Promotor

Governo Regional dos Açores

Autores

Gilberta Pavão Nunes Rocha (Coord.)

Octávio H. Ribeiro de Medeiros

Eduardo Ferreira

Edição

Governo Regional dos Açores

Presidência do Governo

Secretário Regional da Presidência

Direcção Regional das Comunidades

Capa

Rui Melo

Execução Gráfica

Nova Gráfica, Lda.

Impressão

Nova Gráfica, Lda.

Depósito Legal

303565/09

Tiragem

1000 Exemplares

2009

Índice

| | |
|---|-----|
| Índice de Quadros | 5 |
| Índice de Gráficos | 11 |
| Apresentação | 17 |
| Prefácio | 19 |
| Nota prévia | 25 |
| Introdução | 27 |
| Capítulo 1: Perfis e percursos | 39 |
| 1.1 – Origem regional e nacionalidade | 40 |
| 1.2 – Idade e sexo | 44 |
| 1.3 – Instrução e profissão..... | 49 |
| 1.4 – Situação familiar..... | 62 |
| 1.5 – Caracterização por ilha | 66 |
| 1.6 – Tempo de permanência | 70 |
| 1.7 – Percursos migratórios | 75 |
| Capítulo 2: Mercado de trabalho e trajectórias profissionais | 93 |
| 2.1 – Tendências recentes do mercado de trabalho Açoriano e imigração..... | 94 |
| 2.2 – Mercado de trabalho e estrutura socioprofissional dos imigrantes | 104 |
| 2.3 – Mobilidade sectorial e profissional | 146 |
| Capítulo 3: Os Açores nos projectos migratórios | 165 |
| 3.1 – Continuidades e alternativas | 168 |
| 3.2 – Avaliação da experiência imigratória..... | 191 |
| Conclusão | 213 |
| Bibliografia | 223 |
| Anexos | 229 |

Índice de Quadros

Capítulo 1: Perfis e percursos

Quadro 1.7.1

| | |
|--|----|
| População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segundo a primeira ilha de residência (as quatro principais), por anos de chegada (%) | 83 |
|--|----|

Quadro 1.7.2

| | |
|--|----|
| População imigrante segundo a ilha de aplicação do inquérito, por ilha da primeira residência (%)..... | 84 |
|--|----|

Quadro 1.7.3

| | |
|--|----|
| População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal motivo de escolha dos Açores (%) | 86 |
|--|----|

Quadro 1.7.4

| | |
|--|----|
| População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal mecanismo impulsionador do processo migratório (%) | 89 |
|--|----|

Quadro 1.7.5

| | |
|--|----|
| População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal forma de financiamento da viagem inicial (%) | 90 |
|--|----|

Capítulo 2: Mercado de trabalho e trajectórias profissionais

Quadro 2.1.1

| | |
|--|----|
| Evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho nos Açores (2000-2007) | 95 |
|--|----|

Quadro 2.1.2

| | |
|---|----|
| Estimativas da população empregada nos Açores, por sexo e grupo etário (2004-2007) (%)..... | 97 |
|---|----|

Quadro 2.1.3

| | |
|--|----|
| População activa açoriana, por grupos profissionais, 2001 e 2006 (%) . | 99 |
|--|----|

Quadro 2.1.4

| | |
|--|-----|
| Evolução do VAB e níveis de emprego relativos aos sectores da Construção e do Alojamento e Restauração (1998-2006) | 101 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| Quadro 2.2.1 | |
| População imigrante segundo a situação face ao trabalho, por sexo (%) | 106 |
| Quadro 2.2.2 | |
| População imigrante segundo os sectores de actividade, por sexo (%) | 112 |
| Quadro 2.2.3 | |
| Repartição sectorial dos imigrantes em Portugal, em 2001 (%) | 114 |
| Quadro 2.2.4 | |
| População imigrante empregada segundo o vínculo contratual, por sexo (%) | 128 |
| Quadro 2.2.5 | |
| População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por tempo de residência nos Açores, 2008 (%) | 130 |
| Quadro 2.2.6 | |
| População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por sexo, em 2004 e 2008 (%) | 131 |
| Quadro 2.2.7 | |
| População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por região de origem, em 2004 e 2008 (%) | 132 |
| Quadro 2.2.8 | |
| População imigrante empregada segundo o regime de trabalho, por sexo e região de origem (%) | 135 |
| Quadro 2.2.9 | |
| População imigrante empregada segundo o regime de trabalho, por sectores de actividade (%) | 137 |
| Quadro 2.2.10 | |
| População imigrante empregada segundo o desempenho de uma actividade complementar à principal, por sexo, parentalidade e região de origem (%) | 139 |
| Quadro 2.2.11 | |
| Especificação de algumas das actividades complementares à principal (valores absolutos; N=32) | 141 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 2.2.12 | |
| População imigrante empregada, segundo a realização de horas extraordinárias, por sectores de actividade (%) | 145 |
| Quadro 2.3.1 | |
| População imigrante, segundo o principal meio de vida no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%) | 147 |
| Quadro 2.3.2 | |
| População imigrante segundo os sectores de actividade, no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%) | 151 |
| Quadro 2.3.3 | |
| Matriz de mobilidade sectorial entre o país de origem (última actividade) e os Açores (primeiros seis meses após a chegada) (%) | 154 |
| Quadro 2.3.4 | |
| Matriz de mobilidade sectorial entre a actividade exercida nos primeiros seis meses após a chegada aos Açores e a actividade exercida actualmente (%) | 155 |
| Quadro 2.3.5 | |
| População imigrante segundo os grupos profissionais, no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%) | 157 |
| Quadro 2.3.6 | |
| Matriz de mobilidade profissional entre o país de origem (última actividade) e os Açores (primeiros seis meses após a chegada) (%) ... | 160 |
| Quadro 2.3.7 | |
| Matriz de mobilidade profissional entre a actividade exercida nos primeiros seis meses após a chegada aos Açores e a actividade exercida actualmente (%) | 161 |
| Capítulo 3: Os Açores nos Projectos Migratórios | |
| Quadro 3.1.1 | |
| Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por níveis de instrução (%) | 173 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 3.1.2 | |
| Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por grupos socioprofissionais (%) | 174 |
| Quadro 3.1.3 | |
| Predisposição actual para sair dos Açores por predisposições na origem (%) | 178 |
| Quadro 3.1.4 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores, por tempo de permanência na Região (%)..... | 182 |
| Quadro 3.1.5 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores, por níveis de instrução (%) | 183 |
| Quadro 3.1.6 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores, por grupos socioprofissionais (%) | 186 |
| Quadro 3.1.7 | |
| Destinos escolhidos no universo dos inquiridos que afirmam pretender sair dos Açores (%) | 189 |
| Quadro 3.2.1 | |
| Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por níveis de instrução (%)..... | 196 |
| Quadro 3.2.2 | |
| Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por grupos socioprofissionais (%) | 198 |
| Quadro 3.2.3 | |
| Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social (%) | 200 |
| Quadro 3.2.4 | |
| Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por sexos (%) | 202 |

Quadro 3.2.5

Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por regiões de origem (% apenas na categoria "Boa") . 204

Quadro 3.2.6

Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por níveis de instrução (% apenas na categoria "Boa"). 206

Quadro 3.2.7

Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por grupos socioprofissionais (% apenas na categoria "Boa")..... 208

Índice de Gráficos

Capítulo 1: Perfis e Percursos

Gráfico 1.1.1

Imigrantes por Regiões de Origem em 2004 e 2008 (%) 42

Gráfico 1.2.1

Imigrantes por Regiões de Origem e Sexo (%) 44

Gráfico 1.2.2

Imigrantes por Regiões por Grupos de Idade (%)..... 46

Gráfico 1.2.3

Imigrantes por Grupos de Idade e Sexo 47

Gráfico 1.2.4

Imigrantes por Grupos de Idade em 2004 e 2008 (%) 48

Gráfico 1.3.1

Imigrantes por Níveis de Instrução..... 50

Gráfico 1.3.2

População dos Açores por Níveis de Instrução em 2001 (%) 50

Gráfico 1.3.3

Imigrantes por Sexo e Níveis de Instrução 51

Gráfico 1.3.4

Imigrantes por grupos de idade e Níveis de Instrução 52

Gráfico 1.3.5

Imigrantes por Regiões de Origem e Instrução (%) 53

Gráfico 1.3.6

Imigrantes por Instrução em 2004 e 2008 (%) 54

Gráfico 1.3.7

Imigrantes por Profissão (%) 55

Gráfico 1.3.8

Imigrantes por Profissão em 2004 e 2008 (%)..... 56

Gráfico 1.3.9

Imigrantes por origem Geográfica e Profissão (%) 57

| | |
|---|----|
| Gráfico 1.3.10 | |
| Imigrantes do Sexo Masculino, por Profissão, em 2004 e 2008 (%) | 59 |
| Gráfico 1.3.11 | |
| Imigrantes do Sexo Feminino, por Profissão, em 2004 e 2008 (%)... | 60 |
| Gráfico 1.3.12 | |
| Imigrantes por Instrução e Profissão (%)..... | 61 |
| Gráfico 1.4.1 | |
| Imigrantes por Região de Origem e Estado Civil (%) | 62 |
| Gráfico 1.4.2 | |
| Imigrantes com Filhos por Estado Civil (%) | 63 |
| Gráfico 1.4.3 | |
| Imigrantes por modalidade de coabitação e sexo (%) | 64 |
| Gráfico 1.4.4 | |
| Imigrantes por modalidade de coabitação e região de origem (%)..... | 65 |
| Gráfico 1.5.1 | |
| Imigrantes por Regiões de Origem nas várias ilhas (%) | 67 |
| Gráfico 1.5.2 | |
| Imigrantes por Idade nas várias ilhas (%)..... | 67 |
| Gráfico 1.5.3 | |
| Imigrantes por Nível de Instrução nas várias ilhas (%) | 68 |
| Gráfico 1.5.4 | |
| Imigrantes por Profissões nas várias ilhas (%)..... | 69 |
| Gráfico 1.6.1 | |
| Tempo de Permanência nos Açores, por regiões de origem (%)..... | 71 |
| Gráfico 1.6.2 | |
| Tempo de Permanência nos Açores, por nível de instrução (%) | 73 |
| Gráfico 1.6.3 | |
| Tempo de Permanência nos Açores, por Profissão (%) | 73 |
| Gráfico 1.6.4 | |
| Tempo de Permanência nos Açores, por ilha (%)..... | 74 |

Gráfico 1.7.1

Local de residência anterior à vinda para os Açores, por regiões de origem (%)..... 77

Gráfico 1.7.2

População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segunda a primeira ilha de residência (%) 80

Gráfico 1.7.3

População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segundo a região de origem, por primeira ilha de residência (%) 81

Gráfico 1.7.4

População imigrante segundo o local de residência anterior à vinda para os Açores, por sexo (%) 87

Capítulo 2: Mercado de trabalho e trajectórias profissionais

Gráfico 2.2.1

População imigrante activa por grupos de idade, em 2004 e 2008 (%).. 110

Gráfico 2.2.2

População imigrante activa segundo a ilha de exercício da actividade, por sectores de actividade (%) 113

Gráfico 2.2.3

População imigrante segundo os sectores de actividade, em 2004 e 2008 (%) 116

Gráfico 2.2.4

População imigrante activa segundo o nível de instrução, por sectores de actividade (%) 120

Gráfico 2.2.5

População imigrante activa segundo a origem geográfica, por sectores de actividade (%) 122

Gráfico 2.2.6

População imigrante empregada segundo a situação na profissão (%) 124

| | | |
|--|---|-----|
| Gráfico 2.2.7 | Distribuição dos imigrantes na situação de TCP por região de origem (%)..... | 126 |
| Gráfico 2.2.8 | Distribuição dos imigrantes na situação de TCP pelos principais sectores de actividade (%)..... | 126 |
| Gráfico 2.2.9 | População imigrante empregada segundo o vínculo contratual, em 2004 e 2008 (%)..... | 129 |
| Gráfico 2.2.10 | População imigrante empregada segundo o regime de trabalho (%)... | 135 |
| Gráfico 2.2.11 | População imigrante empregada segundo o desempenho de uma actividade complementar à principal (%) | 138 |
| Gráfico 2.2.12 | Realização de horas extraordinárias na actividade principal (%) | 142 |
| Gráfico 2.2.13 | Número de horas extraordinárias semanais (remuneradas e não remuneradas) (% acumulada)..... | 143 |
| Gráfico 2.2.14 | População imigrante empregada segundo a realização de horas extraordinárias, por o sexo (%) | 144 |
| Gráfico 2.3.1 | População imigrante com o trabalho como principal meio de vida, por sexos (%) | 148 |
| Gráfico 2.3.2 | População imigrante e o trabalho como principal meio de vida, por região de origem (%)..... | 149 |
| Capítulo 3: Os Açores nos Projectos Migratórios | | |
| Gráfico 3.1.1 | Predisposição inicial de regresso ao país de origem (%)..... | 169 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 3.1.2 | |
| Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por região de proveniência (%)..... | 169 |
| Gráfico 3.1.3 | |
| Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por grupos de idade (%)..... | 171 |
| Gráfico 3.1.4 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores (%) | 176 |
| Gráfico 3.1.5 | |
| Predisposição actual em relação à escolha dos Açores num novo processo migratório (%)..... | 177 |
| Gráfico 3.1.6 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores, por regiões de origem (%) | 179 |
| Gráfico 3.1.7 | |
| Predisposição actual para a saída dos Açores, por grupos de idade (%).. .. | 181 |
| Gráfico 3.1.8 | |
| Intenção de regresso ao país de origem no universo dos inquiridos que pretendem sair dos Açores (%) | 188 |
| Gráfico 3.1.9 | |
| Tempo previsto de regresso ao país de origem (%) | 190 |
| Gráfico 3.2.1 | |
| Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por sexo (%)... .. | 192 |
| Gráfico 3.2.2 | |
| Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por região de origem (%)..... | 193 |
| Gráfico 3.2.3 | |
| Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por grupos de idade (%)..... | 195 |

APRESENTAÇÃO

Os Açores foram, durante séculos, uma região de emigração. Esta caracterizou, historicamente, o quotidiano das ilhas, fez emergir espaços na Diáspora de grande significação económica e sociocultural, e moldou personalidades e sentimentos. Da saída massiva de açorianos para o Brasil, Uruguai, Estados Unidos, Havai, Bermudas e Canadá resultaram importantes comunidades, reconhecidas nas sociedades de acolhimento.

Os Açores conheceram, e conhecem, uma época de desenvolvimento sem igual, tornando-se numa região atractiva para muitos. Na maioria dos casos, a saída para outro país em busca de melhores condições de vida deixou de acontecer. Anualmente saem dos Açores com destino à emigração apenas cerca de 200 indivíduos, tendo como principal destino as Bermudas, num movimento migratório muito particular, já que é, necessariamente, limitado no tempo e cingindo-se a condições contratuais muito rígidas.

De região de emigração os Açores passaram, assim, a região de imigração, de pólo emissor parassaram a pólo receptor, registando hoje um saldo migratório positivo.

O aumento da imigração, provocado, em parte, pela necessidade de mão-de-obra, trouxe aos Açores outras nacionalidades, outras vivências, idiomas, sotaques, sentidos, modos de vida muito diferentes — uma diversidade cultural até

então desconhecida, apenas pontuada, ocasionalmente, por turistas em passeio pelo arquipélago e pelo regresso, em férias, de emigrantes.

Com o aumento dos fluxos migratórios foram criadas estruturas e desenvolvidos projectos, com vista ao apoio e integração destes imigrantes.

O Governo Regional dos Açores desenvolve, através da Direcção das Comunidades, um papel relevante na integração destes imigrantes e na preservação da sua identidade. Trabalha em rede, desenvolve parcerias e apoia estudos e projectos que tracem o retrato fiel das comunidades imigradas existentes na Região, permitindo, desse modo, auxiliar na decisão política e no esforço de acompanhamento das suas necessidades e aspirações.

O estudo que aqui se apresenta, encomendado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, tem precisamente por objectivo conhecer os perfis e trajectórias dos imigrantes residentes nos Açores e decorre de outro realizado no ano 2004.

Passados mais de dez anos sobre o fenómeno de incremento da imigração para os Açores e havendo uma estabilização de fluxos migratórios, importa conhecer quem escolheu os Açores como outra opção de vida.

Só assim se pode garantir a qualidade e eficácia do apoio e dos serviços que a Direcção Regional das Comunidades fornece aos imigrantes, bem como o colmatar de eventuais insuficiências que persistam no respectivo processo de integração e de harmonização multicultural.

É este o propósito principal do trabalho que temos a honra de editar.

Rita Machado Dias

PREFÁCIO

Imigrantes nos Açores? A ideia pode parecer estranha quando se sabe que o arquipélago tem uma longa história de emigração. É por essa via, aliás, que ele aparece associado ao fenómeno migratório nas representações colectivas dos portugueses.

Mas, de facto, assim é. Os imigrantes na região são já cerca de cinco mil, distribuídos por todas as ilhas, representam 2% da população residente e o seu número aumentou ao longo da década passada. São, principalmente, caboverdianos, ucranianos e brasileiros, estes em crescimento nos últimos anos, mas há também pequenos grupos de imigrantes de países da União Europeia e da Ásia. A grande maioria tem menos de 45 anos e, como em muitos outros contextos de imigração, há mais homens do que mulheres, embora a proporção de mulheres esteja a crescer.

Comprova-se, deste modo, que a imigração é hoje um fenómeno verdadeiramente nacional. Os Açores, S. Miguel e a Terceira em especial, têm, contudo, um poder de atracção próprio. Se é verdade que há um efeito mais amplo decorrente do facto de Portugal no seu todo se ter tornado um destino apetecido para imigrantes de todo o mundo, a maioria daqueles

que vivem no arquipélago foram directamente para lá a partir dos seus países de origem.

É uma nova realidade, que interpela de várias formas as populações receptoras e as suas instituições económicas, sociais, culturais e políticas, e que, antes de mais, é preciso estudar para conhecer. É o que fazem neste livro, a pedido das autoridades políticas regionais, Gilberta Rocha, Octávio Medeiros e Eduardo Ferreira, investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, que acrescentam mais um contributo original e valioso à literatura científica sobre o tema, depois de uma primeira abordagem em 2004, também coordenada por Gilberta Rocha.

O aspecto a que muito adequadamente dão mais atenção é a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Ao fazerem-no encontram, do mesmo passo, o principal factor explicativo deste novo fenómeno, que tem antecedentes já no final dos anos 70 do século passado, mas só ganha dimensão e visibilidade em data mais próxima. São as necessidades de mão-de-obra geradas pelo desenvolvimento do arquipélago que atraem às principais ilhas pessoas de vários continentes. Essas pessoas, em busca de melhores condições de existência, instalam-se nos Açores para trabalhar e com isso mudam definitivamente, mesmo que não o saibam, os cursos das suas vidas e também a vida da região.

O mercado de trabalho é, com efeito, mostram-no inúmeros estudos feitos nas sociedades de acolhimento, o campo onde mais se joga a situação social e as perspectivas futuras dos imigrantes económicos na primeira fase do ciclo migratório. O

trabalho, o salário, as horas extraordinárias, a possibilidade de enviar regularmente dinheiro para os familiares que ficaram no país de origem, são as preocupações essenciais dos imigrantes nesses primeiros anos. Também por isso a designação imigrantes económicos se lhes ajusta. Eles são, nesses anos iniciais, se assim se pode dizer, mais actores económicos do que actores sociais, culturais ou políticos.

É nessa fase que se encontra a generalidade dos imigrantes da região. Oitenta e cinco por cento têm menos de dez anos de residência, 43% menos de cinco anos, a sua taxa de actividade profissional é altíssima, superior a oitenta por cento, quase o dobro da taxa autóctone, o desemprego baixo. Embora o horizonte empírico do estudo seja o ano de 2008, os autores interrogam-se oportunamente sobre os efeitos que a actual crise económica global, agravada em 2009, poderá ter sobre a participação dos imigrantes no mercado de trabalho e até sobre a sua continuidade no território. Deixando de se fazer sentir o factor que determinou a sua vinda – a oferta de emprego – o fluxo de entradas pode cessar e, pelo menos em teoria, pode formar-se um movimento de saída, algo que é menos provável quando as migrações são mais antigas e estão mais enraizadas na sociedade de acolhimento.

Comparando dados de 2004 e 2008, os investigadores mostram que há alterações sensíveis na distribuição dos imigrantes por sectores de actividade, com menos pessoas na construção e mais na hotelaria, restauração, comércio e serviços pessoais, alterações que reflectem mudanças em curso na estrutura do mercado de trabalho açoriano. Mostram também que há uma associação directa entre a precariedade crescente

de certos segmentos de emprego e o trabalho imigrante. Se os autóctones podem rejeitar essas ocupações, os imigrantes não se importam de as aceitar e, por isso, eles têm, muito mais do que os primeiros, contratos a prazo, embora também se apure que a situação contratual vai estabilizando com o prolongamento do tempo de residência.

Um contributo particularmente importante deste estudo é a reconstituição das trajectórias profissionais dos imigrantes, aspecto decisivo para podermos compreender as suas modalidades de integração social. Tomando três momentos dessas trajectórias – o último ano no país de origem, os primeiros seis meses nos Açores e o ano de 2008, quando foi aplicado um inquérito a uma amostra de 637 pessoas – os autores analisam a mobilidade individual entre sectores de actividade e entre categorias profissionais. Sendo certo que alguns imigrantes trabalham por conta própria ou montam microempresas, a situação de longe mais comum é a do trabalho por conta de outrem e, sobre os que se encontram nessa situação, os autores concluem que há uma desqualificação profissional generalizada quando se comparam as posições ocupadas no país de origem com as que ocupam nos Açores, Essa desqualificação é só parcialmente invertida nos anos subsequentes.

Este é um quadro conhecido nas migrações laborais em geral. É preciso notar, contudo, que o estudo da mobilidade social entre países com graus de riqueza e de desenvolvimento diferentes não pode deixar de fora a dimensão específica dos salários auferidos, porque é aí que estão os ganhos objectivos e subjectivos dos imigrantes, ganhos que compensam a despromoção profissional e o desempenho de tarefas abaixo

do nível de escolaridade possuído, que também acontece neste caso. Os imigrantes são, de resto, mais escolarizados do que a população local.

Mas o trabalho agora publicado não se circunscreve à análise da inserção laboral dos imigrantes. No último capítulo, os autores detêm-se longamente nos projectos migratórios dos inquiridos e no lugar ocupado pelos Açores nesses projectos. É outro eixo de análise fundamental quando estão em causa populações migrantes recentes. Será que regressarão aos países de origem? Será que se fixam e vão pouco a pouco alargando a sua participação na vida social para além do aspecto estritamente laboral, deixando ser apenas actores económicos? Sabe-se que uma parte significativa das populações migrantes em todo o mundo acaba por se instalar definitivamente nos países de destino, mesmo que essa não tenha sido a intenção inicial, e que para isso contribui muito, entre outras razões, a existência de descendentes que nascem e crescem nesses países.

Mesmo não tendo passado tempo suficiente para que uma geração de descendentes numericamente significativa se tenha formado, a conclusão que se tira deste estudo é a de que os Açores já fazem parte do horizonte de vida de muitos imigrantes. Dois terços deles dizem que não pretendem deixar a região, sendo essa intenção mais marcada ainda entre os mais velhos e os que aí residem há mais tempo. É também claramente maioritária a percentagem dos que avaliam positivamente a sua presença no arquipélago. Particularmente bem cotados nessas avaliações estão o relacionamento com a população autóctone e o relacionamento no local de trabalho. É sinal de que os projectos migratórios estão a concretizar-se de acordo com o

desejado e que a sociedade receptora tem sido bem sucedida no acolhimento. Fica por saber, apenas, em que medida um eventual agravamento da situação de emprego devido à crise económica actual pode alterar este quadro de avaliações.

A concretizar-se a sedentarização dos imigrantes, algo que estes dados sugerem fortemente, novas questões de ordem social, cultural, simbólica, política, se colocarão ao interesse dos investigadores em ciências sociais a curto e médio prazo. Este não será, seguramente, o último trabalho sobre o assunto a sair do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

Fernando Luís Machado

NOTA PRÉVIA

Na sequência da intensificação dos fluxos imigratórios com destino aos Açores no início deste século, o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES - UA) realizou um trabalho de investigação sobre a situação dos imigrantes nos Açores (Rocha *et al.*, 2004), por solicitação da Direcção Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, do qual resultou um Relatório. Em finais de 2007, entendeu esta entidade actualizar a informação e conhecer as possíveis tendências evolutivas do fenómeno, encomendando um novo estudo que se centrasse, de modo mais específico, nas questões relacionadas com o emprego e a situação laboral da população imigrante. Esta necessidade, partilhada pela equipa do CES-UA, encontrava-se reforçada pelo facto de se pensar que os fluxos imigratórios que se verificaram na Região, no final da década de 90 e no princípio deste século, poderem ter derivado de uma situação conjuntural, indissociável da situação económica da altura e da necessidade de mão-de-obra em alguns sectores específicos do tecido económico regional (como, por exemplo, o da construção civil). Significa isto que a afirmação da manutenção destes mesmos fluxos necessitava de ser confirmada no presente, com uma nova análise, teórica e metodologicamente sustentada.

Assim, o trabalho que agora se edita resulta de uma adaptação de um estudo realizado em 2008, no qual se

retomaram alguns dos eixos analíticos privilegiados em 2004, procurando chegar a resultados comparativos capazes de revelar as referidas linhas de evolução. Além disso, considerou-se igualmente importante aprofundar outros vectores de análise, que permitissem não só explicar a presença da população imigrante nos Açores, como indicar perspectivas futuras acerca da sua permanência no arquipélago.

A adaptação para publicação mantém, em grande medida, a estrutura do Relatório entregue à Direcção Regional das Comunidades, em Maio de 2009, embora se tenha procurado desenvolver, no capítulo introdutório, o essencial das perspectivas teóricas subjacentes à investigação e expurgado, ao longo do texto, alguns gráficos cuja omissão não impedia uma cabal explanação das conclusões que deles se retirava. Esta última opção permite que o texto que agora se apresenta seja mais leve, sem que se perca o fundamental dos traços que pretendemos sublinhar. Todavia, a sua organização tem como suporte toda a informação trabalhada, numa sequência relativamente pormenorizada das variáveis seleccionadas.

Não queremos deixar de sublinhar que a análise efectuada se baseia nos dados recolhidos em 2008 e, como tal, não contempla a situação mais recente, designadamente do ano de 2009 no qual se releva a crise económica internacional. Esta tem tido reflexos na economia nacional e regional, afectando, de modo particular, alguns sectores de actividade, como o da construção civil e, compreensivelmente, os trabalhadores com maiores dificuldades de inserção laboral, muitos deles imigrantes.

Gilberta Pavão Nunes Rocha

INTRODUÇÃO

O número de estrangeiros residentes nos Açores, com exceção dos norte-americanos a viver na Base das Lajes, tem vindo a aumentar nos últimos anos. De acordo com a informação disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), verifica-se que, exceptuando estes últimos, o número de imigrantes, entre 2001 e 2007, varia, sensivelmente, entre os 2.500 e os 4.500 indivíduos. Se consideramos outras permanências na Região, através de vistos de trabalho, autorizações de permanência e outras, os quantitativos são um pouco mais elevados, embora a tendência seja para alguma estabilização em valores da ordem das 4.500 a 5.000 pessoas. Constata-se que, nos últimos anos, a diferença entre as duas categorias é cada vez mais diminuta, resultante em grande parte de um aumento mais significativo no número de residentes.

Com efeito, o ritmo de crescimento dos estrangeiros residentes tem, nos anos posteriores a 2005, os seus valores mais elevados. Em sentido inverso está a totalidade dos imigrantes, na qual estão incluídas outras situações além das respeitantes ao estatuto de residente, que, após um declínio relativamente acentuado de 2004 para 2005, regista alguma estabilização a partir desta última data. Configura-se, assim, nos últimos dois anos, uma preponderância dos imigrantes que já obtiveram as condições legais de residência e, conseqüentemente, uma possibilidade de estada mais prolongada e legalmente mais consolidada.

Neste contexto, o objectivo geral do presente estudo é o de caracterizar a população imigrante presente nos Açores, tentando, simultaneamente, perceber até que ponto a concretização das expectativas geradas antes da vinda e a avaliação subjectiva feita sobre a trajectória pessoal e a situação presente, especialmente em contexto laboral, mas também de relacionamento social, poderá condicionar decisões futuras acerca dos destinos migratórios desses mesmos imigrantes.

Releva-se, assim, a sua situação no mercado de trabalho e dos respectivos percursos profissionais, sabendo-se que estes são aspectos primordiais na melhoria das condições de vida que os levam à partida dos seus países de origem, questão aceite qualquer que seja a perspectiva teórica ou a disciplina científica que aborde a problemática migratória.

Situamo-nos numa abordagem essencialmente macro-analítica, que releva a importância da estrutura económica do país de acolhimento. Por isso se pretende perceber de que modo a oferta de emprego na Região surge como factor de satisfação que propicie a permanência dos imigrantes na sociedade açoriana, melhor dizendo, nas sociedades das várias ilhas açorianas, cuja diversidade deve ser sublinhada (Rocha, 1991). Não negligenciamos, todavia, outros elementos explicativos como a existência de redes sociais, que fomentam a permanência dos fluxos migratórios e lhes servem simultaneamente de elementos de integração social, bem como a percepção dos próprios na avaliação individual das opções que os trouxeram aos Açores.

De modo a realizar esta finalidade, procurou-se cumprir os seguintes objectivos específicos:

- 1) Proceder a uma caracterização sócio-demográfica da população inquirida e perceber as condições em que se desencadeou o processo migratório, realçando-se o

conhecimento do tempo de permanência e os respectivos percursos geográficos;

2) Conhecer o mercado de trabalho em que se inserem e as respectivas trajetórias profissionais, considerando-se a situação vivida no país de origem (durante o último ano de permanência aí), passando pelo momento de chegada aos Açores, até à actualidade;

3) Conhecer o quadro avaliativo traçado pela população imigrante acerca da sua experiência migratória e as intenções respeitantes quer à sua permanência na Região, quer à possibilidade de partida no curto ou médio prazo.

No propósito de se completar estes objectivos, optou-se por fazer derivar a linha de análise do presente estudo de um quadro teórico dotado de um certo carácter de complementaridade no que diz respeito às perspectivas explicativas do fenómeno migratório. Nesta medida, muitas das escolhas analíticas que se tornarão visíveis ao longo dos próximos capítulos, resultaram da adopção de uma abordagem que, não colocando de lado a importância do actor social e das decisões individuais por este tomadas, fosse capaz de conceder o ênfase necessário à influência de algumas estruturas (designadamente, do âmbito económico e social) sobre o agente migratório.

Assim, tanto os trabalhos de Harris e Todaro (1970), desenvolvidos ainda dentro da teoria económica neoclássica, como os de Piore (1979) e Portes (1981), surgidos uns anos mais tarde e sistematizados no modelo designado de *Mercado de Trabalho Segmentado*, não puderam deixar de enquadrar teoricamente a ideia de que a manutenção da oferta de emprego junto dos imigrantes a residir nos Açores, tem vindo a constituir um dos mais importantes factores de satisfação desta população e, por via disso, da sua permanência na Região.

Embora de acordo com alguns aspectos da modelo *Push-Pull* e das perspectivas desenvolvidas a partir das conhecidas premissas de Ravenstein, a *Teoria do Mercado de Trabalho*, defendida pelo primeiro par de autores, consegue fornecer-nos um pressuposto suficientemente enquadrador – ainda que excessivamente genérico – da influência dos factores estruturais sobre o processo migratório. Nesta perspectiva, a principal causa das migrações radica nos desequilíbrios que costumam caracterizar os mercados laborais a nível mundial, levando, por isso, a que os fluxos migratórios, em obediência às condições estruturais do mercado de trabalho internacional, se encontrem direccionados, de uma forma geral, dos lugares (países ou regiões) onde se verifica um excesso de mão-de-obra para aqueles onde se faz sentir a sua carência. Deste modo, as migrações tendem a apresentar-se como um mecanismo regulador dos desajustamentos existentes no mercado de trabalho internacional, cumprindo assim uma função concreta no que respeita à procura de um ponto de equilíbrio para o sistema económico mundial.

A importância específica que as sociedades receptoras parecem assumir dentro deste quadro bastante amplo (quer do ponto de vista geográfico quer analítico), e cujo interesse para este estudo é manifesto, pode ser respigada à perspectiva trabalhada por Piore e Portes, relativa, como se referiu, à existência, nas sociedades mais modernizadas, de um mercado de trabalho dual. A teoria em causa encontra-se desenvolvida no sentido de explicar que, não obstante o facto de encontramos no mercado de trabalho dessas sociedades um segmento designado de *secundário* – caracterizado pelos baixos salários, pela exigência de poucas qualificações, pelas fracas oportunidades de promoção e por debilidades diversas a nível

da protecção social dos trabalhadores –, este segmento não deixa de ser o principal factor de atracção de migrantes vindos de países menos desenvolvidos, pelo simples motivo de que aí encontram a oportunidade para passarem a desfrutar de um padrão de vida melhor do que aquele que possuíam na origem.¹ Esta melhoria generalizada das condições de vida é apresentada pelos defensores do modelo em causa – e apesar de não estarmos perante uma teoria centrada no indivíduo – como contribuindo para a avaliação positiva da permanência dos imigrantes na sociedade receptora, uma vez que se trata de um dos principais elementos que estão na base das expectativas favoráveis que os mesmos demonstram em relação ao seu futuro.

A par disso, e do ponto de vista específico das sociedades de acolhimento, o presente modelo defende ainda que uma imigração do tipo laboral permite satisfazer algumas necessidades próprias das economias mais avançadas, sendo habitual, por este motivo, assistir-se, em muitos casos, a um esforço, desenvolvido pelos agentes económicos e políticos, para que os fluxos se mantenham no tempo. Entre essas necessidades, e para além do reconhecido contributo que a imigração pode dar na resolução de alguns dos mais prementes problemas demográficos apresentados pelas sociedades desenvolvidas, assume particular importância o facto de se entender que a generalidade da mão-de-obra está disposta a aceitar desempenhar tarefas pouco qualificadas a troco de salários e estatutos sociais considerados pelos autóctones como sendo baixos e desprestigiantes.

Mas se, desde a fase inicial do presente estudo, sempre nos pareceu legítimo admitir que a chegada continuada de

¹ Complementarmente, os autores defendem a existência de um segmento *primário*, onde predomina o alto nível salarial, a estabilidade e boas condições de emprego, perspectivas de uma carreira profissional, etc..

novos imigrantes à Região e a sua permanência, mais ou menos prolongada no tempo, pudessem estar dependentes das condições económicas existentes na sociedade açoriana – nomeadamente das que se referem à oferta de trabalho – nunca nos pareceu menos razoável tentar procurar respostas no papel que alguns grupos étnicos, através da sua progressiva consolidação, têm vindo a desempenhar na evolução e nas características mais recentes do fenómeno migratório nos Açores. A hipótese, por nós levantada, de que os últimos dez anos constituíram tempo suficiente para que, em conjugação com outros factores, se tivessem vindo a estruturar algumas redes sociais (sobretudo de carácter étnico), capazes de explicarem quer a manutenção do fluxo migratório quer a permanência de alguns grupos de imigrantes, conduziu-nos à adopção, em certos momentos da análise, de um enquadramento teórico complementar ao anteriormente apresentado. Na verdade, qualquer uma das duas propostas atrás referidas revelam um défice quanto à possibilidade da vinda e da fixação dos imigrantes se encontrar dependente de outros factores de natureza não estritamente económica, como sejam, por exemplo, alguns laços sociais de grau elevado (familiares e não só) ou ainda certas formas de solidariedade étnica de base territorial.

Podendo compreender laços étnicos, familiares, de amizade ou de outro tipo, as redes migratórias devem ser entendidas, em primeiro lugar, como constituindo uma forma de capital social passível de ser mobilizado, por parte dos migrantes, com a finalidade de atenuar, contrariar ou resistir às dificuldades inerentes ao seu projecto migratório (Massey, 1987; Portes, 1995). Deste ponto de vista, e para o agente migratório em particular, estas estruturas costumam ser não apenas um meio privilegiado de obtenção de informação, mas também de suporte

(por vezes, até material) ao longo do seu processo de adaptação na sociedade de destino (Slotnick, 2003).

Paralelamente a isso, e como referem Portes e Böröcz (1989), as redes ajudam a explicar o carácter duradouro dos fluxos migratórios, sobretudo quando se verifica uma troca permanente de informação, entre os pontos da rede situados na sociedade de destino e na de partida, acerca dos mais variados aspectos que, a montante e a jusante, caracterizam o fluxo em questão. Dentro dos principais modelos explicativos existentes neste domínio, tanto a *Teoria das Redes Migratórias* como a *Teoria da Causalidade Cumulativa* defendem que, na prática, tais estruturas não deixam de formar e moldar a opinião dos indivíduos acerca das vantagens e dos custos associados a um determinado movimento migratório, contribuindo, portanto, para a aceleração, a manutenção ou o abrandamento do ritmo demonstrado por esses fluxos. Nesta perspectiva, cada migrante, candidato a migrante ou potencial migrante é visto como um actor racional que, entrando em linha de conta com o valor que atribui a essas redes em termos de capital social mobilizável, toma decisões acerca do seu próprio projecto migratório, raciocínio este que, uma vez extrapolado para um número bastante amplo de indivíduos, pode ajudar a entender melhor as alterações verificadas na dinâmica dos fluxos (Massey *et al.*, 1998). Um dos casos em que a sustentação destes se fica a dever, em grande medida, ao papel das redes, tem a ver com o aumento do *stock* de imigrantes de uma determinada comunidade de origem, o qual, à medida que cresce, contribui para reduzir o custo das migrações subsequentes para um

conjunto de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico (Massey e España, 1987).²

Uma das principais vantagens em se convocar para os estudos sobre as migrações uma perspectiva deste tipo, reside, desde logo, em conseguir aliviar o peso, por vezes excessivo, que as teorias clássicas costumam emprestar às estruturas macro e micro na explicação do fenómeno migratório. Isto não retira, como é óbvio, a importância que os factores respeitantes quer aos contextos económicos das sociedades de origem e de destino, quer ao domínio das políticas migratórias, têm neste âmbito. Inclusivamente, importa salientar que a activação/desactivação e a intensidade das redes sociais de apoio às migrações, constituem aspectos, muitas vezes, conformes às condições apresentadas pelo mercado de trabalho e às oportunidades e constrangimentos gerados pelas políticas migratórias (Faist, 2000).

Como alguns trabalhos de referência nacional têm vindo a sublinhar (Pires, 1999; Pires, 2003; Machado, 2002, entre outros), o movimento imigratório no nosso país é, em grande medida, um fenómeno com origem em regiões geográficas e em países que mantiveram, durante décadas ou séculos, relações intensas com Portugal. Na verdade, e no domínio das migrações internacionais, Portugal, Brasil e alguns países africanos podem ser apontados, no seu conjunto, como um exemplo claro do que Salt (1989) designou de *rede macro-regional*, ou seja, um conjunto de territórios à escala global que, ao longo do tempo, são capazes de sustentar fluxos migratórios entre si,

² Alguns estudos mais recentes (ver, por exemplo, Bauer, 2000) têm vindo a demonstrar a inversão desta lógica, provando empiricamente que, por vezes, se o volume de imigrantes numa determinada localidade é demasiado elevado, pode vir verificar-se uma diminuição da probabilidade de se migrar para aquele destino. Geralmente, trata-se de uma situação resultante da actuação de factores "externos", como a saturação do mercado de trabalho, a existência de políticas de imigração que envolvam "quotas", entre outros.

independentemente do seu tipo e do facto das intensidades poderem variar em função do sentido em que esses movimentos se processam.

Embora, como sabemos, a imigração nos Açores seja recente, a verdade é que é um fenómeno que se enquadra no plano nacional e no qual acaba por estar reflectida esta influência geográfica e histórica. Isto verifica-se não só relativamente à situação actual, em que se nota, desde logo, o peso muito significativo de africanos e de brasileiros na composição da estrutura da população imigrante nos Açores, como remete para um contexto de acolhimento mais recuado, como foi aquele em que, a partir do final da década de 70, a Região começou a acolher uma pequena comunidade oriunda de Cabo-Verde.

Em face disso, um terceiro tipo de enquadramento teórico que sustenta alguns pontos da análise desenvolvida prende-se com a noção de *sistema migratório* e com a relevância que os contextos históricos assumem na dinâmica demonstrada por determinados fluxos (Kritz e Zlotnik, 1992). Nesta perspectiva, um sistema migratório, envolvendo certos países e/ou regiões, forma-se e adquire uma dinâmica própria através da manutenção, perpetuada no tempo, de trocas diversas, sejam estas migratórias, comerciais, financeiras, culturais ou tecnológicas. Segundo os defensores desta teoria, a conservação de tais relações, durante um período mais longo de tempo, molda um determinado contexto histórico, o qual acaba por ser tido em conta no processo de decisão dos candidatos a migrantes, levando, frequentemente, a que estes optem por países ou regiões que compõem esse mesmo sistema. No plano ideal, e sem a interferência de outros factores que o contrariem, a recorrência desta prática contribui para a consolidação, cada vez maior, de um sistema migratório que se auto-alimenta. Uma das principais vantagens desta linha teórica

prende-se com o seu contributo para a explicação da existência prolongada de alguns fluxos migratórios e da sobrepresença de determinados grupos étnicos quando se atende a certas estruturas de população imigrante.

Uma vez explicitados estes considerandos teóricos, importa referir que, de acordo com os mesmos e com os objectivos anteriormente apontados, se optou que este estudo seguisse uma estratégia de investigação de carácter extensivo, com recurso ao método de recolha por questionário³.

Com base em informação disponibilizada pelo SEF (Relatório Anual – 2007)⁴, a definição da amostra pautou-se pela distribuição do volume da população imigrante com estatuto de residente, por região de origem e por ilha de fixação. No campo das limitações do plano de amostragem importa salientar que a inexistência de dados que obedecessem a este nível de desagregação, nomeadamente por ilha, relativa a outros estatutos legais de estadia em território nacional, impossibilitou que fossem contabilizados os cidadãos estrangeiros titulares de autorizações de permanência e de vistos de longa e de curta duração.

No que se refere às opções tomadas, e à semelhança do que havia sido decidido no estudo realizado em 2004, excluiu-se do universo de estrangeiros residentes na Região, quer os militares americanos e seus familiares sedeados na Base das Lajes, quer o grupo de cidadãos provenientes dos Estados Unidos da América e Canadá, cuja opção decorre do passado emigratório do arquipélago para aqueles destinos, pois as suas motivações de residência são distintas das que norteiam os objectivos do presente trabalho, no qual o enfoque analítico

³ Cf. Anexo I

⁴ Pelo facto, agradecemos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na pessoa do Inspector José Gomes, a disponibilização de informação não publicada.

privilegiado é, sobretudo, o de uma abordagem aos movimentos migratórios de natureza laboral e profissional. A inclusão neste estudo dos estrangeiros residentes nos Açores oriundos de países pertencentes à União Europeia, cuja motivação pode nem sempre estar associada a motivos económicos e consequente inserção no mercado de trabalho, não deve ser perspectivada como colidindo com aquele pressuposto. Com efeito, quando isto não acontece, não deixam de ter um potencial analítico como um grupo de referência comparativa com os restantes elementos que constituem o objecto primordial da presente análise.

Outra das opções metodológicas que determinou o plano de amostragem, foi a de se proceder à realização do inquérito no conjunto das ilhas onde o fenómeno imigratório configura a sua representatividade a nível regional. Deste modo, apenas se considerou as ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, onde, no total, e segundo a fonte acima mencionada, o volume de população estrangeira com o estatuto de residente ronda os 92%. De entre os vários factores que apoiaram esta decisão – a qual, aliás, também já havia sido tomada no âmbito do estudo anterior – refira-se, para além de um não negligenciável empolamento dos custos de recolha de informação, o carácter de elevada mobilidade geográfica de que se reveste a população em análise. Em virtude da pequenez de efectivos testemunhada em algumas ilhas do Arquipélago, entendeu-se que o desfasamento temporal verificado entre o momento em que foram produzidos os dados utilizados na definição da amostra e a fase de inquirição, poderia, nalgum caso, implicar uma desconformidade entre o plano de amostragem e a realidade estatística nessas ilhas. Além disso, dada a sua ordem de grandeza, a diferença percentual que caracteriza o volume de população estrangeira residente no conjunto daquelas quatro

ilhas e o todo regional acaba por encontrar uma diluição nos resultados da análise efectuada, facto que reforçou igualmente a opção metodológica em causa.

De acordo com estes vários considerandos, a dimensão da amostra calculada foi de 637 indivíduos, comportando um erro máximo não superior a 3,5%, num nível de confiança a 95%. Com o objectivo de contrariar algumas tendências de enviesamento, respeitante às características da população que serviu de base à definição da amostra, foram fixadas quotas de sondagem de acordo com a regra da proporcionalidade cruzada das variáveis *ilha de residência* e *região de origem* dos imigrantes. Para o efeito, respeitou-se a proporcionalidade de incidência do fenómeno em cada uma das ilhas anteriormente referidas, cruzando-a com o peso relativo apresentado por cinco grandes grupos de origem geográfica – *África, América Central e do Sul, União Europeia, Resto da Europa e Ásia e Outros*. Deste modo, obtiveram-se os seguintes quantitativos populacionais: por ilha, S. Miguel (40,3%), Terceira (25,6%), Faial (20,6%) e Pico (13,5%); por região de origem, África (29,7%), América Central e do Sul (26,7%), União Europeia (18,5%), Resto da Europa (18,8%), Ásia e Outros (6,3%).

CAPÍTULO 1

PERFIS E PERCURSOS

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Eduardo Ferreira

Neste primeiro capítulo pretende-se fazer uma caracterização genérica da população imigrante nos Açores, por idade, sexo, instrução e profissão, relevando a sua origem e nacionalidade. Entendemos ser de salientar também o contexto familiar dos imigrantes, criando, assim, o pano de fundo para uma análise mais específica sobre o seu trabalho e profissão e, de algum modo, a própria integração social, que terá lugar nos próximos capítulos. Pretende-se, ainda, perceber a capacidade que a Região tem de captar e manter os fluxos de entrada de estrangeiros. Ou seja, compreender se estes têm um carácter conjuntural, mais dependente de factores externos, que de algum modo os determinam ou se, ao contrário, a vinda para os Açores corresponde a uma opção por este arquipélago e a permanência a uma decisão fundamentada numa integração profissional e social, aspectos estes que desenvolveremos nos 2.º e 3.º capítulos.

Atender-se-á, fundamentalmente, a uma análise sobre o Arquipélago, embora se especifique, em ponto próprio, a situação em cada uma das ilhas, realçando, assim, as principais similitudes e diferenças que nelas encontramos.

1.1 – Origem regional e nacionalidade

A consideração da proveniência geográfica e a nacionalidade dos imigrantes é um aspecto central na sua caracterização e no conhecimento dos fluxos migratórios. Não só as regiões de origem têm características económicas, sociais e culturais próprias, que influenciam de modo distinto as motivações à partida e as condições de inserção no país de acolhimento, como apresentam diferentes proximidades históricas com os destinos, aspectos que não são negligenciáveis no relacionamento e até nas possibilidades de uma permanência mais ou menos sustentada. Podem ser, de resto, o pano de fundo de uma diversidade social e cultural identificadora da região de imigração.

A maioria dos imigrantes residentes nos Açores provém do continente europeu, com um valor global de cerca de 37,0%, embora repartidos de modo quase equitativo entre os nacionais da União da Europeia e os do Resto da Europa, espaços que apresentam percentagens de, respectivamente, 18,5% e 18,8%. Seguem-se os africanos, com um peso relativo da ordem dos 30,0%. Todavia, são em número relativamente semelhante aqueles que são nacionais da América Central e do Sul, que registam uma percentagem de 26,7%, enquanto que os asiáticos têm um quantitativo bastante inferior, pouco mais de 6,0% do total dos estrangeiros que vivem na Região.

A distribuição por países⁵ revela que, na União Europeia, é a Alemanha que regista a maior percentagem (3,6%), depois a Suécia (3,0%) e Itália (2,3%). No Resto da Europa, são os provenientes da Ucrânia (11,6%), que surgem com maior preponderância.

⁵ Cf. Anexo II.

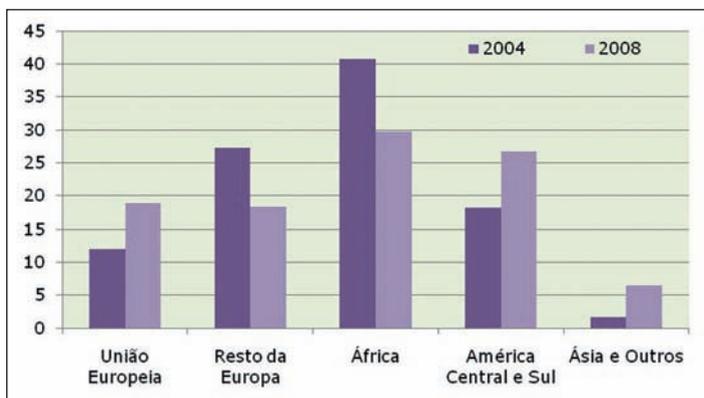
Os oriundos de Cabo Verde (21,0%) são aqueles que registam valores superiores em relação às restantes nacionalidade africanas, enquanto que na América Central e Sul são os de nacionalidade brasileira os que apresentam maior representatividade (24,8%). Relativamente aos provenientes da Ásia, são os chineses que têm o valor mais elevado (3,0%).

Temos, assim, origens muito diversificadas, dispersas por um número muito significativo de países, embora a grande maioria apresente valores bastante baixos, sendo nos naturais da União Europeia que encontramos o melhor exemplo desta dispersão, com quantitativos que oscilam entre os 0,3% e os 3,6%.

Sublinha-se, assim, pelos seus elevados valores, os casos do Brasil, de Cabo Verde e da Ucrânia, os únicos países que são efectivamente preponderantes nas respectivas regiões e que abarcam cerca de 58,0% do total de imigrantes.

A importância de alguns países torna-se especialmente notória no quadro das respectivas regiões. É assim que no caso da União Europeia, sobrelevam, como países de origem dos imigrantes, a Alemanha, a Suécia, a França e a Itália. Já no que respeita aos do Resto da Europa a diferença ainda é mais evidente para a Ucrânia, que é o país de origem de mais de 60,0% dos imigrantes desta região. Verifica-se uma concentração ainda mais acentuada em Cabo Verde, com cerca de 70,0% dos imigrantes do continente africano. Mas é na América Central e do Sul que ela é mais significativa, com o Brasil a representar mais de 90,0% do total de imigrantes deste sub-continente, enquanto que a China se aproxima de metade dos da Ásia e Outros.

Gráfico 1.1.1: Imigrantes por regiões de origem em 2004 e 2008 (%)



Comparando a situação em 2008 com a verificada em 2004, constata-se que há uma diminuição da importância relativa dos provenientes do Resto da Europa e da África e um aumento nos das outras regiões. Se no caso da União Europeia, até por comparação com o Resto da Europa, a situação de acréscimo pode dever-se, em parte, a alterações resultantes da inserção de novos países no quadro comunitário, o mesmo não se pode dizer no caso de África, cuja diminuição, de cerca de dez pontos percentuais, que não é de minimizar, não encontra de imediato uma explicação da mesma natureza. De sublinhar, ainda, os do continente americano que passam de 18,2% para 26,7%.

De modo mais específico, ou seja, tendo em conta os países que são preponderantes no quadro de análise da origem dos imigrantes nos Açores, os aspectos mais significativos observados entre 2004 e 2008 respeitam ao aumento da importância relativa dos brasileiros, cujos quantitativos passam de 18,2% para 24,8%; a uma estabilização dos cabo-verdianos, com um valor percentual da ordem dos 21,0% e um decréscimo acentuado dos ucranianos, que registam uma diminuição da

ordem dos oito pontos percentuais, isto é, passam de uma percentagem de 19,0% para 11,6%, tendência que se insere na observada a nível nacional (Baganha, 2006). De salientar, ainda, a diminuição dos angolanos, cujo valor é na primeira data de 12,5%, para na segunda se situar apenas nos 4,5%, e o aumento dos chineses que passam de 1,0% para 3,0%. De resto, a diminuição, ainda que pouco significativa, é bastante generalizada, contrapondo-se, no entanto, a esta tendência o alargamento de representação a muitos outros países, facto bem visível em todas as regiões, e que demonstra o acréscimo da diversidade na origem dos imigrantes residentes nos Açores entre as duas datas.

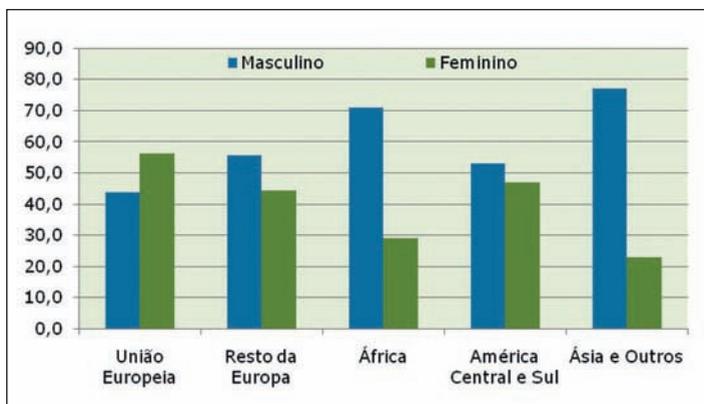
Se estas alterações não podem ser dissociadas das ofertas ao nível do emprego e das características do mercado de trabalho regional, podem ser considerados outros factores de natureza social, cultural e histórica, sabendo-se as relações privilegiadas que os habitantes das ex-colónias portuguesas mantêm com o nosso país, com o qual partilham a língua. Este facto pode justificar o aumento dos nacionais do Brasil, país que firmou com Portugal vários acordos relativos à imigração e à legalização dos imigrantes, bem como a estabilização dos provenientes de Cabo Verde, região arquipelágica, tal como os Açores, uma vez que também existe maior intercâmbio institucional entre as duas regiões insulares do que entre os Açores e outros países africanos.

Assim, e independentemente da análise respeitante à duração da permanência nos Açores, parece-nos visível a importância de imigrantes provenientes do Brasil, alguns forçosamente há pouco tempo, a estabilização da corrente migratória proveniente de Cabo Verde e a diminuição de imigrantes do Leste Europeu, designadamente da Ucrânia.

1.2 – Idade e sexo

Variáveis base de qualquer caracterização demográfica, a idade e o sexo, nomeadamente a primeira, configuram o ponto de partida de uma percepção mais aprofundada das vantagens da imigração, tanto no que respeita ao rejuvenescimento populacional (Rosa, 2003), como ao dinamismo económico e à diversidade cultural, sabendo-se que são as pessoas mais novas e activas as que têm maior propensão à saída. Também o equilíbrio quantitativo entre os sexos propicia o rejuvenescimento demográfico, por via da natalidade, e dá um enquadramento familiar mais adequado, quer nas relações de conjugalidade entre os imigrantes, como destes com os nacionais e outros residentes do país ou região de acolhimento.

Gráfico 1.2.1 - Imigrantes por regiões de origem e sexo (%)



Como frequentemente acontece, o fluxo imigratório açoriano é preponderantemente masculino, com cerca de 59,0% de homens no total de imigrantes, facto que só encontra excepção nos provenientes da União Europeia, nos quais observamos um

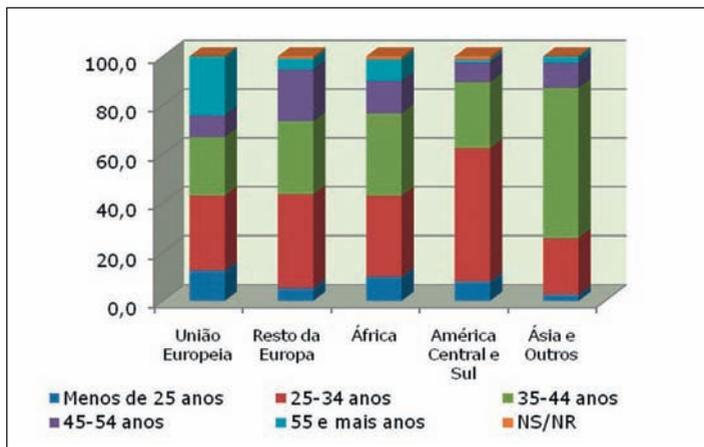
peso relativo mais significativo de elementos do sexo feminino, da ordem dos 56,0%. Nos provenientes da América Central e do Sul, que são fundamentalmente do Brasil, como vimos, a desigualdade na repartição quantitativa entre homens e mulheres também é pouco relevante, embora neste caso o valor mais elevado vá para os primeiros, que registam um valor percentual de 53,1%. A desigualdade entre os sexos sobressai, no entanto, nos oriundos de África e Ásia, grupos em que os imigrantes do sexo masculino representam mais de 70,0%.

Entre 2004 e 2008, verificam-se algumas alterações dignas de registo. No caso dos homens, é significativo o aumento da importância relativa dos naturais da América Central e do Sul e da União Europeia e consequente diminuição dos africanos e dos do Leste Europeu. No caso das mulheres a situação é similar ao primeiro caso, ou seja, correspondente a um aumento das que são provenientes da América Central e do Sul, fundamentalmente do Brasil, como já vimos, aspecto que se verifica igualmente nas que são naturais do Resto da Europa, o que não acontecia no caso dos homens. De sublinhar também a diferença na evolução dos homens e mulheres na União Europeia, onde verificamos um aumento no primeiro caso e uma diminuição no segundo.

Se atendermos à idade, observamos uma maior concentração nas idades activas mais jovens, em especial no grupo com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, com 38,4% do total. No entanto, o grupo etário que se lhe segue, entre os 35 e os 44 anos, tem também um valor elevado, 31,4%. Com efeito, cerca de 80,0% dos imigrantes têm idades inferiores a 45 anos. São em número bastante limitado os que têm menos de 25 anos e mais de 55, com um valor percentual da ordem dos 8,5% cada. Neste sentido, podemos afirmar que se os mais

velhos têm pouca representatividade o mesmo acontece com os mais novos, ou seja, os que têm idades inferiores a 25 anos.

Gráfico 1.2.2: Imigrantes por regiões por grupos de idade (%)



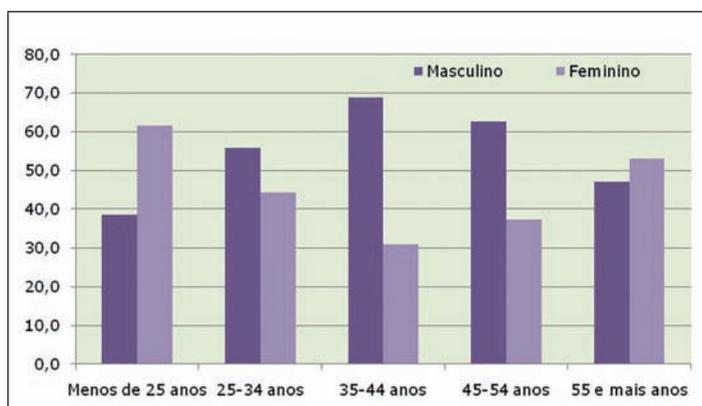
Considerando esta variável por regiões, verifica-se que, não obstante alguma similitude, nomeadamente na preponderância daqueles que estão em idade activa jovem, as desigualdades são manifestas. Destaca-se o maior envelhecimento dos naturais da União Europeia, nos quais cerca de um quarto estão inseridos no nível etário dos 55 e mais anos, o que não acontece em mais nenhuma outra região. Mas é também neles que encontramos um maior valor percentual de população com menos de 25 anos, registando também neste caso uma situação relativamente singular, que encontra, no entanto, alguma semelhança com o grupo proveniente do continente africano.

De sublinhar, ainda, a relativa juventude dos provenientes da América Central e do Sul, na sua grande maioria brasileiros, como já vimos, que se apresentam como os mais jovens, pois mais de 60% têm idades inferiores a 35 anos, com um peso

relativo muito relevante, de 54,3%, no grupo etário entre os 25 e os 34 anos. Sublinha-se a situação bem distinta dos naturais da União Europeia – que pela sua preponderância respeita fundamentalmente aos alemães, suecos, italianos e franceses – daquela que caracteriza os sul-americanos, na sua grande maioria brasileiros.

A diversidade dos asiáticos é também notória, com um peso muito significativo nas idades intermédias, principalmente as compreendidas entre os 35 e os 44 anos. É um grupo pouco jovem, mas também sem uma forte representatividade nos mais idosos, concentrando-se a grande maioria na idade activa central.

Gráfico 1.2.3: Imigrantes por grupos de idade e sexo

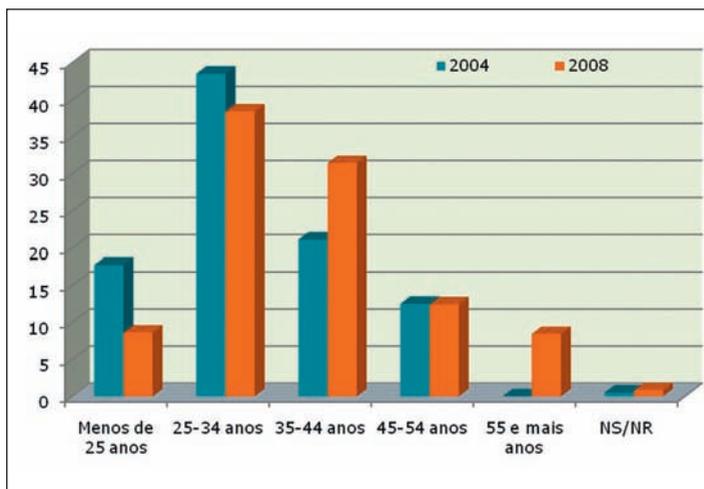


Se a maioria dos imigrantes é do sexo masculino, esta é uma realidade que respeita aos grupos de idade mais representativos, pois tanto nos mais jovens como nos mais velhos, neste caso com pouca diferença, as mulheres estão em maior número.

Considerando a evolução entre 2004 e 2008, constata-se um envelhecimento da população imigrante, com um

decréscimo nas idades mais jovens e um aumento nas mais avançadas. Esta é particularmente significativa no grupo com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos. Assim, e apesar de podermos dizer que, em 2008, os imigrantes são ainda uma população preponderantemente jovem, tal não implica que não se tenha verificado um envelhecimento nestes quatro anos, como resultado provável de uma permanência mais prolongada dos anteriores fluxos e/ou entradas de pessoas mais velhas, facto que poderá ser melhor explicado quando analisarmos a duração da permanência dos imigrantes. Se esta traz vantagens inequívocas no que respeita à integração económica e social e à vivência do pluralismo cultural, que beneficia tanto a população imigrante como a região de acolhimento, os Açores podem vir a necessitar de novos fluxos de população jovem para que se mantenha o referido rejuvenescimento demográfico.

Gráfico 1.2.4: Imigrantes por grupos de idade em 2004 e 2008 (%)



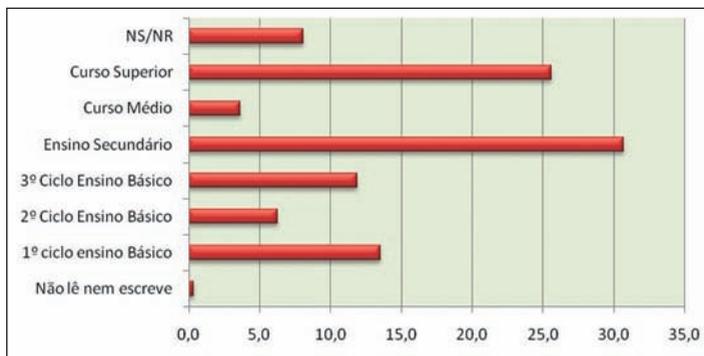
Apesar de algum envelhecimento observado nos últimos anos a população imigrante nos Açores é jovem, preponderantemente masculina, ainda que a relação entre o número de homens e mulheres seja distinta entre as várias regiões, mais feminizada no caso dos naturais da União Europeia.

1.3 – Instrução e profissão

Sendo a motivação de carácter económico um dos determinantes fundamentais da mobilidade, a sua justificação encontra-se consubstanciada no exercício de uma actividade laboral. Esta apresenta-se intimamente associada não só à estrutura do mercado de trabalho do país de acolhimento, mas também à adequação da população imigrante às diferentes profissões e esta, por sua vez, dependente dos seus níveis de educação formal e informal. Neste sentido, pode pensar-se numa forte correlação entre estas duas variáveis, instrução e profissão, o que não quer dizer que, por vezes, elas não possam surgir dissociadas, verificando-se, por exemplo, o exercício de profissões pouco qualificadas por parte de uma população com elevado nível de conhecimentos e competências.

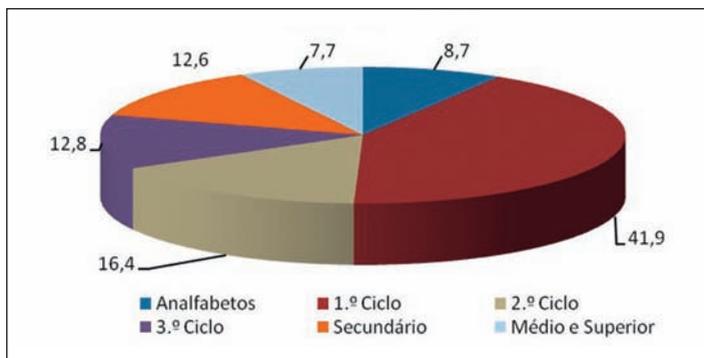
O nível de instrução dos imigrantes residentes nos Açores é relativamente elevado, tendo mais de metade pelo menos o Ensino Secundário e, destes, 25,0% o Ensino Superior. É uma situação bem distinta daquela que encontramos na globalidade da população do Arquipélago, onde a grande maioria se situa em níveis de educação formal bastante inferiores, como se pode verificar no Gráfico 1.3.2.

Gráfico 1.3.1: Imigrantes por níveis de instrução



Com efeito, enquanto que o 1.º Ciclo do Ensino Básico é francamente maioritário na globalidade da população dos Açores, com um valor percentual de 42,0% em 2001, nos imigrantes este nível de ensino abrange uma proporção bastante menor, de 13,5%. Em sentido inverso, os graus de escolaridade mais elevados, designadamente o conjunto formado pelo Ensino Médio e Superior, atingem nestes últimos quase 30,0%, enquanto que na totalidade da população do arquipélago não ultrapassam os 7,7%.

Gráfico 1.3.2: População dos Açores por níveis de instrução em 2001 (%)

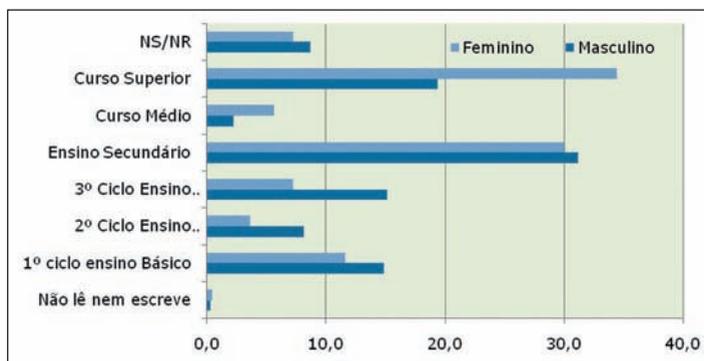


Fonte: INE, Recenseamento de 2001

Esta distinção é demasiado contrastante para que não nos interroguemos sobre as causas e consequências desta diversidade e, muito especialmente, sobre a inserção da população imigrante no mercado de trabalho regional, quer pela possibilidade de estarem cumprindo lacunas no conhecimento dos nacionais, quer porque estejam a exercer profissões muito inferiores às respectivas competências, questões que procuraremos aprofundar no 2.º Capítulo.

Observando o perfil de instrução em cada um dos sexos, constata-se que o feminino se apresenta mais qualificado, com quantitativos bem mais elevados no Ensino Médio e, principalmente, no Superior. Com efeito, quase 35,0% das mulheres imigrantes afirmam ter este último grau académico.

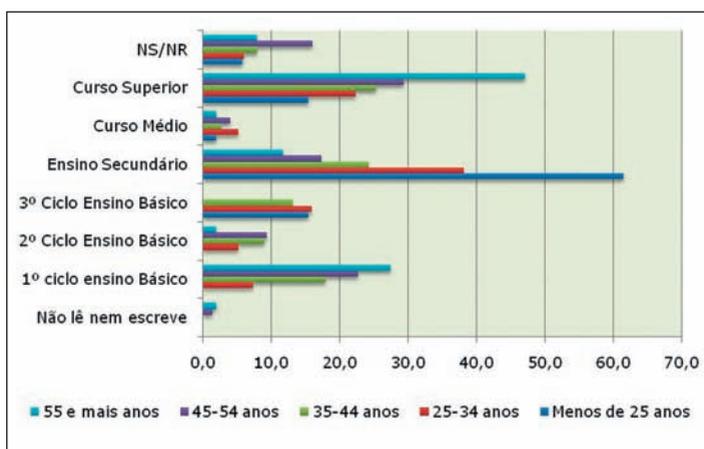
Gráfico 1.3.3: Imigrantes por sexo e níveis de instrução



Os mais jovens, aqueles que têm menos de 25 anos, concentram-se, fundamentalmente, no Ensino Secundário, com quantitativos da ordem dos 60,0%, seguindo-se, o 3.º Ciclo de Ensino Básico e o Ensino Superior, com valores muito semelhantes, com cerca de 15,0% dos imigrantes deste nível etário. Se os mais velhos registam a maior percentagem no

curso superior, onde se incluem cerca de 47,0%, não deixam de ter também um valor comparativamente elevado no que respeita ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, que engloba 27,5% dos que têm 55 e mais anos. Esta repartição, mais dispersa, indicia a existência de dois grupos bem distintos de imigrantes mais velhos, uns com baixos níveis de escolaridade e outros com graus académicos de nível superior.

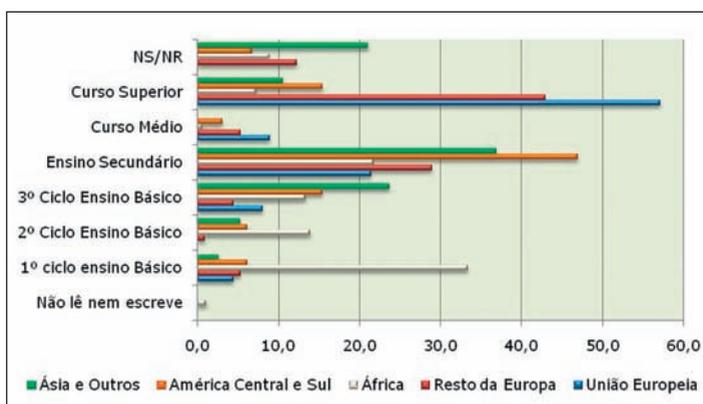
Gráfico 1.3.4: Imigrantes por grupos de Idade e Níveis de Instrução



O Gráfico 1.3.5 confirma o elevado nível académico dos imigrantes da União Europeia, verificando-se que mais de metade é detentora de um grau de escolaridade de nível superior, seguindo-se os que têm o Ensino Secundário, com 21,4%. Com efeito, são bastante menos aqueles que possuem baixos níveis de escolaridade, com um valor global de 12,5%, não existindo nenhuns que não saibam ler nem escrever. Uma situação relativamente semelhante respeita aos imigrantes vindos do Leste Europeu, embora com uma distribuição menos significativa no Ensino Secundário do que no Superior,

com níveis de escolaridade que englobam, respectivamente, 28,9% e 43,0% do total dos provenientes desta região. De sublinhar a existência, nestes últimos, de uma percentagem não negligenciável de não respondentes, da ordem dos 12,0%, que poderá ser indicativa de menores níveis de qualificação, facto que contrasta com os provenientes da União Europeia, com 100,0% de respostas.

Gráfico 1.3.5: Imigrantes por Regiões de Origem e Instrução (%)



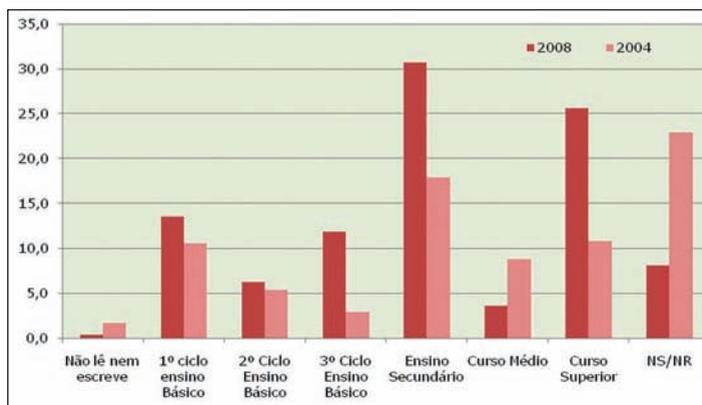
Bem diferente é o perfil dos imigrantes vindos do continente africano. A maioria, cerca 33,0%, fica-se pelo 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo mais de 60,0% uma escolaridade igual e inferior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico. São bastante menos aqueles que detêm o Ensino Superior, cuja percentagem se situa nos 7,2%. De realçar, todavia, que é este o grupo que apresenta uma situação mais próxima da observada na população açoriana, cujos níveis de instrução são até comparativamente mais baixos, como vimos anteriormente.

No que respeita aos imigrantes provenientes da América Central e do Sul, na sua grande maioria brasileiros, podemos

dizer que têm um nível de instrução intermédio, pois grande parte, quase metade, são detentores do Ensino Secundário, seguindo-se, em partes iguais, com um valor da ordem dos 15,0%, os que têm o 3.º Ciclo do Ensino Básico e os que têm o Ensino Superior. De algum modo, esta é também a situação dos provenientes da Ásia, embora com menos indivíduos com o Ensino Secundário e Superior. De realçar nestes últimos o elevado quantitativo das não respostas, da ordem dos 20,0%, que muito provavelmente respeitam a menores graus de instrução.

Considerando os imigrantes das três regiões mais representativas, Europa, África e América Central e do Sul, constata-se, assim, que nos primeiros são preponderantes os mais elevados níveis de ensino, nos segundos os menores, enquanto que nos terceiros é o nível intermédio que sobressai. De realçar, uma vez mais, que na situação de menores qualificações académicas, como é o caso dos africanos, os níveis de escolaridade são superiores aos da globalidade da população residente nos Açores.

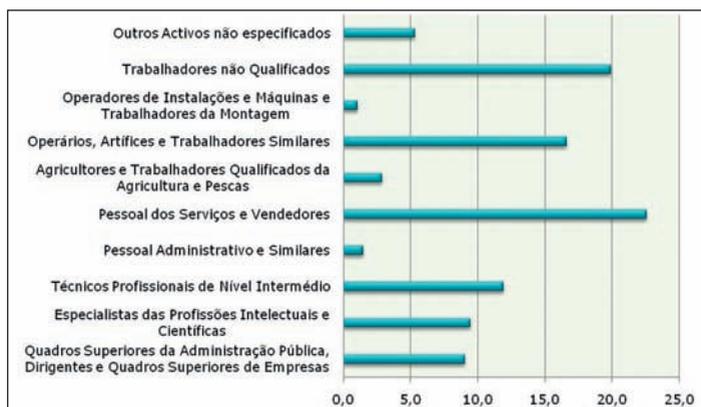
Gráfico 1.3.6: Imigrantes por Instrução em 2004 e 2008 (%)



Entre 2004⁶ e 2008 verifica-se um aumento significativo nos níveis de instrução dos imigrantes, principalmente nos que detêm o Ensino Secundário e Superior, cujos quantitativos mais que duplicam. Embora os que possuem níveis de escolaridade mais baixos registem também um acréscimo, este é bastante inferior ao observado nos maiores graus educacionais, observando-se ainda uma diminuição das não respostas que passam de 22,0% para cerca de 8,0%.

Considerando as profissões exercidas pelos imigrantes, encontramos uma situação polarizada, fundamentalmente, nos serviços e vendas, por um lado, nos trabalhos não qualificados e operariado, por outro, isto é, profissões intermédias e de baixa qualificação, com valores que oscilam entre os 17,0% e os 22,0% cada, bem como nos quadros superiores da administração pública e empresas e os especialistas de profissões intelectuais, com 18,0%.

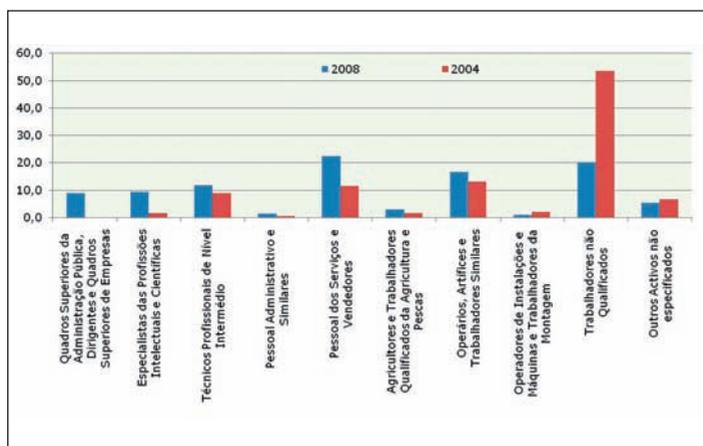
Gráfico 1.3.7: Imigrantes por Profissão (%)



⁶ No relatório elaborado em 2004, as categorias da Instrução são relativamente distintas, pelo que se procedeu a uma correspondência com a utilizada em 2008, podendo, assim, haver algumas diferenças, ainda que muito ligeiras nos valores agora apresentados, mas que não inviabilizam a análise efectuada.

De algum modo em consonância com o que se verificava nas habilitações académicas, nas quais encontramos grupos com níveis de formação muito distinta, encontramos também profissões com estatutos relativamente díspares, mas que reflectem três categorias sociais relativamente demarcadas: uma primeira de estatuto intermédio, mas praticamente em igualdade numérica com outras como o operariado - uns especializados e outros indiferenciados - e os altamente qualificados.

Gráfico 1.3.8: Imigrantes por Profissão em 2004 e 2008 (%)

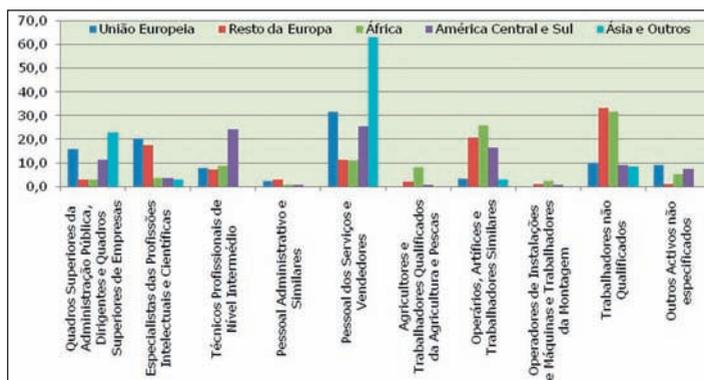


Em termos evolutivos, a alteração é bastante significativa. Podemos afirmar que, entre 2004 e 2008, se assistiu a uma mudança socialmente relevante no perfil profissional do imigrante açoriano. Enquanto que na primeira data eram inexistentes, ou em número muito reduzido, os imigrantes nas profissões altamente qualificadas, já em 2008 tal não acontece. O acréscimo é também significativo nas profissões intermédias, enquanto que nas mais baixas se assiste ao inverso, facto especialmente importante no que respeita aos trabalhadores indiferenciados.

Na compreensão da distribuição dos imigrantes segundo as suas origens geográficas pelas diversas profissões, uma das situações mais salientes respeita à elevada concentração dos africanos nas profissões menos qualificadas, designadamente nos “Trabalhadores não Qualificados”, onde se inserem mais de 30,0%, seguindo-se, com cerca de 25,0%, os que se enquadram na categoria de “Operários, Artífices e Similares”.

Os imigrantes do Resto da Europa apresentam uma situação que não é muito distinta da dos africanos se considerarmos as categorias anteriormente referidas, nas quais também registam uma maior preponderância. Com efeito, também neles, tal como nos oriundos da África, mais de metade estão naquelas duas classificações profissionais. A diferença mais significativa respeita ao seu peso, da ordem dos 17,0%, em actividades socialmente mais prestigiadas, como as que estão incluídas na classificação de “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”. É, assim, um grupo – formado essencialmente por ucranianos – mais heterogéneo do que o africano no exercício da actividade laboral, no qual parece existir uma inadequação entre o nível de instrução e a profissão.

Gráfico 1.3.9: Imigrantes por Região de Origem e profissão (%)



No que respeita aos provenientes da América Central e do Sul, que são na sua grande maioria brasileiros, verifica-se uma elevada concentração nas profissões de carácter intermédio, principalmente no “Pessoal dos Serviços e Vendedores” e no grupo dos “Técnicos Profissionais de Nível Intermédio”, onde se incluem cerca de 50,0% dos imigrantes desta área geográfica. Não é, todavia, de negligenciar os operários, com um valor percentual da ordem dos 17,0% e mesmo os que se incluem no topo da hierarquia profissional, da ordem dos 11,0%. Já os asiáticos apresentam uma menor dispersão, confluindo em grande parte para a área dos serviços e vendas, que regista um quantitativo de 63,0%.

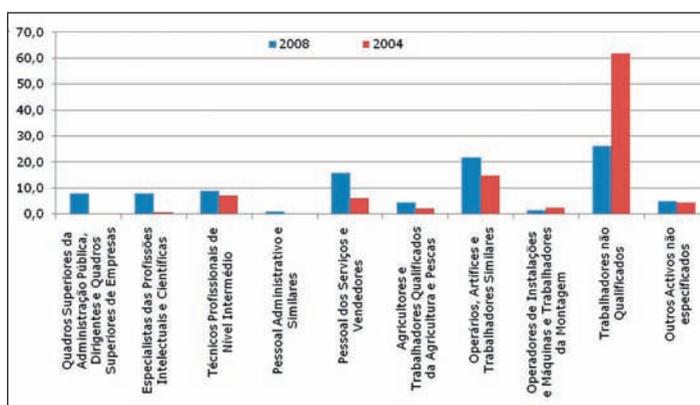
Uma situação bem distinta, muito mais dispersa, é a que encontramos nos nacionais da União Europeia, que são o grupo com maiores percentagens nas profissões mais qualificadas, embora tenham um peso significativo, o mais elevado, superior a 30%, na categoria de “Pessoal dos Serviços e Vendedores”.

Os perfis masculinos e femininos são relativamente distintos, podendo afirmar-se que nas mulheres há uma maior preponderância das profissões, em princípio, socialmente mais prestigiadas, contrariamente ao que se passa com os homens. Sobressaem as primeiras na categoria de Pessoal dos Serviços e Vendedores e os segundos nos “Trabalhadores não Qualificados”. Todavia, isto não implica que não haja mais homens do que mulheres no topo da hierarquia das profissões, o que confirma, também na população imigrante, as desigualdades de género observadas na generalidade da população residente nos Açores, como, de resto, também acontece no país no seu conjunto.

Se atendermos à responsabilidade de cada um dos sexos nas alterações observadas na profissão entre 2004 e 2008, constata-se que enquanto que na primeira data existia nos homens

uma enorme concentração nos trabalhadores indiferenciados, deu-se posteriormente uma maior diversificação, estando eles representados em todas as outras categorias, designadamente nas mais qualificadas. Já nas mulheres, a evolução é relativamente distinta, embora na última data seja uma caracterização também mais diversificada, com maior representação tanto nas profissões com maior e menor qualificação.

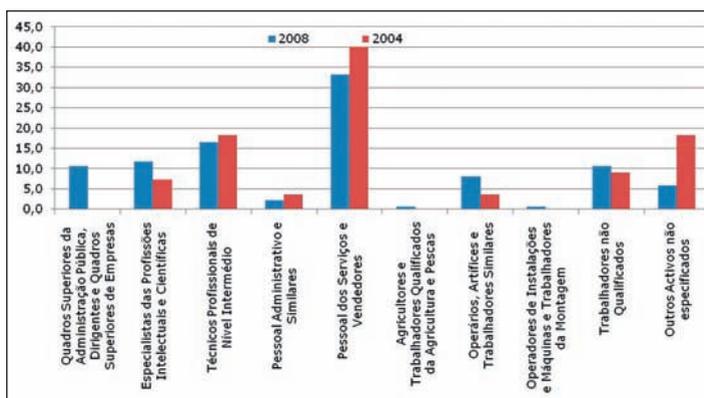
Gráfico 1.3.10: Imigrantes do Sexo Masculino, por Profissão, em 2004 e 2008 (%)



Se considerarmos a conjugação da variável idade com a profissão, constata-se que são principalmente os mais velhos, ou seja, com mais de 55 anos, os que estão comparativamente melhor representados nas profissões mais prestigiadas, embora presentes em quase todas elas. Os mais novos estão, preponderantemente, em mais de 60,0%, nas profissões intermédias, embora não seja de minimizar os que se enquadram no item mais baixo, de "Outros Activos não Especificados", o que indicia um princípio de actividade sem qualificação e, porventura, um maior grau de precariedade.

Os imigrantes dos restantes grupos etários apresentam, por seu turno, uma preponderância nas categorias mais baixas ou intermédias, designadamente os que têm entre 35 e 45 anos que registam os quantitativos mais elevados nos “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”

Gráfico 1.3.11: Imigrantes do Sexo Feminino, por Profissão, em 2004 e 2008 (%)

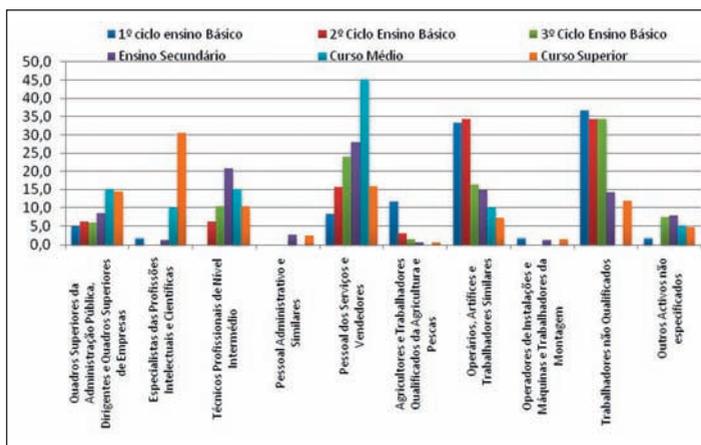


Um dos aspectos que reputamos do maior interesse nesta caracterização, prende-se com a associação entre o nível de instrução e a qualificação da actividade profissional.

Como podemos observar no Gráfico 1.3.12, que cruza estas duas variáveis, existe, na maioria dos casos, uma relação positiva entre elas, ou seja, um menor ou maior grau académico ter correspondência a uma profissão menos ou mais qualificada, respectivamente. Todavia, existem excepções, verificando-se a existência de pessoas com elevados graus académicos a exercerem actividades em categorias profissionais de baixo estatuto social. Realce-se as situações de pessoas com o Ensino Secundário inseridas nos itens “Trabalhadores não Qualificados”

e “Outros Activos não Especificados”, que correspondem a mais de 20,0% dos imigrantes com este nível de instrução, ou os mais de 16,0% que estão também naquelas categorias e que afirmaram serem detentores de um curso superior. Nestes, encontramos o mesmo valor percentual para as profissões dos serviços e vendas, que são de carácter intermédio.

Gráfico 1.3.12: Imigrantes por Instrução e Profissão (%)



Com níveis de instrução comparativamente elevados, principalmente no sexo feminino e nas idades mais velhas, verifica-se que na população imigrante nos Açores nem sempre existe uma correspondência com as qualificações das profissões exercidas, facto que parece ser mais saliente nos naturais do Leste Europeu, entre os quais existe um número significativo de indivíduos em profissões menos qualificadas, embora a grande maioria tenha níveis de escolarização de grau intermédio e superior.

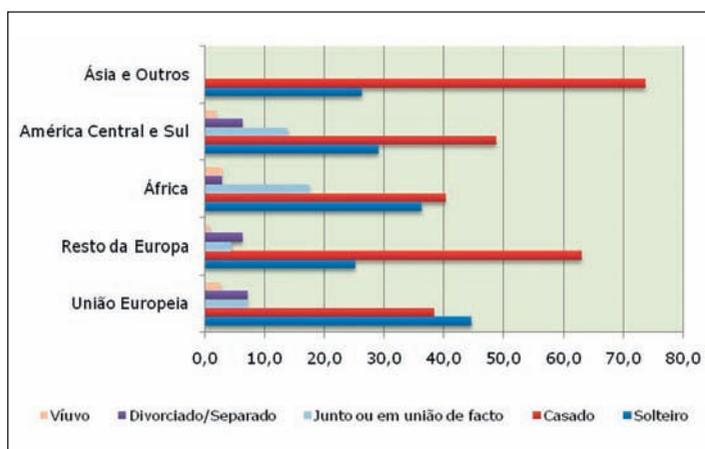
1.4 – Situação familiar

Neste capítulo de caracterização e identificação de perfis entendemos ser útil termos, ainda, um conhecimento do enquadramento familiar e das modalidades de coabitação, pelas repercussões que estes aspectos têm na inserção dos imigrantes e até na sua percepção sobre o país de acolhimento. Sendo, de algum modo, medidas de relacionamento social podem ser também um factor propiciador de permanência na Região.

Se atendermos à distribuição por estado civil, constata-se que a grande maioria, cerca de metade, dos imigrantes é casada, seguindo-se os solteiros, também com um valor percentual elevado, tendo as restantes categorias, principalmente os viúvos, valores bastante menores.

A União Europeia e a África são as regiões de origem que apresentam maior equilíbrio entre o número de solteiros e casados, contrariamente às restantes, onde estes últimos são bem mais preponderantes.

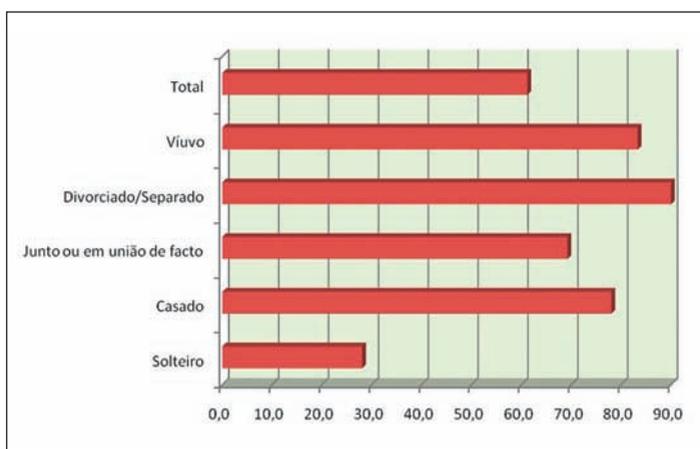
Gráfico 1.4.1: Imigrantes por Região de Origem e Estado Civil (%)



O perfil do estado civil apresenta-se relativamente equilibrado nos dois sexos, apesar das mulheres registarem valores ligeiramente superiores na categoria Divorciados/Separados e Viúvos. Por outro lado, a passagem do estatuto de solteiro a casado está intimamente ligada à idade, pelo que é comum que sejam os mais novos os que registam maiores valores percentuais nos solteiros e que seja nos mais velhos que encontremos a situação de viuvez.

A grande maioria afirma ter filhos, situação que abrange cerca de 60,0% do total dos que responderam e que é verificável em todas as categorias do estado civil, mesmo nos que se afirmam solteiros. Tal como acontece com a população açoriana, e na maioria das sociedades mais desenvolvidas, o número de filhos é reduzido, sendo que a maior parte, cerca de 74,0%, tem no máximo dois filhos, facto não negligenciável principalmente se estiver em causa uma análise aprofundada sobre o contributo dos imigrantes para o rejuvenescimento demográfico.

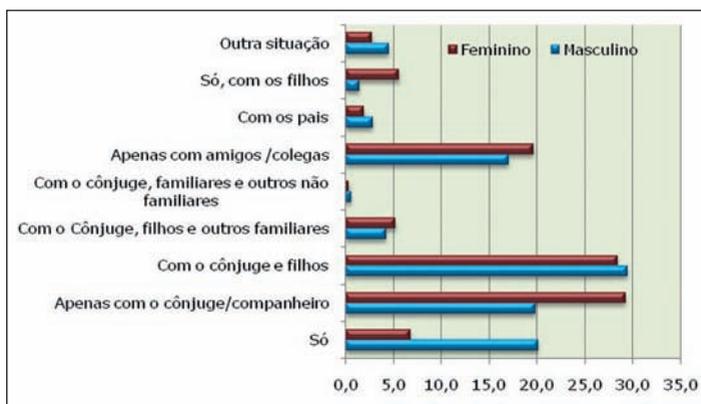
Gráfico 1.4.2: Imigrantes com Filhos por Estado Civil (%)



Dependente do seu estado civil de casado, a grande maioria vive com o cônjuge, por vezes também com filhos e outros familiares, com um valor percentual da ordem dos 57,0%. Todavia, não é de negligenciar o conjunto dos que vivem sós e com amigos/colegas, cerca de 15,0% no primeiro caso e de 18,0% no segundo.

Relativamente a diferenças de género, constata-se que são fundamentalmente os elementos do sexo masculino que vivem sós, com um valor percentual da ordem dos 20,0%, enquanto que no sexo feminino este só atinge os 7,0%. Em sentido inverso, mas com uma diferença muito menor, elas procuram a coabitação com colegas e amigos. De sublinhar ainda a maior preponderância de mulheres que vivem apenas com os filhos, verificando-se também na população imigrante a maior relevância da monoparentalidade feminina.

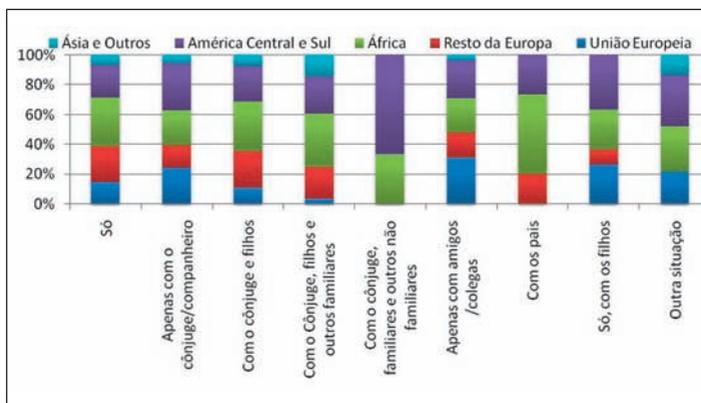
Gráfico 1.4.3: Imigrantes por modalidade de coabitação e sexo (%)



Verifica-se, ainda, que há imigrantes dos vários grupos etários praticamente em todas as modalidades, exceptuando a vivência com os pais, onde naturalmente não se incluem os mais

velhos. Parece-nos significativa a inclusão de todas as idades, nomeadamente com mais de 25 anos, daqueles que vivem sós ou com colegas e amigos, o que denota a falta de contexto familiar em idades onde este é normalmente muito preponderante.

Gráfico 1.4.4: Imigrantes por modalidade de coabitação e região de origem (%)



São unicamente os africanos e os da América Central e do Sul os que vivem em contextos mais alargados, que contemplam familiares além dos cônjuges e filhos e ainda outras pessoas, aspecto que pode ser denotativo de maiores dificuldades económicas e residenciais. São também em número comparativamente mais significativo no conjunto dos que vivem sós, neste caso associando-se também os do Resto da Europa, uma vez que os naturais da União Europeia e Ásia registam menores valores percentuais nesta categoria. A coabitação com colegas e amigos é igualmente significativa para os africanos e brasileiros, mas também, ainda mais, para os oriundos da Europa Comunitária, facto que não devemos dissociar da maior juventude destes imigrantes.

Quando se relacionou a modalidade de coabitação com o estado civil, apesar dos valores percentuais serem baixos, ficou evidenciado o conjunto dos casados e em união de facto que vivem sós ou com colegas e amigos, cuja justificação se deve, provavelmente, à permanência dos cônjuges e/ou companheiros nos países de origem. Todavia, a grande maioria dos que se inserem nestas categorias do estado civil vive em contexto familiar, o que caracteriza bem ser esta a forma predominante da imigração residente nos Açores.

1.5 – Caracterização por ilha

Como não podia deixar de ser, dada a diferente dimensão geográfica e populacional das ilhas consideradas, o número de imigrantes atinge em cada uma delas valores bastante distintos, apesar de ser nas mais pequenas, Faial e Pico, que este é comparativamente maior, com valores percentuais muito mais elevados do que a importância relativa que a população destas ilhas tem no conjunto do Arquipélago. Em S. Miguel e Terceira a relação é inversa, principalmente na primeira, onde estes atingem os 40,0%, quantitativo bastante inferior aos mais de 50,0% da população açoriana que nela reside. Mas uma das diferenças mais significativas respeita ao peso relativo que os imigrantes das várias regiões têm em cada ilha.

S. Miguel apresenta uma distribuição mais equitativa na representação das diversas origens geográficas. A Terceira distingue-se desta ilha, fundamentalmente, pela menor percentagem de imigrantes provenientes da União Europeia e um maior número de africanos, situação que é, de algum modo, extremada nas ilhas do Faial e, principalmente, na do Pico. Os que vieram da América Central e do Sul, preponderantemente

brasileiros, como sabemos, são comparativamente mais expressivos na Terceira e no Faial.

Gráfico 1.5.1: Imigrantes por Regiões de Origem nas várias ilhas (%)

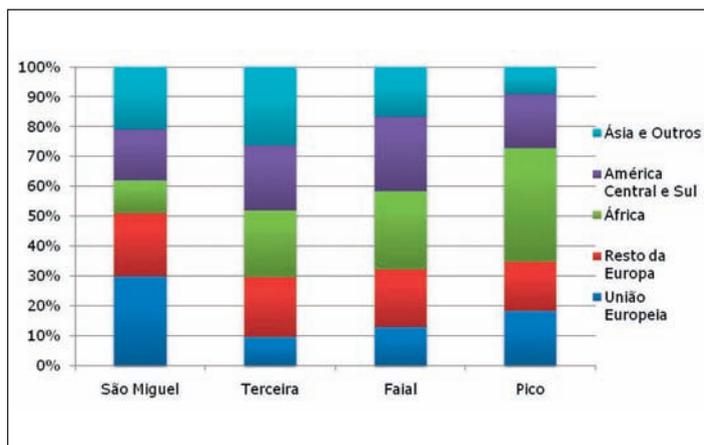
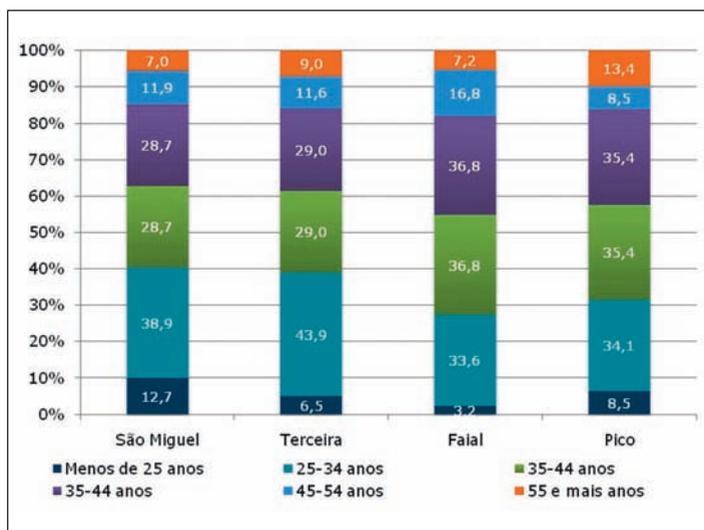


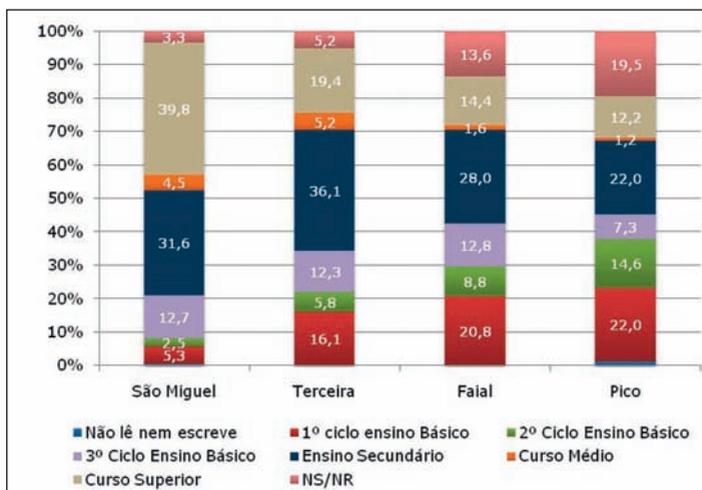
Gráfico 1.5.2 – Imigrantes por Idade nas várias ilhas (%)



Se atendermos a uma repartição por sexo, observa-se uma diferença significativa entre S. Miguel e as restantes ilhas, por ser nela que existe um relativo equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Nas restantes o peso dos elementos masculinos é bastante superior, com diferenças da ordem dos 30 a 40 pontos percentuais, com maior relevância na ilha do Pico.

Uma diferenciação por idade conduz-nos à percepção do maior envelhecimento das ilhas do Faial e Pico, tanto na base como no topo, sendo que a Terceira não apresenta uma situação muito distinta destas ilhas, contrariamente ao que se verifica em S. Miguel, onde é maior o peso relativo dos mais jovens e menor o dos mais idosos.

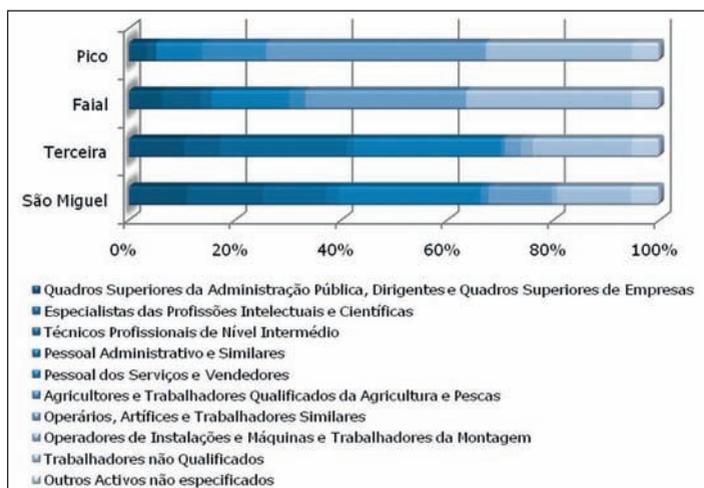
Gráfico 1.5.3: Imigrantes por Nível de Instrução nas várias ilhas (%)



No que respeita ao nível de instrução, e na linha do que se tem vindo a verificar em todas as variáveis - compreensível por estas estarem sociologicamente interligadas - S. Miguel é a ilha que regista uma maior percentagem de imigrantes com níveis

de escolaridade mais elevados, com cerca de 40,0% possuindo o Ensino Superior, que somados aos mais de 30,0% que detêm o ensino secundário, perfaz uma percentagem de mais 70,0%. Em sentido inverso, temos o Pico e o Faial, ilhas onde cerca de 44,0% dos imigrantes têm no máximo o 3.º Ciclo do Ensino Básico. De sublinhar, ainda, o elevado número de não respostas existentes nestas ilhas, o que normalmente corresponde a menores níveis de instrução.

Gráfico 1.5.4: Imigrantes por Profissões nas várias ilhas (%)



A caracterização da instrução não pode deixar de se reflectir nas profissões, uma vez que existe uma correlação entre estas duas variáveis. Com efeito, constata-se que é em S. Miguel, e de algum modo também na Terceira, que os imigrantes têm profissões de maior qualificação e estatuto social, embora a maioria respeite àquelas que são de carácter intermédio, nomeadamente dos serviços e vendas. No Faial e no Pico os quantitativos mais elevados respeitam à categoria dos operários

e à dos “Trabalhadores não Qualificados” que, no seu conjunto, obtêm um valor percentual de, respectivamente, 61,5% e 69,0% para a primeira e segunda daquelas ilhas. Mesmo o “Pessoal dos Serviços e Vendedores”, que tem uma grande expressão em S. Miguel e Terceira, como acabámos de afirmar, são em número bastante reduzido naquelas ilhas.

Temos, assim, perfis de imigrantes relativamente distintos em cada uma das quatro ilhas, sendo que a diversidade é mais acentuada entre S. Miguel, por um lado, e Faial e Pico, por outro. Na primeira, verifica-se um maior equilíbrio entre homens e mulheres e também entre as várias origens regionais, sendo que os imigrantes têm uma estrutura etária mais jovem, são mais instruídos e com profissões mais qualificadas. Em sentido inverso, nas últimas ilhas há um maior envelhecimento da população imigrante, um maior desequilíbrio entre o número de homens e mulheres e são preponderantes os que têm níveis de instrução mais baixos e profissões pouco qualificadas.

1.6 – Tempo de permanência

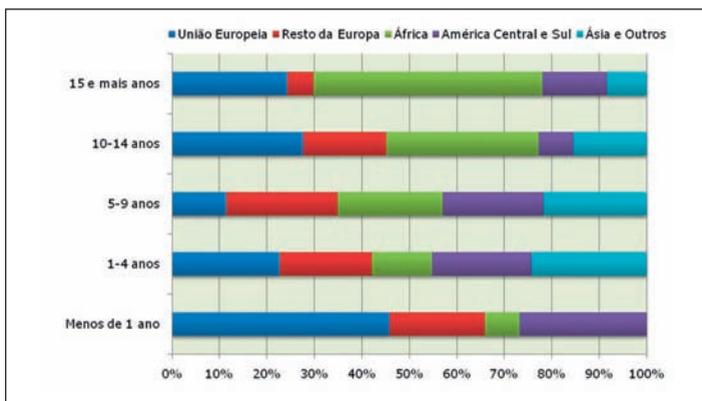
Sendo a imigração um fenómeno recente na sociedade açoriana, que só adquiriu algum fôlego nos anos finais do século passado, o tempo de permanência dos imigrantes na Região não pode ser muito elevado, com uma baliza que não ultrapassa significativamente os 15 ou 20 anos.

Com efeito, se são poucos os que estão há menos de um ano, o que indicia uma quebra no fluxo de entrada de estrangeiros, a grande maioria, cerca de 85,0%, reside nos Açores há menos de 10 anos, sendo que 43,0% está há menos de 5 anos. São bastante menos, da ordem dos 15,0%, aqueles

que permanecem há mais tempo, mais concretamente, 8% que estão há 15 e mais anos e 7,5% entre 10 e 14 anos.

Se atendermos à origem geográfica, constata-se que os mais recentes, aqueles que residem nos Açores há menos de 1 ano, são fundamentalmente provenientes da União Europeia e Brasil, com valores percentuais da ordem dos 40,0% e 33,0%, respectivamente. Com efeito, para este período é bastante inferior o número dos que são do Resto da Europa, 17,5% e de África, 10,0%.

Gráfico 1.6.1: Tempo de permanência nos Açores, por regiões de origem (%)



Esta constatação vem na sequência da tendência já verificada no período anterior, isto é, considerando aqueles que residem nos Açores há mais de 1 e menos de 5 anos e é bastante contrastante com a que se verificava no início do processo imigratório. Com efeito, se observarmos a proveniência dos que estão na Região há 10 e mais anos, verifica-se que a grande maioria é do continente africano, sendo em número bem mais reduzido os do continente americano.

Neste sentido, a conclusão mais imediata parece ser a da alteração da proveniência dos fluxos, designadamente uma diminuição dos africanos e um aumento dos americanos, que são, como vimos anteriormente, essencialmente brasileiros.

Confirma-se também o acréscimo recente dos imigrantes do sexo feminino nos últimos 5 anos, sendo especialmente significativa a diferença de género registada, nomeadamente nas que estão na Região há menos de 5 anos (data do inquérito). De um fluxo imigratório essencialmente masculino, a situação actual é claramente de inversão da tendência, não obstante a existência ainda de um maior número de homens, como já referimos. Todavia, a maioria das mulheres imigrantes está na Região num período de tempo balizado entre 1 e 10 anos.

Os imigrantes que estão há muito pouco tempo nos Açores são na sua grande maioria jovens, facto perfeitamente explicável quer em termos teóricos da mobilidade, designadamente da mobilidade internacional, quer pelos efeitos de percurso geracional identificável na variável idade. No mesmo sentido se entende a preponderância dos grupos de idade mais avançada na permanência de maior duração. Todavia, é de realçar o peso relativo que estes últimos detêm, especialmente nas classificações temporais de 1 a 4 anos e de 5 a 9 anos, em particular na primeira. Ou seja, verifica-se que residem nos Açores, há relativamente pouco tempo, alguns imigrantes com 55 e mais anos, confirmando a existência de fluxos de pessoas relativamente idosas, com mais de 50 anos, no período recente.

Se atendermos ao nível de instrução sobressai, pela sua preponderância, o peso relativo dos graus de Ensino Médio e Superior, nomeadamente nos que chegaram há menos de 1 ano. No entanto, é igualmente interessante observar a situação dos que permanecem há mais tempo, designadamente há mais de

10 anos. A importância da qualificação académica neste caso indicia a possibilidade de prosseguimento de estudos e aquisição de competências superiores por parte da população imigrante, enquanto que a outra parte se mantém com níveis de instrução muito baixos, não se prevendo assim a possibilidade da sua ascensão económica e social.

Gráfico 1.6.2: Tempo de Permanência nos Açores, por nível de instrução (%)

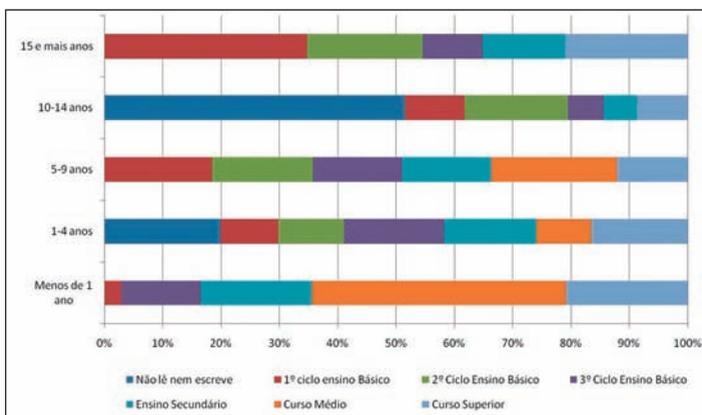
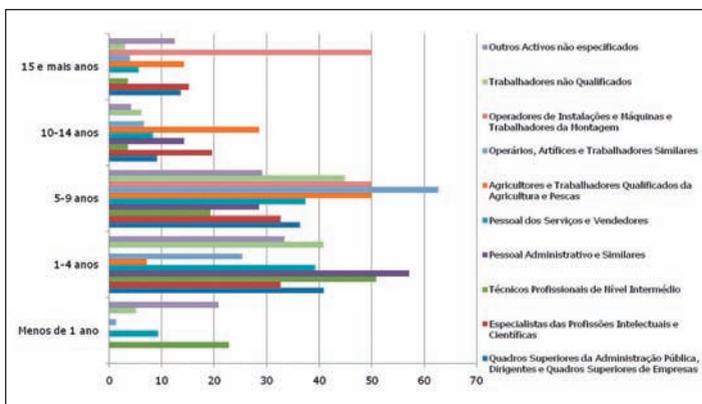


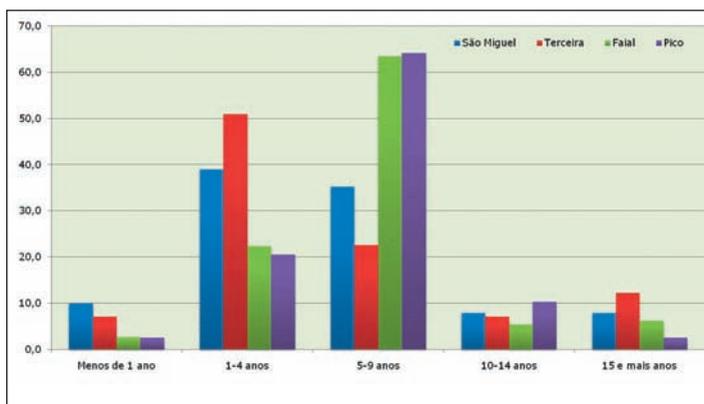
Gráfico 1.6.3: Tempo de Permanência nos Açores, por Profissão (%)



Além do que acabámos de afirmar, sublinha-se a existência de uma situação polarizada em dois grandes grupos, com graus de instrução e exercício da actividade profissional bastante distintos, uns pouco e outros muito qualificados, nos imigrantes com maior tempo de permanência, passando-se, naqueles que residem nos Açores há menos tempo, para outra bastante mais qualificada, confirmando a alteração do tipo de fluxos que estão a chegar à Região nos últimos anos.

Importa relevar, porém, tanto pela análise dos níveis de instrução como pela profissão, como já referimos, a possibilidade de alguns imigrantes se terem qualificado ao longo da sua permanência na Região, demonstrando, neste caso, um forte grau de integração e a realização de um percurso económico e social ascendente, motivo essencial na decisão de iniciar qualquer processo emigratório.

Gráfico 1.6.4: Tempo de Permanência nos Açores, por ilha (%)



No que respeita à situação em cada um das ilhas, encontramos condições bastante distintas que, em termos genéricos, se podem caracterizar pela grande diferenciação entre S. Miguel, por um

lado, e Pico, por outro. Enquanto que na primeira ilha sobressaem aqueles que têm menor tempo de permanência, já na segunda os quantitativos mais elevados respeitam aos que possuem uma residência de maior duração temporal, especialmente 15 e mais anos. No Faial, as características aproximam-se mais das que observamos no Pico, enquanto que a Terceira regista uma situação intermédia, com maior preponderância naqueles que permanecem num período compreendido entre 1 e 9 anos, com maior relevância entre os 5 e os 9 anos. Não parecendo atrair de forma significativa os que se integram nos fluxos mais recentes, a ilha Terceira também não possui um número significativo dos imigrantes mais antigos.

Embora estes dados respeitem à chegada aos Açores e não ao percurso, aspecto que será analisado no ponto seguinte, parece-nos evidente que tanto a ilha do Pico como a do Faial são a escolha para os imigrantes que chegaram aos Açores há mais tempo, enquanto que S. Miguel intensifica nos últimos anos o seu poder atractivo no contexto regional.

1.7 – Percursos migratórios

A importância de se conhecer o percurso migratório entre o país de origem e os Açores, visa, acima de tudo, e em conformidade com os objectivos deste estudo, tentar aferir em que medida a Região, por si só, tem sido apelativa enquanto destino migratório. O facto de se ter tornado expectável, na fase de concepção deste trabalho, que viéssemos a encontrar uma parte da população vinda directamente do seu país de origem, acabou por justificar o surgimento deste ponto antes mesmo de nos referirmos quer às trajectórias profissionais dos imigrantes, quer à avaliação que estes fazem da sua experiência imigratória.

Sobre este último aspecto, em particular, é importante salientar que a maior ou menor propensão para uma região de acolhimento conseguir fixar, por períodos mais longos de tempo, uma parte considerável da sua população imigrante, encontra-se fortemente dependente, entre outros factores, da concretização, ou não, das expectativas dos indivíduos e das suas famílias.

Devido ao facto de não estarem em causa apenas aquelas expectativas que vão sendo construídas ao longo do tempo de permanência nesse lugar, mas também as que foram forjadas aquando da decisão de emigrar, a experiência imigratória vivida no primeiro território de acolhimento, assume, muitas vezes, uma importância acrescida. Sendo isto particularmente verdadeiro para os casos em que o primeiro destino é aquele que se privilegiou ao longo do processo de decisão e que esteve na base do projecto migratório individual ou familiar, julgámos, por isso, ser de todo pertinente tentar perceber algumas dimensões dos percursos migratórios da população analisada, e, em particular, do conjunto dos imigrantes que vieram directamente do seu país de origem para os Açores.

Assim, para além de se proceder a um esboço destes percursos, com base no local (ilha) de residência actual e o do primeiro destino migratório - procurando com isto, ainda, uma aproximação a certas lógicas de mobilidade interna -, daremos também importância analítica à diferenciação dos referidos percursos, quer em termos de algumas das características dos imigrantes, quer no que se refere aos principais motivos que desencadearam o próprio percurso migratório.

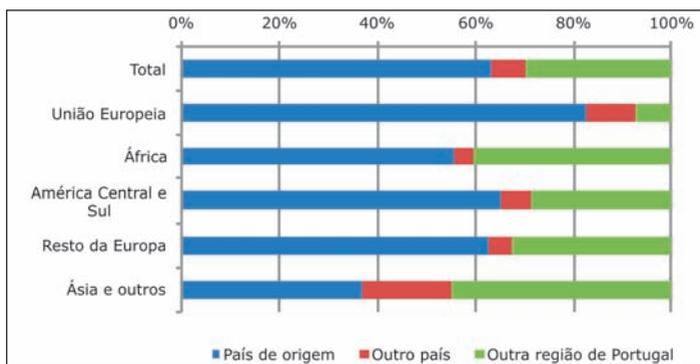
O objectivo de se proceder a tal distinção é, fundamentalmente, o de se tentar compreender um pouco melhor o papel que o mercado de trabalho regional, por um lado, e as redes sociais (familiares e não só), por outro, têm vindo a

desempenhar, enquanto elementos de atracção, na condução dos imigrantes desde o seu país de origem até aos Açores.

Começando pela questão das trajectórias geográficas desta população, o primeiro aspecto a destacar prende-se com o facto de que quase 2/3 dos inquiridos (63,3%) acabaram por vir directamente do seu país de origem para os Açores, sendo que a maioria dos restantes, cerca de 30,0%, tiveram residência prévia no Continente, mais concretamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Ou seja, apenas 6,7% dos imigrantes questionados viviam noutra país – que não o de origem –, antes de virem para a Região, predominando nestes casos alguns países da União Europeia.

De entre os vários grupos considerados, os estrangeiros oriundos da União Europeia são também aqueles que mais frequentemente fazem um percurso directo em direcção aos Açores, registando um quantitativo de 82,6% nesta opção, acontecendo serem diminutas as situações de fixação prévia em outras regiões portuguesas, que apenas é referida por 7,3% destes imigrantes.

Gráfico 1.7.1: Local de residência anterior à vinda para os Açores, por regiões de origem (%)



Como facilmente se compreende, não é de estranhar que este facto se fique a dever, por um lado, ao tipo de mobilidade que caracteriza uma grande parte dos casos que constituem este conjunto de indivíduos, para os quais a Região tende a constituir mais um lugar que se adequa a um determinado modo de vida alternativo do que propriamente um destino migratório no sentido mais clássico do termo, isto é, por motivações de ordem económica e laboral.

No entanto, e uma vez que este grupo de provenientes da União Europeia tem vindo a ser composto, cada vez mais, por faixas mais jovens e com uma relação efectiva ao mercado de trabalho, não será de excluir a hipótese de que, para além do acesso directo a informação diversa sobre a Região, facilitada pelos mecanismos institucionais que ao nível europeu existem para o efeito, as redes sociais, entretanto estabelecidas através dos que residem há mais tempo nos Açores, possam ter contribuído para aumentar as situações de vinda directa para o Arquipélago.

Incidindo, então, nas restantes proveniências geográficas – estas, sim, ligadas, essencialmente, a uma imigração por motivos de trabalho –, torna-se possível destacar algumas diferenças significativas. Tanto quanto é possível inferir da distribuição das respostas obtidas, a vinda directa dos países emissores para o Arquipélago é realizada, sobretudo, pelos imigrantes de origem brasileira e pelos oriundos do Leste Europeu, sendo bastante menos frequente junto dos asiáticos. Estes, em conjunto com os africanos, apresentam um número superior de casos em que a fixação nos Açores apenas se dá após um período de permanência mais longo no Continente, o que, em nosso entender, não deixará de resultar do enorme peso que as redes de apoio às duas comunidades em causa foram adquirindo, ao

longo das últimas décadas, nas regiões do território continental onde se verifica uma maior concentração de imigrantes.

Mas é também o aspecto relativo à existência e consolidação destas redes que parece ter sido responsável pela introdução de um elemento diferenciador naquelas que, durante os primeiros anos desta década, foram as principais tendências dos percursos migratórios dos imigrantes nos Açores. Segundo os dados apurados através do inquérito realizado em 2004 (Rocha *et al.*, 2004: 87-90), as linhas reveladas pelos grandes grupos de origem, em termos da sua trajectória geográfica, apresentavam já uma elevada semelhança com as que acima foram descritas, exceptuando, porém, o caso dos indivíduos oriundos da América Central e do Sul (na altura, e tal como agora, maioritariamente brasileiros). Com efeito, a percentagem dos que se encontram hoje nos Açores, e que afirmam ter vindo directamente do seu país, é superior, em mais de 10 pontos percentuais, à que foi apurada há quatro anos, com quantitativos de 65,2% e 54,1%, respectivamente, tendo ocorrido uma evolução de sinal contrário com as situações de residência prévia no Continente, 28,6%, actualmente, e 33,8%, em 2004.

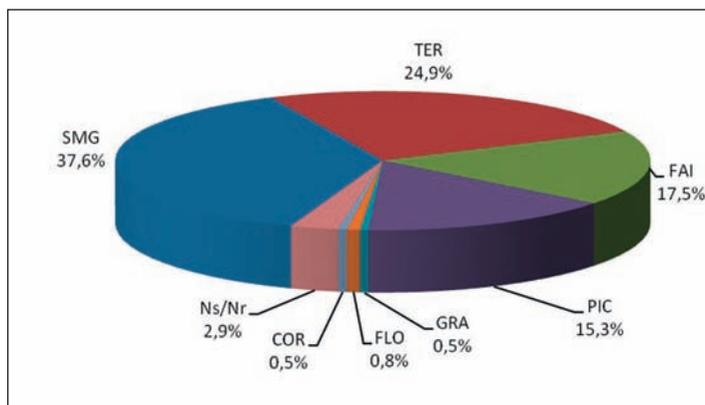
Este é um sinal de que o Arquipélago viu aumentada a sua capacidade de captação na origem junto desta comunidade em particular, e conjugando isso com o facto, já anteriormente salientado, de que entre os dois momentos considerados se assistiu a um aumento significativo do volume de imigrantes brasileiros na Região, não deixa de ser razoável admitir-se que um dos possíveis factores que esteve na base da alteração apontada se prenda com uma gradual consolidação, a nível regional, das redes de conhecimento e de apoio a estes imigrantes.

Em todo o caso, e não obstante a vinda directa para os Açores parecer ter vindo a constituir, durante os anos mais

recentes, uma opção crescente dentro desta comunidade, sublinhe-se, novamente, que estamos perante o tipo de trajectória migratória preponderante junto dos restantes grupos, com excepção, apenas, e como anteriormente se referiu, do dos asiáticos, dentro do qual a percentagem dos inquiridos que conheceram outros destinos, antes de se fixarem na Região, atinge os 63,0%.

A relevância numérica assim assumida pela totalidade daqueles que estabeleceram residência na Região imediatamente após a partida do seu país de origem, bem como a transversalidade étnica do tipo de percurso em causa, leva-nos, deste modo, a tentar perceber melhor o papel que, ao longo dos últimos anos, determinadas ilhas do arquipélago têm tido na captação de imigrantes, seja por via directa ou, então, dentro de determinadas lógicas de mobilidade interna.

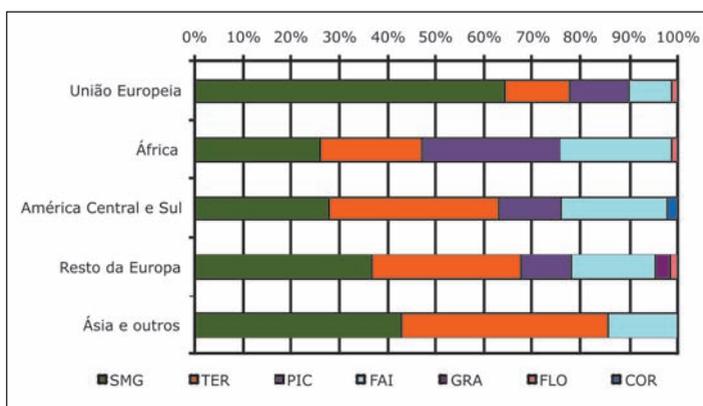
Gráfico 1.7.2: População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segunda a primeira ilha de residência (%)



Assim, começando por atender à distribuição do grupo de inquiridos que veio directamente para os Açores pelas diversas

ilhas onde fixaram a sua primeira residência, que apresentamos no Gráfico 1.7.2, fica patente, uma vez mais, o enorme peso que S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, no seu todo, têm enquanto pólos de representatividade do fenómeno imigratório nos Açores. Com efeito, cerca de 95,0% da população inquirida chegou do país emissor e fixou-se nestas quatro ilhas, o que demonstra que, para além da importância estatística que costuma ser conferida a cada uma delas, em termos do respectivo stock de imigrantes, as mesmas têm assumido, simultaneamente, o papel de unidades geográficas de acolhimento por excelência.

Gráfico 1.7.3: População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segundo a região de origem, por primeira ilha de residência (%)



No entanto, se tivermos em conta a proveniência geográfica dos imigrantes, a repartição destes recém-chegados pelas várias ilhas não tem ocorrido de forma homogénea, como se pode constatar no Gráfico 1.7.3. Uma percentagem elevada, 51,6%, de inquiridos oriundos de países africanos, mais do que todos os outros grupos, afirma ter chegado aos Açores, fixando-

se, de imediato, no Faial e Pico, o que, em grande medida, se torna compreensível face à importância que estas comunidades têm no sector da Construção Civil e à dinâmica assumida por estas duas ilhas após o sismo de Julho de 1998.

S. Miguel e Terceira têm-se apresentado como locais de primeiro acolhimento para a maioria dos imigrantes provenientes do Resto da Europa e da América Central e do Sul, 68,0% e 63,0%, respectivamente, facto este que, de igual modo, não estará dissociado da relevância que, para além da Construção, outros sectores e ramos de actividade têm tido na inserção laboral destes dois grupos, designadamente o sector dos Serviços, em geral, e o ramo dos Hotéis e Restauração, em particular. No caso dos asiáticos, e, em específico, nas raras situações em que estes vêm directamente do país de origem para a Região, S. Miguel e Terceira constituem também as duas principais ilhas de recepção.

Todavia, não podemos deixar de referir que, presentemente, esse protagonismo geográfico das quatro ilhas acima destacadas não deixa de ser mais simbólico do que real. Com efeito, a capacidade de atracção que se encontra associada a cada uma delas, em particular, às ilhas do Faial e Pico, tem vindo a alterar-se ao longo dos anos mais recentes, pelo que o gráfico em causa reflecte, a este nível, uma realidade, em certa medida, desfasada no tempo. É, sobretudo, o facto de uma elevada percentagem de inquiridos (cerca de 41,0%, como verificámos no ponto anterior) se encontrar na Região há mais de 5 e menos de 10 anos, que permite explicar os valores assumidos pelo Faial e Pico enquanto ilhas de primeira residência, já que, e como sabemos, estas constituíram, nos últimos anos da década passada e primeiros desta década, duas das principais portas de entrada para a imigração laboral nos Açores.

Quadro 1.7.1: População imigrante vinda directamente do país de origem para os Açores, segundo a primeira ilha de residência (as quatro principais), por anos de chegada (%)

| Primeira ilha de residência | De 2000 a 2004 | De 2005 a 2008 | Total |
|-----------------------------|----------------|----------------|-------|
| S. Miguel | 48,7 | 51,3 | 100,0 |
| Terceira | 46,6 | 53,4 | 100,0 |
| Pico | 83,3 | 16,7 | 100,0 |
| Faial | 80,0 | 20,0 | 100,0 |

O Quadro 1.7.1 corrobora esta ideia ao colocar em evidência a perda de poder de captação directa demonstrada, nos anos mais recentes, por estas duas unidades geográficas. Apenas 20,0% e 17,0% dos inquiridos que responderam ter conhecido o Faial e o Pico, respectivamente, como locais de primeira residência é que vieram inseridos nos fluxos posteriores a 2004, sendo os restantes quantitativos referenciáveis a vagas anteriores a esse momento. O mesmo, como podemos observar, já não acontece em relação às ilhas de S. Miguel e Terceira, onde cerca de 50,0% dos imigrantes que se estabeleceram em cada uma delas, foram chegando ao Arquipélago durante os últimos 4 anos.

O papel preponderante que S. Miguel e Terceira têm vindo a manter na alimentação, por via directa, dos fluxos migratórios para a Região – muito embora os mesmos já não conheçam a intensidade que os caracterizava na sua fase inicial –, não parece ser confirmado através da componente da mobilidade interna dos imigrantes. Apesar da definição rigorosa deste tipo de fluxos se apresentar como uma tarefa difícil, o Quadro 1.7.2 não deixa de nos fornecer uma aproximação às principais tendências da

mobilidade residencial dos inquiridos, nas situações em que esta se verificou entre ilhas.⁷

Quadro 1.7.2: População imigrante segundo a ilha de aplicação do inquérito, por ilha da primeira residência (%)

| Ilha de primeira residência | Ilha de residência actual | | | | | | | |
|-----------------------------|---------------------------|------------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| | SMG | | TER | | FAI | | PIC | |
| | % | N | % | n | % | N | % | N |
| SMG | 95,8 | 139 | 1,1 | 1 | 2,8 | 2 | - | 0 |
| TER | 2,1 | 3 | 98,9 | 89 | 1,4 | 1 | 1,7 | 1 |
| GRA | 0,7 | 1 | - | 0 | 1,4 | 1 | - | 0 |
| PIC | - | 0 | - | 0 | 13,9 | 10 | 80,0 | 48 |
| FAI | 0,7 | 1 | - | 0 | 79,1 | 57 | 13,3 | 8 |
| FLO | 0,7 | 1 | - | 0 | 1,4 | 1 | 1,7 | 1 |
| COR | - | 0 | - | 0 | - | 0 | 3,3 | 2 |
| TOTAL | 100,0 | 145 | 100,0 | 90 | 100,0 | 72 | 100,0 | 60 |

Assim, podemos observar que, entre os inquiridos que actualmente residem em S. Miguel e Terceira, a taxa de fixação é bastante elevada, de 95,8% e 98,9%, respectivamente, não deixando de constituir um dado importante que os casos de residência prévia noutras ilhas, sobretudo nas do Faial e Pico, se resumam a casos residuais. Porém, no Faial, 21,0% dos inquiridos tiveram outra ilha como primeira residência – 14,0% (10 indivíduos) vieram do Pico e os restantes, 7,0% (5 indivíduos), de outras ilhas. Algo muito semelhante se passa em relação ao Pico, onde a percentagem de indivíduos que residiram,

⁷ Os vectores de mobilidade interna aqui apresentados baseiam-se no cruzamento entre as variáveis *ilha de aplicação do inquérito* (admitindo que a mesma coincide com a de residência actual dos inquiridos) e *ilha da primeira residência*. Uma das principais limitações deste procedimento prende-se com o desconhecimento acerca da existência de eventuais outros locais intermédios da permanência ou residência dos inquiridos.

anteriormente, no Faial é similar à dos casos contrários, mais propriamente 13,3% (8 inquiridos).

Ainda que, a partir da informação disponível, não seja possível distinguir os casos em que estes percursos foram, ou não, intermediados por outros locais de residência, diferentes dos que aqui são convocados para efeitos da análise, julgamos poder afirmar que a aparentemente elevada propensão para a fixação em S. Miguel e Terceira, combinada, também, com o facto de uma considerável percentagem dos imigrantes aí residentes ter chegado há mais de 1 e menos de 4 anos, indiciam que estas duas ilhas tenham um maior poder de captação de imigrantes directamente da origem do que a outras unidades geográficas do Arquipélago. Com efeito, tudo indica que o mesmo parece não acontecer com o Faial e o Pico, onde, inclusivamente, e apenas com base nos dados revelados pelo inquérito, se detecta uma tendência para a mobilidade interna entre estas duas ilhas.

Assim, não deixa de ser razoável admitir-se que o regresso à origem ou a outros locais de passagem/residência prévia (sejam outros países ou até o Continente) possa ter sido mais frequente nos casos dos imigrantes que se fixaram nas ilhas do Faial e Pico do que nas situações de uma primeira residência em S. Miguel ou na Terceira.

Uma outra dimensão do percurso geográfico da população analisada, e que complementa as anteriores, prende-se com a relação entre o tipo de trajectória e o principal motivo que esteve na base do processo migratório. Na verdade, a vinda directa ou indirecta dos imigrantes para os Açores não deixa de ser explicável – e, por conseguinte, não deixou de ser influenciada – por aquelas que são apontadas como as três grandes razões da escolha desta Região enquanto destino migratório: a

oportunidade de emprego, a vontade de se juntar a familiares e a procura de melhor qualidade de vida.

O Quadro 1.7.3 acaba por pôr a claro que a imigração para os Açores, envolvendo um percurso migratório prévio – que não apenas de passagem, portanto – pelo Continente, se prende, essencialmente, com factores de ordem laboral. Com efeito, 60,3% dos respondentes que se revêem neste tipo de trajectória geográfica apontam a oportunidade de emprego como principal motivo para a escolha deste destino enquanto local de residência fixa.

Quadro 1.7.3: População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal motivo de escolha dos Açores (%)

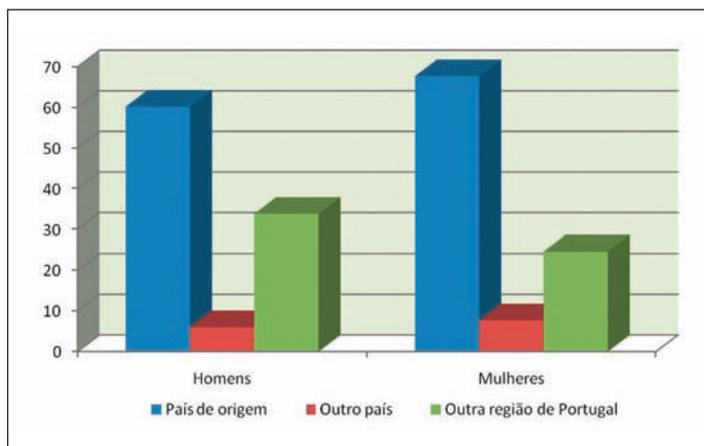
| Principal motivo | Primeiro destino migratório | | | Total |
|--|-----------------------------|----------------------------|---------------|--------------|
| | Açores | Outras regiões de Portugal | Outros países | |
| Oportunidade de emprego | 42,2 | 60,3 | 35,9 | 47,3 |
| Reagrupamento familiar | 22,0 | 12,8 | 20,5 | 19,2 |
| Desfruto de melhor qualidade de vida | 19,4 | 14,5 | 20,5 | 17,9 |
| Oportunidade de estar próximo de amigos e conterrâneos | 5,0 | 3,9 | 10,3 | 5,0 |
| Outros | 11,4 | 8,4 | 12,8 | 10,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

No caso dos que chegam directamente ao Arquipélago, provenientes do seu país de origem, esta percentagem desce para 42,2%, ao mesmo tempo que 22,0% dos que se incluem neste grupo referem como razão essencial da sua vinda o reagrupamento familiar, e outros 19,4%, a busca de um nível de qualidade de vida de que não dispunham anteriormente, casos estes que, como se

depreende, se encontram associados, sobretudo, a estrangeiros originários de países da União Europeia.

Por outras palavras, e para além desta última situação específica, podemos dizer que o itinerário migratório directo para os Açores, está consideravelmente dependente da migração por motivos familiares, ainda que não deixem de ser as determinantes de ordem económica e laboral a falar mais alto neste processo de decisão. O Gráfico 1.7.4 acaba por indiciar que isto poderá ser particularmente aplicável às mulheres, as quais, por norma, costumam assumir uma maior representação neste tipo de fluxos, e que, no caso em análise, se fazem notar, mais do que os homens, entre aqueles imigrantes que tiveram como primeiro destino os Açores, e menos do que eles nas situações em que se estabeleceu residência prévia no Continente – 67,7% contra 60,2% e 24,6% contra 33,8% respectivamente.

Gráfico 1.7.4: População imigrante segundo o local de residência anterior à vinda para os Açores, por sexo (%)



Retomando os valores do Quadro 1.7.3, e no caso dos inquiridos que residiram noutra ou noutros países estrangeiros antes de se fixarem na Região, não deixa de ser interessante observar que os motivos relacionados com as oportunidades de emprego assumem menor importância (35,9%) do que nos outros dois grupos, embora a vinda motivada quer pela vontade de se juntar a familiares (20,5%), quer pela procura de melhor qualidade de vida (10,3%), pareça pesar outro tanto como entre aqueles que fizeram uma trajetória linear. As similitudes existentes entre estes dois conjuntos apenas vêm reforçar a ideia de que os percursos migratórios para os Açores, tendo como entreposto de mobilidade o território continental, tendem a ter lugar dentro de uma lógica essencialmente laboral.

A chegada à Região, através deste percurso mais indirecto, nem sempre implica formas mais explícitas de recrutamento e o envolvimento directo de alguns dos principais actores que, muitas vezes, protagonizam os fluxos laborais, como sejam, por exemplo, as entidades empregadoras na origem ou, então, alguns agentes económicos no destino. Apesar de se tratar de migrações por motivos de trabalho, os mecanismos decisórios em que se basearam encontram-se bastante centrados na iniciativa individual e familiar; 88,3% dos inquiridos que residiram no Continente afirmam que a sua vinda para os Açores se deveu, essencialmente, a uma decisão individual ou familiar. Ao contrário, entre aqueles que, por motivos de trabalho, partiram do seu país de origem directamente para a Região, a alusão a tais agentes torna-se um pouco mais notória (14,4% referem-no contra 7,8% dos do anterior grupo que o fazem), o que indicia que, para além dos motivos de reagrupamento familiar e de desfrute de melhores condições de vida, os mecanismos de circulação e de recrutamento de trabalhadores acabam também

por estar presentes no tipo de trajectória em causa, ou seja, na vinda directa para os Açores.

Quadro 1.7.4: População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal mecanismo impulsor do processo migratório (%)

| | Primeiro destino migratório | | | Total |
|--|-----------------------------|----------------------------|---------------|--------------|
| | Açores | Outras regiões de Portugal | Outros países | |
| Por iniciativa individual/familiar | 82,2 | 88,3 | 95,0 | 84,6 |
| Dentro de estratégias do empregador na origem | 4,2 | 1,1 | 5,0 | 3,5 |
| Numa lógica de recrutamento por parte de um empregador português | 10,2 | 6,7 | - | 8,4 |
| Outro | 3,4 | 3,9 | - | 3,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Um último aspecto a considerar neste ponto, prende-se com a relação que parece existir entre os principais tipos de percursos e as condições financeiras que os imigrantes dispuseram, na origem, para os desencadear. A percentagem dos que afirmaram ter iniciado a sua viagem em direcção ao primeiro destino com recurso a dinheiro próprio, é mais elevada entre aqueles que vêm directamente para os Açores – 67,7% contra 56,2% (Outras regiões de Portugal) e 59,0% (Outros países). Simultaneamente, 40,0% dos que residiram noutra região portuguesa antes de aqui chegarem iniciaram o seu percurso com uma verba emprestada na origem (sobretudo por familiares), ou seja, um quantitativo acima, em cerca de 16 pontos percentuais, da percentagem homóloga respeitante ao grupo anterior.

Quadro 1.7.5: População imigrante segundo o primeiro destino migratório e o principal forma de financiamento da viagem inicial (%)

| Forma de financiamento da viagem | Primeiro destino migratório | | | Total |
|--|-----------------------------|----------------------------|---------------|--------------|
| | Açores | Outras regiões de Portugal | Outros países | |
| Com dinheiro próprio | 67,7 | 56,2 | 59,0 | 63,7 |
| Com dinheiro emprestado por familiares | 18,7 | 34,3 | 17,9 | 23,3 |
| Com dinheiro emprestado por outras pessoas | 3,7 | 4,5 | 2,6 | 3,9 |
| Com recurso à banca | 1,3 | 1,1 | - | 1,2 |
| Outra forma de financiamento | 8,5 | 3,9 | 20,5 | 7,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Refira-se que, na prática, torna-se difícil dissociar este aspecto da ideia de um projecto migratório, por um lado, mais sólido e, porventura, subjectivamente mais previsível e controlado, na maioria dos que vêm directamente para os Açores (os indícios, anteriormente detectados, de uma maior presença de actores de suporte, acaba também por poder ser interpretado como um sinal disso mesmo) e, por outro, a ideia de um projecto mais sinuoso e, talvez, dotado de um maior grau de incerteza, nas situações de quem veio depois de permanecer no Continente, durante um período de tempo mais longo.

De referir, ainda, que a maior debilidade financeira que parece ter caracterizado o início do percurso migratório de uma grande parte dos imigrantes pertencentes a este segundo grupo está longe de ser aquela que se verificou entre aqueles que, mesmo não tendo tido residência fixa noutra região portuguesa, também não partiram do seu país de origem directamente para os Açores, ou seja, os que viveram, algum tempo, noutros países

estrangeiros. Além da percentagem dos que pagaram a sua viagem com recursos emprestados ser, neste último conjunto de imigrantes, metade da do primeiro (cerca de 20,0%), outros 20,0% afirmaram ter beneficiado de modalidades de financiamento alternativas às que têm sido mencionadas, as quais, exceptuando os casos de alguns estudantes que usufruíram de bolsas para o efeito, se prendem, sobretudo, com situações em que foram as próprias entidades empregadoras a custear a viagem.

A finalizar este primeiro capítulo, devemos realçar que:

Os imigrantes nos Açores:

- 1) São oriundos principalmente da União Europeia, do Brasil, de Cabo Verde e da Ucrânia;
- 2) São preponderantemente jovens, embora com acentuadas diferenças de idade por regiões de origem;
- 3) São maioritariamente homens, ainda que não exista uma grande desigualdade entre os sexos;
- 4) São mais instruídos do que os nacionais, embora se verifique uma grande heterogeneidade entre as diversas nacionalidades;
- 5) Registam, em especial nos provenientes da Europa de Leste, alguma inadequação entre a profissão e o grau de habilitações académicas.
- 6) Os que vêm directamente para os Açores são comparativamente mais instruídos e exercem profissões mais qualificadas;
- 7) Uma grande parte apresenta já algum tempo de permanência na Região;

Os Açores

- 1) Parecem ser um destino imigratório apelativo por si só, conseguindo captar uma larga percentagem de imigrantes directamente dos países emissores;

- 2) Apresentam uma tendência para a fixação e renovação dos fluxos imigratórios nas ilhas com uma estrutura económica mais desenvolvida.

Entre 2004 e 2008:

- 1) Aumentou o peso dos brasileiros, diminuiu o dos ucranianos e estabilizou-se o dos cabo-verdianos;
- 2) Assistiu-se a um relativo envelhecimento demográfico e um maior equilíbrio de género;
- 3) Verificou-se um assinalável acréscimo nos níveis de instrução e na qualificação das profissões exercidas pelos imigrantes.

CAPÍTULO 2

MERCADO DE TRABALHO E TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS

Eduardo Ferreira

O presente capítulo tem como principal objectivo a análise da relação dos imigrantes com o mercado de trabalho açoriano. Assim, após se proceder a uma breve descrição sobre a evolução do mesmo nos anos mais recentes, e num primeiro momento, atender-se-á não só a aspectos relativos à estrutura socioprofissional da população em estudo – complementando, deste modo, o perfil profissional mais resumido que foi traçado no capítulo anterior –, como também se dará relevo às condições em que, actualmente, se estabelece a referida relação. Neste ponto, será salientada a situação dos imigrantes perante a actividade e o emprego, a sua repartição pelos principais sectores de actividade, bem como algumas das condicionantes resultantes da situação face à profissão, do vínculo contratual, do regime de trabalho, do desempenho de actividades complementares, ou até relativas ao exercício da actividade para além do horário de trabalho previsto.

Num outro momento, procuraremos aferir qual tem sido a trajectória ocupacional e profissional dos imigrantes, desde a situação no país de origem, durante o último ano de permanência aí, passando pelos primeiros seis meses após a chegada aos Açores, até ao contexto actual. Em suma, através de uma análise articulada sobre a posição, as condições e as trajectórias laborais dos imigrantes, tentar-se-á criar uma base explicativa

para algumas matérias que serão tratadas no próximo capítulo, designadamente a avaliação dos mesmos sobre o presente e as suas expectativas em relação ao futuro.

2.1 - Tendências recentes do mercado de trabalho açoriano e imigração

Desde o seu início que os novos fluxos migratórios para os Açores se definem como um tipo de imigração maioritariamente laboral. Relembre-se que o estudo realizado em 2004 acabava por destacar este traço na relação que existiu entre as condições estruturais e conjunturais que assistiram à emergência do fenómeno imigratório e a própria composição socioprofissional da população imigrante então analisada (Rocha *et al*, 2004: 21-27; *idem*: 91-ss). Tanto a situação económica que Portugal apresentava na altura, como alguns factores de âmbito local, fizeram com que os Açores – enquanto parte integrante do território nacional, mas também no quadro do seu desenvolvimento endógeno – iniciassem o acolhimento de um contingente significativo de estrangeiros num registo baseado, essencialmente, em relações do tipo laboral e salarial. Isto mesmo acabou por ser comprovado através de uma análise que revelou uma composição da população imigrante que, quando comparada com a da população autóctone, se demarcava pelo seu elevado grau de inserção no mercado de trabalho e pelo modo mais ou menos padronizado com que o fazia.

Volvidos quatro anos após a realização do referido estudo, é esperado que, quer o mercado de trabalho quer a esfera profissional, se apresentem, ainda, como pontos centrais quando se ensaia, novamente, a caracterização social da população que tem vindo a compor os fluxos migratórios de entrada nos

Açores. De outro modo, seria sempre difícil compreender não só as eventuais tendências evolutivas do fenómeno em causa, como os motivos que explicam os actuais valores de *stock* de imigrantes na Região, sobretudo num momento em que estes já não se tornam explicáveis apenas pela influência dos principais factores detectados no final da última década, e de que o processo de reconstrução em algumas ilhas, especialmente no Faial, após o sismo de 1998, é o exemplo mais evidente.

Quadro 2.1.1 - Evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho nos Açores (2000-2007)⁸

| | Taxa de Actividade (%) | Taxa de Emprego (%) | Taxa de Desemprego (%) |
|------|---------------------------|------------------------|---------------------------|
| 2000 | 41,8 | 40,6 | 2,9 |
| 2001 | 42,4 | 41,5 | 2,3 |
| 2002 | 43,5 | 42,4 | 2,6 |
| 2003 | 43,8 | 42,6 | 2,9 |
| 2004 | 45,0 | 43,5 | 3,4 |
| 2005 | 45,4 | 43,6 | 4,1 |
| 2006 | 46,0 | 44,3 | 3,8 |
| 2007 | 46,1 | 44,1 | 4,3 |

Fonte: SREA, *Indicadores Estatísticos* (vários).

Neste sentido, um olhar sintético aos indicadores socio-económicos e sectoriais de maior relevância para a realidade em análise, relativos aos anos mais recentes, revela, antes de mais, alguma da dinâmica por que tem passado o mercado de trabalho açoriano.

⁸ Os valores apresentados resultam da média das estimativas trimestrais que constam no Inquérito ao Emprego dos diversos anos. Sendo estas estimativas o resultado da aplicação de uma metodologia por amostragem, à qual se associa uma determinada margem de erro, deve a leitura dos referidos valores ser feita com as devidas reservas.

Uma vez acauteladas as comparações – principalmente, em virtude das diferentes formas de cálculo utilizadas na obtenção de alguns dos valores em causa – pode dizer-se que a capacidade de absorção do mercado de emprego regional tende, hoje, a ser maior do que aquela que existia no final de década de noventa e início desta. O valor médio da Taxa de Actividade tem vindo a aumentar progressivamente desde essa altura. A média dos cálculos aferidos para os últimos três anos situou-se 3,8 pontos percentuais acima dos 42,0% relativos a 2001 e a estimativa do último trimestre de 2007 apontava, inclusivamente, para um quantitativo da ordem dos 46,3%. Esta variação positiva do nível de actividade fez-se acompanhar, por outro lado, de uma crescente ocupação dos postos de trabalho existentes, rondando esta, entre 2005 e 2007, os 44,0%.

Dentro deste panorama, tem vindo a verificar-se uma participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho açoriano, tendência, aliás, que já se havia afirmado durante o último período intercensitário e que tem sido, frequentemente, salientada nas várias análises feitas à evolução dos níveis de emprego na Região.⁹ Num intervalo de três anos, isto é, de 2004 a 2007, o seu peso relativo no volume estimado de população empregada conheceu um aumento de cerca de 2 pontos percentuais, contrariamente, de resto, ao comportamento demonstrado pela população masculina.¹⁰

A reforçar a tendência de absorção do mercado de trabalho açoriano, e com algumas oscilações no que respeita às suas médias anuais, a Taxa de Desemprego, por sua vez, tem vindo

⁹ Entre outros, cf. Tomás, 2003.

¹⁰ Entre 2005 e 2007, o aumento da população feminina empregada no conjunto dos efectivos com mais de 15 anos, foi, sensivelmente, da mesma ordem de grandeza, 2 pontos percentuais – de 39,2%, em 2005, para 41,3%, em 2007 (INE, *Inquérito ao Emprego*, vários).

a apresentar quantitativos abaixo daquele que nos serviu de referência no primeiro estudo sobre a imigração nos Açores, e que se situava nos 6,7%, relativos a 2001. A partir de 2004, as estimativas apuradas trimestralmente sugerem valores médios anuais entre 3,8% e 4,3%, ainda que os primeiros seis meses de 2008 tivessem registado taxas em torno dos 5,5%.¹¹

Quadro 2.1.2. - Estimativas da população empregada nos Açores, por sexo e grupo etário (2004-2007) (%)¹²

| | H | M | 15-24 Anos | 25-34 Anos | 35-44 Anos | 45 + Anos |
|-------------|------|------|------------|------------|------------|-----------|
| 2004 | 63,6 | 36,4 | 15,3 | 28,9 | 27,4 | 28,4 |
| 2005 | 63,3 | 36,7 | 15,2 | 29,2 | 27,0 | 28,6 |
| 2006 | 62,1 | 37,9 | 14,4 | 29,6 | 26,9 | 29,1 |
| 2007 | 61,4 | 38,6 | 12,4 | 29,8 | 27,0 | 30,8 |

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego* (vários).

Porém, e face à inexistência de informação disponível sobre a distribuição dos níveis de desemprego por grupos etários, deve salientar-se que, entre 2004 e 2007, se nota um decréscimo da incidência do emprego no escalão etário mais jovem (15-24 anos) – de 15,3% para 12,4% –, o qual, em regra, é também o mais qualificado. Este aspecto, não obstante a possibilidade de se encontrar influenciado pelo prolongamento, cada vez maior, do percurso escolar nessas idades, parece ir ao encontro da estrutura etária do desemprego que a Região tem vindo a apresentar de alguns anos a esta parte, e que tem como uma das suas características principais o facto de o fenómeno em

¹¹ Em termos mais precisos, a Taxa de Desemprego para os 1.º e 2.º trimestres de 2008 foi de 5,6% e 5,4%, respectivamente (INE, *Inquérito ao Emprego*, 1.º e 2.º trimestres).

¹² Valores médios anuais, com base nos cálculos por trimestre.

causa se fazer sentir, maioritariamente, entre os activos mais jovens e à procura do primeiro emprego.

A distribuição mais recente da população activa açoriana por grandes grupos profissionais apresenta também ligeiras alterações relativamente à forma que assumia em 2001,¹³ o que não obsta a que encontremos uma estrutura que, em termos gerais, continua a ser marcada pela elevada concentração dos efectivos em domínios laborais associados a baixos níveis de instrução e de qualificação.

Assim, no quadro das categorias que sofreram um reforço numérico, e se exceptuarmos a dos dirigentes e quadros superiores, destacam-se algumas correspondentes às actividades que, do ponto de vista económico e social, costumam ser menos valorizadas, designadamente a categoria dos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem” e a dos “Operários, artífices e trabalhadores similares”. Curiosamente, tal tendência acaba por não se estender aos “Trabalhadores não qualificados”, rubrica esta que, em conjunto com a anterior e com a do “Pessoal dos serviços e vendedores”, acolhia, em 2004, quase 80,0% dos imigrantes empregados na Região.¹⁴ Refira-se ainda que, no conjunto destes três grupos, apenas a perda de importância relativa sofrida pelas profissões sem qualquer grau de qualificação corresponde a uma inversão de sentido relativamente aos comportamentos evidenciados ao longo da década de noventa; tanto as profissões relacionadas com os serviços e vendas como o trabalho operário confirmam,

¹³ Salvedor-se o facto do Quadro 2.1.3 apresentar dados respeitantes a fontes com metodologias de recolha de informação distintas entre si.

¹⁴ O estudo realizado em 2004 apontava para uma distribuição maioritária dos imigrantes empregados por estes três grupos profissionais: “Trabalhadores não qualificados” (53,5%); “Operários, artífices e trabalhadores similares” (13,0%); “Pessoal dos serviços e vendedores” (11,6%).

segundo os dados mais recentes, essa capacidade mais antiga de captação de população activa.

Quadro 2.1.3: População activa açoriana, por grupos profissionais, 2001 e 2006 (%)

| Grupos profissionais (C.N.P. /1994) | 2001 | 2006 |
|---|--------------|--------------|
| | % | % |
| Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas | 4,1 | 5,2 |
| Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas | 7,1 | 5,1 |
| Técnicos Profissionais de Nível Intermédio | 8,8 | 8,4 |
| Pessoal Administrativo e Similares | 10,2 | 9,7 |
| Pessoal dos Serviços e Vendedores | 13,7 | 16,3 |
| Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas | 10,0 | 11,3 |
| Operários, Artífices e Trabalhadores Similares | 19,4 | 21,4 |
| Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem | 5,6 | 6,1 |
| Trabalhadores não Qualificados | 20,0 | 16,5 |
| Forças Armadas | 1,1 | 0,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 |

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001; INE, *Inquérito ao Emprego* 2006.

Não poderá deixar de ser sugerida a aparente ligação que parece existir entre estas linhas de evolução e o desempenho de algumas das actividades económicas que, de forma mais directa, têm sido responsáveis pela inserção laboral dos imigrantes nos Açores, nomeadamente o ramo da construção e o do alojamento e restauração. Deste modo, tanto o decréscimo, em cerca de 17,5%, anteriormente apontado para o grupo dos “Trabalhadores não Qualificados” como o aumento, em quase 19,0%, verificado na categoria do “Pessoal dos Serviços e Vendedores”, podem, a nosso ver, ser lidos como sendo o reflexo (ainda que parcial), por um lado, do abrandamento do sector da construção e, por

outro, da dinâmica continuada que o ramo do alojamento e restauração tem vindo a encetar (Quadro 2.1.4).

Se o comportamento do primeiro, ao longo dos últimos anos, se caracterizou por algumas flutuações respeitantes à actividade e ao emprego, apresentando, mais recentemente, quantitativos um pouco inferiores aos demonstrados no início desta década (e, em particular, aos averbados em 2004), o mesmo já não acontece com o segundo.¹⁵ Com efeito, e ainda que os dados relativos a 2006, apresentados no Quadro 2.1.4, tenham um carácter preliminar, o valor de bens e serviços produzidos, no final desse ano, em termos das actividades relacionadas com o alojamento e a restauração, é o resultado de um desempenho económico positivo e continuado, o qual tem vindo a verificar-se desde, pelo menos, 1998, momento este que, de resto, constitui um marcador temporal do arranque e incremento dos fluxos migratórios para os Açores. Esta lógica de crescimento fez-se acompanhar de uma tendência para o ramo em questão absorver volumes de mão-de-obra cada vez mais significativos, embora a inexistência de informação disponível mais recente não permita perceber a direcção tomada pela quebra assinalada entre 2005 e 2006.

Em face do que foi exposto, a questão que se coloca é a de se saber se o afluxo e a presença de imigrantes nos Açores, ao longo do último quinquénio, sensivelmente, pode, ou não, ser dissociada do panorama mais recente do mercado de trabalho regional. Não obstante a sua capacidade de interferência nos valores mais recentes alcançados pelos *stocks* e fluxos imigratórios, como se compreenderá,

¹⁵ Depois de uma quebra verificada entre 2002 e 2003, a venda de cimento nos Açores tem vindo a assumir valores relativamente estáveis, comprovando, assim, um comportamento do sector da construção diferente daquele que foi patenteado no final da década de noventa. Cf. SREA, *Indicadores Estatísticos* (vários).

a economia da Região não é a única – nem, porventura, a mais importante – determinante a ter em conta neste âmbito, mais não seja pelo seu enquadramento a nível nacional. A mobilidade da força de trabalho no interior do território português, perspectivada à luz das tendências recentes do mercado de trabalho nacional, é algo que neste âmbito não pode ser classificado de secundário.

Quadro 2.1.4. - Evolução do VAB e níveis de emprego relativos aos sectores da Construção e do Alojamento e Restauração (1998-2006)

| Anos | Construção | | Alojamento e Restauração | |
|----------|------------------------------------|-------------|------------------------------------|-------------|
| | Valor Acrescentado Bruto (VAB) (a) | Emprego (b) | Valor Acrescentado Bruto (VAB) (a) | Emprego (b) |
| 1998 | 129 | - | 59 | - |
| 1999 | 130 | - | 63 | - |
| 2000 | 132 | 15.0 | 69 | 3.4 |
| 2001 | 166 | 18.1 | 75 | 4.6 |
| 2002 | 172 | 18.1 | 76 | 4.9 |
| 2003 | 161 | 17.7 | 82 | 5.0 |
| 2004 | 173 | 16.7 | 95 | 5.5 |
| 2005 | 162 | 16.1 | 105 | 6.4 |
| 2006 (c) | 164 | 15.4 | 113 | 5.1 |

(a) A preços de base. Unidade: milhões de euros. Fonte: SREA, *Principais Indicadores Estatísticos* (vários).

(<http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B0f465182-d97a-4546-8c74-5e1fa25aeb6e%7D.htm>).

(b) Unidade: milhares. Fonte: SREA, *Anuários Estatísticos* (2000-2006).

(http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=392&idsc=404).

(c) Dados preliminares

Na verdade, o mercado de trabalho português, durante os últimos anos, tem vindo a revelar um reforço de alguns sinais de precariedade – já demonstrados, anteriormente, refira-se –,

e que acabam por assegurar as condições necessárias à sua fácil penetração por parte de mão-de-obra imigrante.

Entre as principais tendências apontadas pelo Livro Branco das Relações Laborais (MTSS, 2007), junta-se à crescente evidência de formas atípicas de emprego e à manutenção dos níveis salariais reduzidos e desigualmente distribuídos, dois outros factores cujo contributo para o efeito pode ser significativo. Por um lado, e apesar de a taxa de desemprego se manter comparativamente baixa em relação a outros estados-membros da UE, desde 2003 que se verifica uma tendência para o seu aumento. No período 2003-2007, este indicador conheceu um acréscimo em quase todos os escalões etários e de escolaridade, mas a duração do desemprego tem vindo a fazer-se sentir, de forma muito mais significativa, entre os indivíduos com baixos níveis de instrução (Ensino Básico e menos) do que entre os trabalhadores mais jovens, os quais, em regra, são também os mais qualificados. Significa isto que, por via deste aumento dos períodos de desemprego junto da fracção de activos em questão, tende a ficar a descoberto alguns segmentos de emprego que, muito facilmente, conseguem atrair mão-de-obra imigrante, isto é, que seja, simultaneamente, barata e flexível.

Por outro lado, o mercado de trabalho português tem vindo a caracterizar-se pelo aumento de formas de emprego sujeitas ao contrato a termo certo, sendo que esta, em particular, acabou mesmo por se revelar a única fonte responsável pelo crescimento do emprego no nosso país durante os últimos cinco anos. Por esta via, aumentou o nível de precariedade que, já nos finais dos anos noventa e início desta década, se fazia sentir no mercado de trabalho nacional, o que, em conjugação com o facto de a mão-de-obra imigrante continuar a apresentar a tal dupla característica de ser "económica" e facilmente adaptável a

diversas situações, contribui, como se disse, para uma partilha do emprego disponível entre a população autóctone e os imigrantes.

Além disso, e ainda que a população imigrante, em Portugal, continue a cumprir, essencialmente, uma função de substituição da população activa autóctone em sectores pouco qualificados – como é o caso da construção civil e dos serviços domésticos (OCDE, 2007) –, nada indica que esta se mantenha como a lógica predominante no actual modelo de integração dos imigrantes no mercado de trabalho português. Com efeito, o mesmo documento produzido pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS, 2007), e no qual temos vindo a apoiá-los, aponta para uma diminuição do trabalho por conta própria, desde 2003, o que pode aumentar a probabilidade do trabalho imigrante entrar em concorrência directa com a mão-de-obra nacional assalariada, disputando níveis de rendimento e de precariedade laboral, tendencialmente, mais baixos e flexíveis.

Em síntese, e retomando o caso dos Açores, pode dizer-se que a evolução do mercado de trabalho regional tem sido marcada pela sua crescente capacidade de absorção, sobretudo em termos da população activa feminina e de escalões etários que não são necessariamente os mais jovens. Assim, e à semelhança de algo já verificado em 2004, a condição expectante que recai sobre os jovens mais qualificados, em resultado da dificuldade destes ocuparem (ainda que de forma precária) os postos de trabalho condicentes com o seu nível de formação, parece não entrar em contradição com as possibilidades que se abrem aos imigrantes, relativamente ao desempenho de actividades para as quais não são necessários elevados níveis de qualificação.

Todavia, se, deste ponto de vista, a situação não difere sobremaneira do contexto que caracterizou a intensificação dos

fluxos migratórios para os Açores no início deste século, o mesmo não se poderá dizer quanto aos sectores que, tradicionalmente, têm absorvido a maioria desses imigrantes. De facto, e como atrás tentámos demonstrar, o panorama a este nível alterou-se ligeiramente. Tais variações não deixam, por isso, de suscitar o levantamento de algumas questões, começando, desde logo, pelas eventuais mudanças que se poderão ter operado na estrutura étnica e cultural da população imigrante empregada. A verdade é que, face à correspondência detectada, há quatro anos atrás, entre o desempenho de determinadas actividades e a origem geográfica e étnica dos imigrantes, se adivinham alguns efeitos resultantes das referidas alterações na composição socioprofissional da população em análise. A somar a esta possibilidade, há que equacionar, de igual modo, possíveis mudanças já não apenas relacionadas com o perfil dos imigrantes, que vimos no capítulo anterior, mas também com as condições de trabalho a que os mesmos, actualmente, se encontram sujeitos.

2.2 - Mercado de trabalho e estrutura socioprofissional dos imigrantes

Tal como se referiu no início do ponto anterior, a principal modalidade de acolhimento de estrangeiros nos Açores, durante os primeiros anos deste século, caracterizou-se, sobretudo, pela evidência dos laços laborais e salariais. O inquérito agora levado a cabo volta a confirmar esta característica, revelando, para os imigrantes, níveis de actividade e de participação no mercado de trabalho bastante superiores aos da população açoriana em geral. Com base na informação recolhida, a Taxa de Actividade dos primeiros assume um valor (84,6%) que se situa quase

40 pontos percentuais acima do da taxa homóloga, estimada em 2007, para o conjunto dos activos açorianos (46,1%). A sua comparação por sexos, revela ainda uma diferença mais acentuada, sobretudo no caso das mulheres em que a mesma atinge os 44 pontos, um valor que contrasta com a distância que separa os homens (32 pontos).¹⁶

A natureza, essencialmente económica e laboral dos fluxos em estudo, faz-se notar, por outro lado, na elevada proporção de imigrantes cuja condição perante o trabalho respeita o estatuto de *empregado* (81,0%), apesar desta percentagem representar uma redução muito ligeira relativamente à que havia sido observada em 2004 (85,0%). Se considerada como um valor médio, tal proporção acaba por atenuar o contraste interno que, no plano em causa, separa os homens das mulheres, uma vez que a ocupação efectiva dos postos de trabalho, no caso do primeiro grupo, é superior à testemunhada para o segundo (85,4% contra 74,8%). Todavia, encontramos-nos perante uma desigualdade muito inferior à verificada há quatro anos atrás, em que a diferença entre sexos na categoria da *população activa empregada* rondava os 25 pontos percentuais,¹⁷ mais condicente, portanto, e comparativamente à realidade presente, com o modelo sociodemográfico e laboral que costuma caracterizar as primeiras vagas deste tipo de migrações, isto é, a presença de uma população imigrante em que os níveis mais elevados de integração no mercado de trabalho têm um cunho essencialmente masculino.

¹⁶ Os diferenciais em causa foram obtidos tomando como valores de referência a média das Taxas de Actividade calculadas para os quatro trimestres de 2007: 56,3% para os homens e 36,0% para as mulheres (INE, *Inquérito ao Emprego*, 4.º Trimestre)

¹⁷ No estudo anterior, a percentagem de homens empregados situava-se nos 90,2%, contra a de 65,5% registada entre as mulheres.

Quadro 2.2.1: População imigrante segundo a situação face ao trabalho, por sexo (%)

| Itens | HM | H | M |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | % | % | % |
| Empregado | 81,0 | 85,4 | 74,8 |
| Desempregado | 3,6 | 2,8 | 4,8 |
| Doméstica | 2,1 | 0,0 | 5,2 |
| Reformado | 5,3 | 4,5 | 6,4 |
| Estudante | 4,0 | 3,4 | 4,8 |
| Estudante-trabalhador | 0,7 | 0,5 | 0,8 |
| Inválido/Incapacitado | - | - | - |
| Outra | 3,3 | 3,4 | 3,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Torna-se, assim, manifesto que o tempo tem vindo a encarregar-se de reforçar a vertente feminina no panorama da inserção laboral dos imigrantes fixados na Região, tanto em termos de actividade como de emprego, o que não escamoteia as diferenças de género ainda existentes, e que também se fazem sentir quando atendemos à outra componente da população activa – os *desempregados*. Com efeito, dos cerca de 80,0% de mulheres que, no momento do inquérito, se apresentavam em situação de actividade, quase 5,0% declararam estar desempregadas, enquanto que, nos homens, a percentagem homóloga se situava nos 3,0%. Tal como havíamos detectado no primeiro estudo – e, aliás, à semelhança do que acontece com os activos portugueses em geral –, o desemprego entre os imigrantes nos Açores continua a ser um fenómeno tendencialmente feminino. Deve, portanto, acrescentar-se que não só a sua incidência junto das mulheres é, hoje, superior à registada há quatro anos (1,2%) como, também em relação a

essa altura, aumentou, em cerca de 1,5 pontos percentuais, a diferença que separa este grupo do dos homens.

O aumento da percentagem de desempregados junto da população imigrante feminina é, de resto, uma tendência que reflecte aquilo que aconteceu com o conjunto mais alargado formado por homens e mulheres, entre 2004 e 2008, em que de 0,7% se passou para 3,6%, e que acaba por estar presente, também, no grupo formado apenas pelos activos masculinos – de 0,6% para 2,8%. Se, por um lado, este se presta a ser interpretado como um sinal da maior relação dos imigrantes, em geral e por categorias de género, com o mercado de trabalho açoriano, não podemos deixar de referir aqui uma das questões que, com maior pertinência, se coloca, hoje em dia, ao fenómeno imigratório na sua relação com o mercado de trabalho. Trata-se da necessidade de se conhecer o impacto que algumas das disfunções apresentadas pelas economias – nomeadamente, o fenómeno do desemprego – têm sobre os imigrantes.

Como é referido num relatório produzido pela OCDE (2007), continua a existir um número significativo de imigrantes com o estatuto de desempregados ou a viver situações prolongadas de trabalho precário. Por outro lado, e a par com os segmentos mais qualificados dessa população, as mulheres imigrantes constituem um dos grupos em que, habitualmente, mais se nota a presença de tais condições, o que explica, em larga medida, o facto destas apresentarem, muitas vezes, modos e estratégias de inserção sócio-económica do tipo informal e à margem dos padrões detectáveis dentro do universo masculino (Peixoto, 2006).

À luz de tais observações, e embora os valores atrás apontados, relativamente à importância actual da componente do desemprego junto dos imigrantes activos a residir actualmente

nos Açores, não remetam para uma realidade que possa ser classificada de preocupante, a tendência agora detectada não deverá, a nosso ver, deixar de fazer parte, num futuro próximo, dos vectores a ter em conta quanto à evolução do fenómeno migratório na Região. Ao calcularmos a Taxa de Desemprego global a partir do número de casos (valores absolutos) que sustentam as percentagens observáveis no quadro anterior, chegamos a um valor de 4,3%, ou seja, idêntico ao da Taxa de Desemprego estimada para o conjunto dos activos açorianos, ao longo dos quatro trimestres de 2007. Por outras palavras, no caso dos imigrantes, encontramos-nos perante uma estrutura cuja representatividade no mercado de trabalho, como vimos, é maior do que a da população autóctone, mas relativamente à qual já se colocam algumas questões relacionadas com aparentes desajustamentos entre a oferta e a procura de trabalho.

Ainda que a exiguidade dos números, respeitantes à categoria em questão, condicione um tratamento estatístico válido, com recurso a metodologias apropriadas, para se propor uma tipologia dos imigrantes activos em situação de desemprego, refira-se, a título meramente indicativo, que dos 22 casos de desemprego detectados durante a fase de recolha de informação, cerca de metade (11 casos) apresentava um período de residência nos Açores entre os 5 e os 9 anos, encontrando-se estas situações desigualmente distribuídas pelas ilhas seleccionadas para este estudo.¹⁸ Por outro lado, a incidência do fenómeno tendia a fazer-se sentir, sobretudo, entre os indivíduos situados no grupo etário dos 25 aos 34 anos,¹⁹ e, de modo particular, junto dos cidadãos de países

¹⁸ S. Miguel (9 casos), Faial (6 casos), Pico (4 casos) e Terceira (3 casos).

¹⁹ Mais precisamente, 12 casos (54,5%).

da América Central e do Sul,²⁰ o que justifica que mais de 1/3 dos imigrantes desempregados possuíssem, como nível de escolaridade, o Ensino Secundário.²¹ Além disso, convém salientar que a reincidência das situações de desemprego não se apresentava como um aspecto de todo estranho aos inquiridos que se reviam na categoria em causa, pelo que cerca de 1/3 dos mesmos disseram não ter encontrado emprego nos primeiros 6 meses após a sua chegada aos Açores.²²

Como se compreende, uma interpretação mais correcta deste aspecto carecerá de um conjunto de informação diversa que, apesar de não ser aqui tida em conta, valerá a pena convocar para os contextos institucionais e científicos em que venha a decorrer o acompanhamento e a produção de conhecimento sobre a imigração e os imigrantes nos Açores. Entre essa informação importa que, para além da sua comparabilidade temporal, existam, por exemplo, dados sobre a duração das situações de desemprego e a dependência, ou não, de subsídio e apoios resultantes desta condição.

Contrastando com o teor menos positivo sugerido por algumas das observações anteriores – sobretudo pelo facto de poderem vir a exigir às entidades responsáveis alguma atenção e acompanhamento nas suas tendências evolutivas –, a verdade é que a Região parece beneficiar, presentemente, de uma estrutura de imigrantes activos menos envelhecida do que aquela que demonstrava em 2004 (Gráfico 2.2.1). De facto, se atendermos ao peso relativo que a população imigrante

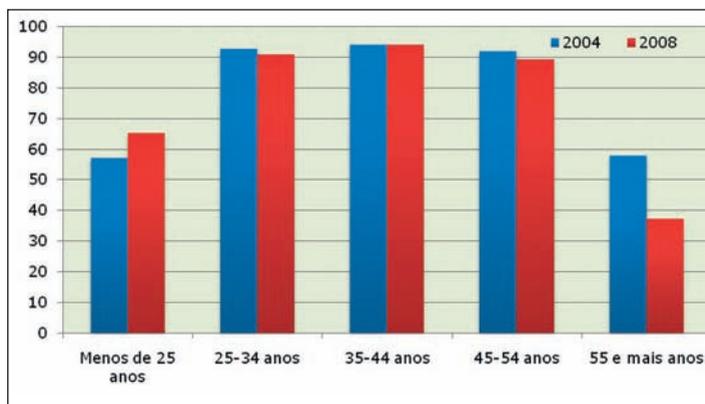
²⁰ Do total de 22 desempregados inquiridos, 9 (40,9%) eram oriundos deste grupo, sendo de salientar, ainda, o registo de 5 casos (22,7%) entre os imigrantes do Resto da Europa, e de outros 5 casos (22,7%) entre os de África.

²¹ O peso relativo do desemprego entre os detentores do Ensino Secundário era de 36,4% (8 casos).

²² Designadamente, 7 casos (31,8%).

empregada e desempregada possui nos vários grupos de idade, podemos verificar que o aumento ocorrido, entre 2004 e 2008, no escalão com menos de 25 anos, fez-se acompanhar de uma diminuição na faixa que vai para além dos 55 anos. Este rejuvenescimento relativo dos imigrantes activos, e que, curiosamente, contrasta com o já referido envelhecimento que esta população, no seu geral, veio a sofrer no período considerado (ver Capítulo 1), parece indiciar não só uma maior facilidade de inserção laboral em idades bastante jovens,²³ mas também, e não menos relevante, uma maior capacidade, demonstrada por parte da Região, de manter e/ou atrair um grupo de imigrantes mais velhos dentro de uma lógica menos laboral.

Gráfico 2.2.1: População imigrante activa por grupos de idade, em 2004 e 2008 (%)



Nesta medida, tratam-se de indícios que apontam para uma evolução positiva do fenómeno imigratório nos Açores, embora, como se ficou a saber no Capítulo 1, estas sejam

²³ Em comparação com 2004, por exemplo, o peso dos estudantes cai de 10,6% para 4,0%.

as duas faixas etárias com menos representatividade na globalidade dos estrangeiros a residir presentemente na Região, para além de não podermos rejeitar o facto de que o tipo de imigração em análise continua a demonstrar características marcadamente laborais. Deve acrescentar-se, ainda, que este duplo rejuvenescimento da população imigrante activa é uma tendência referenciável, sobretudo, aos estrangeiros naturais de países da União Europeia, pois, como foi possível verificar anteriormente, cerca de um quarto destes têm mais de 55 anos, sendo também o grupo que, em termos relativos, mais se faz representar no conjunto daqueles que têm idades inferiores aos 25 anos. Por este motivo, trata-se de um aspecto que também deve ser tido em conta à luz do nível de instrução relativamente elevado que a maioria destes cidadãos estrangeiros continua a apresentar no contexto mais geral dos imigrantes.

A par do que tem vindo a ser apontado em relação à situação dos imigrantes na Região perante o trabalho e o emprego, a forte presença das componentes económica e laboral no fenómeno em análise dá-se ainda a conhecer através da variável actividade e da distribuição sectorial desta mesma população (Quadro 2.2.2). Ainda que os resultados do inquérito realizado mostrem que os imigrantes nos Açores ocupam postos de trabalho em praticamente todos os sectores de actividade, é possível identificar uma situação de polarização muito semelhante àquela que demos conta, no capítulo anterior, aquando da referência à estrutura socioprofissional dos mesmos.

Sendo este, de resto, um dado expectável pela ligação que existe entre as duas variáveis em causa (profissão e actividade), constata-se, assim, que quase 65,0% dos imigrantes empregados na Região se encontram distribuídos pelos sectores da Construção (31,0%), da Hotelaria e Restauração (10,6%) e, de um modo

geral, pelo dos Serviços de natureza económica (22,7%), reflectindo isto, mais uma vez, a sua elevada concentração em ocupações de nível intermédio e até baixo.

Quadro 2.2.2: População imigrante segundo os sectores de actividade, por sexo (%)

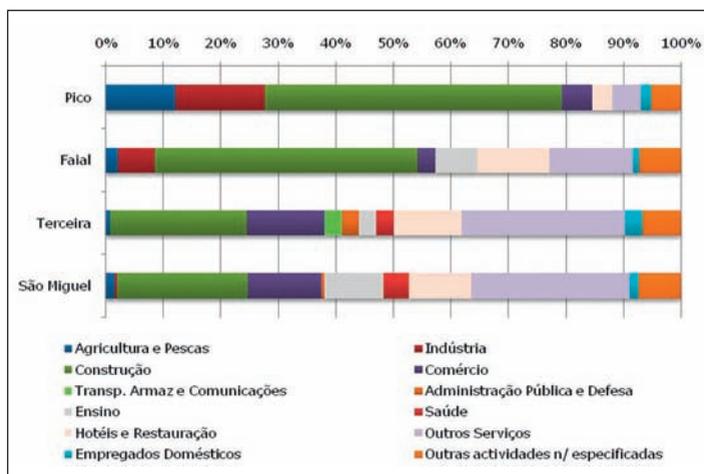
| Sectores de Actividade | HM | H | M |
|---|--------------|--------------|--------------|
| | % | % | % |
| Agricultura e Pescas | 2,6 | 3,9 | 0,5 |
| Indústria | 3,3 | 1,0 | 7,0 |
| Construção | 31,0 | 48,7 | 2,1 |
| Comércio | 10,2 | 8,6 | 12,8 |
| Transportes, Armazenamento e Comunicações | 0,8 | 1,3 | - |
| Administração Pública | 1,0 | 1,0 | 1,1 |
| Ensino | 6,5 | 3,6 | 11,2 |
| Saúde | 2,6 | 3,0 | 2,1 |
| Hotéis e Restauração | 10,6 | 9,9 | 11,8 |
| Outros Serviços | 22,7 | 14,1 | 36,4 |
| Empregados domésticos | 1,8 | - | 4,8 |
| Outras act. n/especificadas | 6,9 | 4,9 | 10,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Tanto em termos globais como nesta distribuição tripartida, em particular, alguns aspectos parecem-nos ser dignos de nota. Em primeiro lugar, importa referir que a distribuição sectorial revelada pelo inquérito agora realizado é muito mais consentânea com a que o país, no seu todo, apresentava no início da presente década, do que aquela que foi divulgada pelo estudo levado a cabo há quatro anos. Tal constatação é-nos fornecida pela comparação dos valores gerais evidenciados pelo Quadro 2.2.2 com os do Quadro 2.2.3, notando-se que, actualmente, a maior paridade se estabelece no sector da Construção, no dos Hotéis

e Restauração e, ainda, no do Comércio. De algum modo, daqui sai reforçada a ideia de que o fenómeno imigratório nos Açores tem vindo a caracterizar-se, entre outros aspectos, por um certo desfasamento temporal em relação às tendências verificadas em termos nacionais.

Um segundo ponto a destacar prende-se com as diferenças consideráveis que são reveladas por aquela distribuição sectorial global quando se toma em consideração a sua repartição geográfica por ilha.

Gráfico 2.2.2: População imigrante activa segundo a ilha de exercício da actividade, por sectores de actividade (%)



Através do Gráfico 2.2.2, podemos verificar que, tanto em S. Miguel como na Terceira, a absorção de mão-de-obra imigrante é feita não só através de uma maior diversidade de sectores, mas também obedecendo a uma distribuição mais equitativa dentro dos principais sectores em que o processo tem lugar. Em cada uma destas duas ilhas, os níveis de

concentração nos sectores da Construção e dos Serviços são muito semelhantes entre si (da ordem dos 20,0% a 30,0%), ocorrendo algo similar entre o Comércio e a Hotelaria e Restauração, em que os valores variam entre os 10,0% e os 14,0%. O mesmo já não é possível afirmar em relação ao Faial e ao Pico, onde a Construção é a principal ocupação para cerca de metade dos imigrantes aí inquiridos (46,0% e 52,0%, respectivamente), sublinhando, deste modo, o papel relevante que, nestas ilhas, desde o início dos primeiros fluxos migratórios para os Açores, o sector em causa continua a desempenhar na integração económica desta população. A dificuldade de integrar esta mão-de-obra pela via do Sector Terciário manifesta-se, sobretudo, na ilha do Pico, sendo que 80,0% dos postos de trabalho ocupados pelo grupo aí referenciado se distribuem pela Agricultura e Pescas (12,1%), a Indústria (15,5%) e a Construção Civil (51,7%).

Quadro 2.2.3: Repartição sectorial dos imigrantes em Portugal, em 2001 (%)

| | % |
|---|--------------|
| Agricultura, Silvicultura e Pescas | 2,7 |
| Indústria | 14,0 |
| Construção Civil | 36,1 |
| Hotelaria e Restauração | 12,9 |
| Comércio | 7,8 |
| Serviços a Empresas | 15,0 |
| Outros | 11,6 |
| Total | 100,0 |

Fonte: Ferreira, Rato e Mortágua, 2004.

Para além de colocarem em evidência a relação positiva que parece existir entre o nível de desenvolvimento da estrutura

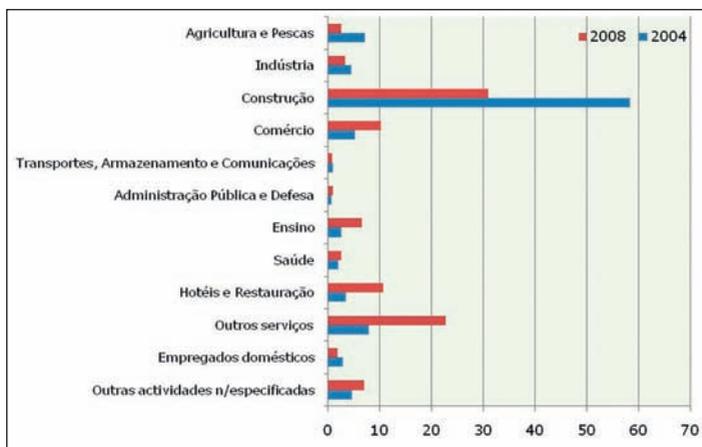
económica de cada uma das ilhas e a maior ou menor diversidade de vias responsáveis pela inserção de mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho açoriano, os dados acima apresentados obrigam a que destaquemos ainda um outro aspecto. De facto, a distribuição em causa não deixa de poder ser interpretada como uma prova adicional do elevado grau de atracção que, pela via laboral, S. Miguel e Terceira apresentam comparativamente às outras duas ilhas. A excessiva concentração que se faz sentir no sector da Construção, tanto no Faial como no Pico, sugere que as expectativas dos imigrantes que vão passando por aí se forjem em perspectivas futuras de uma elevada imobilidade profissional.

Retomando novamente os valores globais do Quadro 2.2.2, o terceiro ponto que é digno de realce prende-se com as alterações muito significativas que ocorreram, entre 2004 e 2008, na repartição sectorial dos imigrantes nos Açores (Gráfico 2.2.3). Com efeito, ao longo deste período, verificou-se uma importante perda relativa no ramo da Construção (de 58,0% para 31,0%), em benefício das actividades terciárias, designadamente do ramo do Comércio (de 5,0% para 10,0%) e, sobretudo, dos Serviços de natureza económica, onde acabou por se registar a principal mudança em termos de concentração relativa de mão-de-obra imigrante (de 12,0% para 33,0%).²⁴ O mesmo já não aconteceu no domínio dos serviços de carácter social, como é o caso do conjunto formado pelo Ensino e pela Saúde, e para o qual, durante o intervalo de tempo assinalado, se assistiu a uma variação de 5,0% para 9,0% no nível de representatividade dos imigrantes empregados, contribuindo isto para demonstrar que a

²⁴ Tratam-se de valores respeitantes apenas às rubricas "Hotéis e Restauração" e "Outros Serviços". De salientar que, na realidade, os quantitativos em questão podem até ser relativamente superiores aos apresentados, em virtude de possíveis incrementos por parte do item "Outras actividades não especificadas".

presença, entre nós, de estrangeiros a desempenhar profissões que dependem de elevados níveis de qualificação é, ainda, uma realidade pouco afirmada nestas profissões.

Gráfico 2.2.3: População imigrante segundo os sectores de actividade, em 2004 e 2008 (%)



Face às duas principais variações acima assinaladas – Construção e Serviços –, e procurando retomar uma questão por nós levantada no início do presente capítulo, este parece ser já um sinal claro da influência exercida pelo mercado de trabalho regional sobre a estrutura dos imigrantes empregados nos Açores, a qual, como se constata, tende a reflectir, simultaneamente, o abrandamento experimentado, em anos mais recentes, pela construção civil e a dinâmica que tem vindo a ser demonstrada por algumas actividades ligadas às vendas e aos serviços em geral.

Este último aspecto merece, inclusivamente, uma nota particular e que resulta da comparação entre o valor referente ao ramo dos “Hotéis e Restauração” (10,6%) e aquele que

é apresentado pela rubrica “Outros Serviços” (22,7%). Na verdade, a desigual repartição dos níveis de representatividade por ambos os itens, prova, de forma inequívoca, o carácter de diversidade que marca a integração dos imigrantes empregados (pelo menos do ponto de vista económico) nas actividades e ocupações de natureza terciária, obrigando, em nossa opinião, a que se relativize a importância – por vezes, porventura excessiva – que, neste domínio, costuma ser dada à componente da hotelaria e restauração.

Se, por um lado, é verdade que vários trabalhos de investigação realizados na área da imigração em Portugal têm vindo a demonstrar ser este um ramo específico de franca absorção da mão-de-obra estrangeira (AAVV, 2002; Kovács, 2005; Pires, 2006) – sobretudo para alguns grupos particulares, como é o caso dos brasileiros (Malheiros, 2007; Padilla, 2005) –, por outro, não deixa de ser curioso dar conta do facto de que, no domínio dos serviços, a distribuição intrasectorial desses imigrantes se dá a conhecer através de uma assinalável variedade de profissões e de ocupações. No caso em estudo, e de acordo com a informação recolhida, estas tanto dizem respeito a actividades económicas direccionadas para a prestação de serviços pessoais²⁵ como se estendem a outras mais directamente relacionadas com o apoio a empresas e a estruturas diversas,²⁶ passando ainda por algumas áreas de natureza social e cultural.²⁷

²⁵ Entre os inquiridos que se incluem neste âmbito, destacam-se, por exemplo, aqueles que trabalham em salões de cabeleireiro e estética ou em ginásios e SPA.

²⁶ Nesta área encontram-se, sobretudo, imigrantes que, não estando inseridos no sector da Construção (pelo menos de forma permanente), desenvolvem actividades mais especializadas e de carácter essencialmente técnico, como, por exemplo, electricistas, técnicos de ar condicionado, técnicos de telecomunicações ou técnicos de laboratório.

²⁷ Principalmente, indivíduos na área da animação cultural e que prestam serviços de apoio a idosos, a crianças e a outros imigrantes.

Todavia, e a par da diversidade em causa, respeitante à generalidade dos Serviços, não podemos deixar de sublinhar a significativa concentração de inquiridos em dois subsectores específicos. O primeiro prende-se com algumas actividades relacionadas com o turismo, em que se destacam, principalmente, os cidadãos estrangeiros que prestam serviços para agências de viagens e que, na sua maioria, se inserem na categoria profissional de guias. Este subconjunto tem um peso relativo já considerável – cerca de 20,0% – dentro da rubrica “Outros Serviços”, ainda que, no total dos imigrantes inquiridos a exercer actividade dos Açores não ultrapasse os 5,0%. O outro subsector que, em comparação com o anterior, revela ainda uma maior capacidade de atracção de mão-de-obra estrangeira – reunindo, inclusivamente, quase 10,0% da globalidade dos inquiridos empregados –, é aquele que agrupa as actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas. O seu peso relativo na categoria “Outros Serviços” ronda os 37,0%, fazendo-se representar, com maior notoriedade, neste subsector os respondentes empregados em estabelecimentos de diversão nocturna e aqueles que desempenham actividade em várias modalidades desportivas.

Como bem se compreenderá, a evolução positiva que se verificou, entre 2004 e 2008, tanto na estrutura socioprofissional da população imigrante nos Açores como na distribuição desta pelo mapa dos vários sectores de actividade económica, não pode deixar de ser lida à luz do aumento significativo dos níveis de instrução que também acabou por ocorrer ao longo do mesmo período, aspecto que, de resto, fizemos questão de sublinhar no Capítulo 1. Isto não significa, porém, que, de um modo geral, se possa falar de uma total correspondência entre as competências resultantes da escolaridade que, até ao

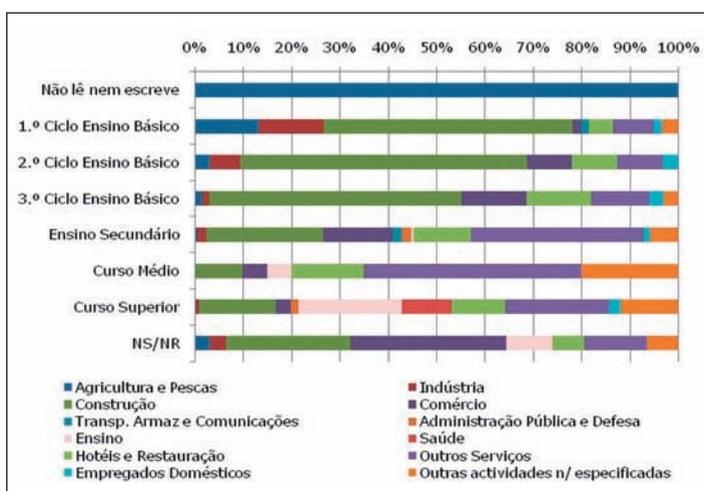
momento, foi adquirida pelos imigrantes e o seu desempenho profissional e ocupacional.

Na realidade, e como é possível inferir do Gráfico 2.2.4, confirma-se a possibilidade, também anteriormente levantada, de uma parte desta população estar a exercer actividades inferiores às respectivas qualificações. Desde logo, note-se que ainda é significativo o peso relativo daqueles que possuem uma escolaridade complementar (Ensino Secundário), ou até de grau superior, e que se encontram empregados na construção civil – 24,0%, no caso dos primeiros, e 16,0%, no dos segundos –, o que assume especial gravidade se tivermos em conta que mais de metade dos inquiridos se revêem nesses níveis de instrução. Por outro lado, e embora estes valores não atinjam os alcançados pelos escalões dos imigrantes que se distribuem pelos vários graus do Ensino Básico – para os quais a sua representatividade no sector em causa ronda, em média, os 55,0% –, a verdade é que se os conjugarmos com a presença considerável das faixas mais escolarizadas na categoria quer dos “Hotéis e Restauração” quer dos “Outros Serviços”, torna-se real a probabilidade de não se verificar, ainda, uma correspondência efectiva entre as competências mais elevadas e os desempenhos profissionais adequados a estas. Isto porque, como sabemos, existe uma elevada heterogeneidade de qualificações profissionais nestes dois sectores.

Em todo o caso, e de um ângulo mais optimista, é possível verificar, através do referido gráfico, que a posse de um nível de escolaridade superior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, por parte dos imigrantes empregados em geral (isto é, sem entrarmos em linha de conta com outras variáveis), reduz significativamente a possibilidade de estes virem a ser absorvidos pelos sectores mais desvalorizados do ponto de vista social e profissional, como

é o caso específico do da Construção. Com efeito, a diferença que é marcada por uma trajetória escolar mais longa pode representar, na situação em análise, uma possibilidade real de acesso às actividades de nível intermédio que caracterizam os Serviços na sua generalidade, não obstante, como dissemos, a tal amálgama de qualificações aí existente.

Gráfico 2.2.4 – População imigrante activa segundo o nível de instrução, por sectores de actividade (%)



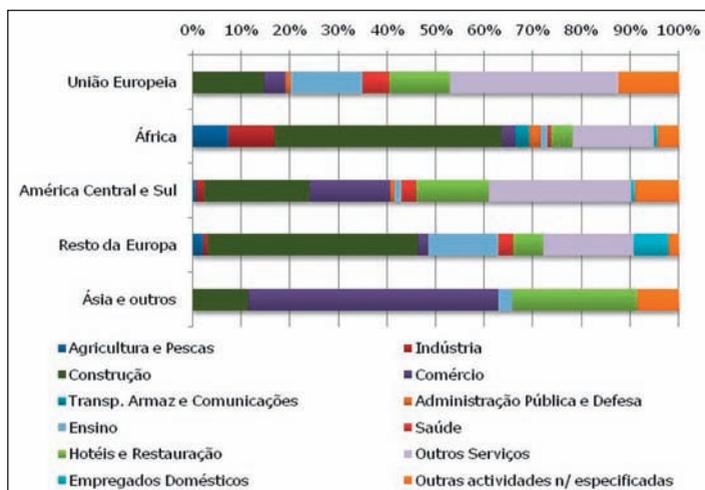
Ora, tendo em conta que os Açores continuam a presenciar uma imigração do tipo laboral, e relativamente à qual ainda é possível assinalar algum desencaixe entre o capital escolar e os desempenhos profissionais e ocupacionais – como, aliás, fizemos questão de começar por referir –, esta tendência, mais genérica, de uma oportunidade de acesso a sectores intermédios do mercado de trabalho, com base num determinado nível de instrução – ou, pelo menos, afastada a sua inviabilidade total –, não pode deixar de ser interpretada como um sinal da existência

de algum reconhecimento de competências, por parte dos agentes e das estruturas que estão do lado da oferta de trabalho, em relação, muito em particular, a uma faixa de imigrantes medianamente escolarizada. Confirma-se, deste modo, algo que já havíamos notado na caracterização sócio-demográfica da população inquirida, ou seja, que não poderá ser totalmente posta de parte uma correspondência positiva entre as variáveis nível de instrução e profissão/actividade.

Todavia, é importante notar que aquele reconhecimento, a verificar-se na realidade, não assume ainda contornos de equidade entre as várias comunidades imigradas, sobretudo se atendermos àquelas que se encontram numa situação de paridade relativa, no que diz respeito à detenção de determinados recursos importantes no acesso ao mercado de trabalho, como, por exemplo, o nível de instrução. Em nosso entender, o caso que melhor ilustra este aspecto assenta na comparação entre os imigrantes oriundos da América Central e do Sul e os do Resto da Europa, e na distribuição de cada um deles pelos vários sectores de actividade (Gráfico 2.2.5). Ainda que os segundos se façam representar, mais do que os primeiros, no nível de instrução mais elevado (Ensino Superior), não deixa de ser visível a dificuldade com que conseguem inserir-se nos ramos do Terciário, se exceptuarmos, como é óbvio, a vantagem relativa que apresentam em sectores muito especializados como o do Ensino e o da Saúde. Enquanto cerca de 60,0% de cidadãos oriundos do outro lado do Atlântico (na sua maioria, brasileiros e detentores de um grau de escolaridade intermédio) estão repartidos pelo Comércio e pelos Serviços em geral, apenas 27,0% dos europeus não comunitários é que se encontram nesta situação. Curiosamente, se quisermos encontrar a sua única posição de superioridade naqueles Serviços que costumam

apontar para qualificações de nível médio ou baixo, teremos que atender ao ramo das Actividades Domésticas, domínio em que o maior nível de concentração se regista, justamente, junto dos cidadãos da Europa Central e do Leste (7,2%), contra valores muito residuais apresentados pelos imigrantes da África Lusófona e América Latina (em ambos os casos, inferiores a 1,0%).

Gráfico 2.2.5 – População imigrante activa segundo a origem geográfica, por sectores de actividade (%)



Tendo em conta o elevado grau de escolaridade que caracteriza o grupo dos imigrantes do Leste, a desvantagem por este apresentada no que se refere à relação *nível de instrução/qualificação da actividade desempenhada*, pode ainda ser detectada através de outros dois ângulos. Por um lado, da sua aproximação numérica à percentagem de africanos que se fazem representar no sector da Construção (43,0% e 47,0%, respectivamente) e, por outro, na disparidade de valores que

revela, relativamente aos naturais da União Europeia, no sector designado de "Outros Serviços" (19,0% contra 35,0%).

Significa isto que o subaproveitamento de competências (pelo menos as de nível escolar) em sectores de actividade específicos, enquanto possível objecto de reflexão e correcção por parte das estruturas institucionais e civis interessadas na evolução e nos contornos do fenómeno imigratório nos Açores, é uma questão que deverá ser tida em conta, de uma forma muito particular, entre os imigrantes oriundos da Europa não comunitária.²⁸ A tendência em causa, como se sabe, inscreve-se no panorama imigratório nacional (Baganha e Fonseca, 2004; Marques e Góis, 2007), não constituindo sequer um dado novo dentro da realidade açoriana. No estudo que precedeu a este (Rocha *et al.*, 2004), o presente aspecto já havia sido detectado, indiciando, assim, que o elevado nível de qualificações demonstrado pela maioria dos cidadãos do Leste Europeu acabava por constituir uma condição insuficiente para os conduzir a sectores e profissões de maior valor económico e social. Por outro lado, não deve ser esquecido que este factor concorre com outros que, quase sempre, se lhe sobrepõem, como é o caso dos constrangimentos linguísticos iniciais ou do alto grau de fechamento da economia açoriana ao exterior, o

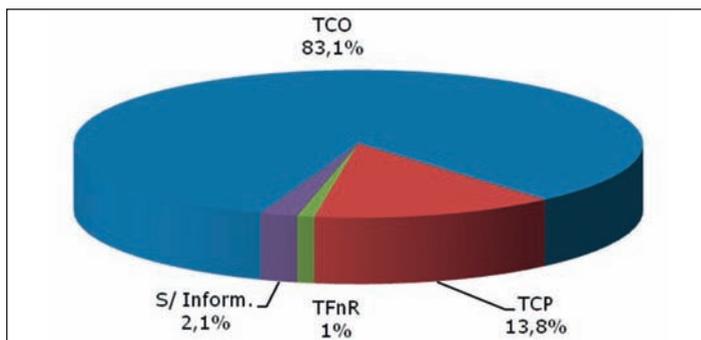
²⁸ Ao contrário do que, à partida, seríamos levados a admitir, este não é um "problema" que se coloque, pelo menos de forma tão notória, entre homens e mulheres. Sendo de esperar que estas, pelo facto de apresentarem maiores níveis de instrução do que os homens e pela vulnerabilidade laboral que lhes é reconhecida, se fizessem notar mais nas situações de desadequação entre competências e desempenhos, a verdade é que tal não parece verificar-se de todo. Mesmo havendo algum desfasamento a este nível, o mercado de trabalho parece beneficiar as mulheres imigrantes ao absorvê-las através dos sectores que, tradicionalmente, estão menos conotados com a força da mão-de-obra braçal, como é o caso do Comércio e de diversos ramos no domínio dos Serviços de média qualificação ("Outros Serviços", 36,4%; "Hotéis e Restauração", 11,8%; "Comércio", 12,8%). Por outro lado, refira-se que a categoria dos "Empregados Domésticas" apresenta um nível de concentração, entre os inquiridos femininos, que não chega aos 5,0%, o que conjugado com o facto de que o quantitativo registado no sector da Saúde se aproxima dos 12,0%, não coloca as mulheres numa posição tão desvantajosa como aquela que é ocupada pelos imigrantes do Resto da Europa.

qual, inclusivamente, constitui um dos principais vedantes a uma imigração do tipo profissional.

Dito isto, e no sentido de complementar os principais vectores que, presentemente, definem a relação dos imigrantes nos Açores com o mercado de trabalho regional, importa atender agora às condições laborais que caracterizam esta mesma ligação. A situação contratual, o regime de trabalho, a realização de horas extraordinárias na principal actividade desempenhada, são, como se sabe, alguns dos indicadores a contemplar neste domínio.

Porém, antes de o fazermos, não podemos deixar de referir que os dados que serão apresentados a este respeito incidirão sobre uma população imigrante que, na sua maioria (83,0%), se encontra empregada por conta de outrem e, por conseguinte, sujeita a uma relação laboral do tipo assimétrica e, formal ou informalmente, contratualizada (Gráfico 2.2.6).²⁹

Gráfico 2.2.6: População imigrante empregada segundo a situação na profissão (%)



²⁹ No que se refere à distribuição dos valores relativos à situação na profissão apresentada pelos inquiridos, é de referir que a mesma se aproxima, de forma significativa, da apurada estatisticamente para a população açoriana empregada em 2007, ou seja, algum tempo antes do período em que foi realizada a recolha de informação para o presente estudo. Assim, os Trabalhadores por Conta de Outrem ("TCO") representavam 80,4% do total da população activa açoriana empregada, correspondendo os restantes 19,6% a Trabalhadores por Conta Própria ("TCP") (INE, 2007, *Inquérito ao Emprego*, 4.º trimestre).

A maior parte dos restantes cidadãos estrangeiros que, no desempenho da sua profissão, não se encontram na categoria de “TCO” (cerca de 14,0%), representam situações de prestação de trabalho independente e de desempenho de uma actividade organizada por conta própria (com ou sem empregados), constituindo, e se quisermos arriscar a generalização, a face mais visível de um fenómeno que, aos poucos, tem vindo a ganhar alguma importância no panorama imigratório açoriano – o empresarialismo étnico. Convém salientar que, em qualquer um destes dois casos, a relação dos imigrantes com a esfera laboral, é, quase sempre, distinta da que caracteriza aqueles que trabalham por conta de outrem, não significando isto, porém, que o factor precariedade no trabalho possa ser totalmente excluído do seu quotidiano.

Dentro das tendências que, presentemente, caracterizam a subpopulação estrangeira a trabalhar por conta própria na Região, e que têm vindo a manter-se desde o estudo por nós realizado há quatro anos, continuam a ser dignos de destaque os casos de trabalho independente que respeitam, maioritariamente, cidadãos naturais da União Europeia a desempenhar uma actividade na área do turismo, bem como aquelas situações que, envolvendo estratégias familiares e formas específicas de solidariedade étnica, se referem à especialização da comunidade chinesa nos ramos do comércio e da restauração. Porém, e ao que tudo indica, este não é o único, nem tão pouco o mais representativo, grupo de imigrantes a trabalhar por conta própria nos Açores, o que acaba por constituir o indício do progressivo aparecimento de outras modalidades de empresarialismo junto de comunidades estrangeiras que não apenas a dos chineses.

Gráfico 2.2.7: Distribuição dos imigrantes na situação de TCP por região de origem (%)³⁰

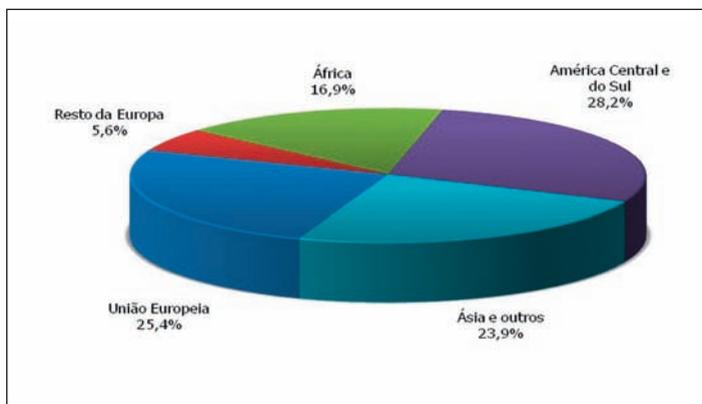
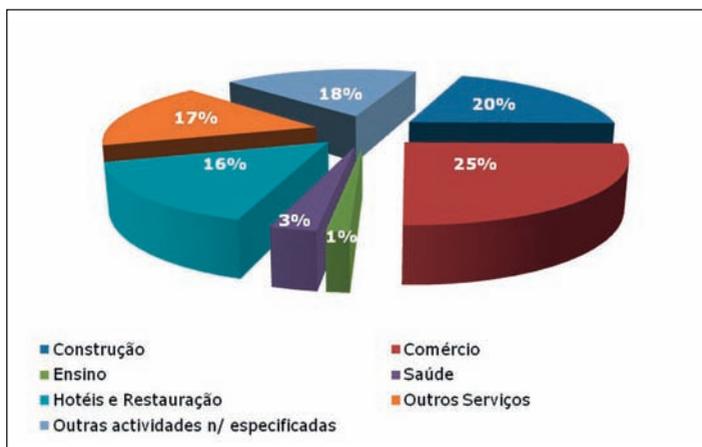


Gráfico 2.2.8: Distribuição dos imigrantes na situação de TCP pelos principais sectores de actividade (%)³¹



³⁰ De um total de 71 inquiridos na situação de "TCP", a distribuição de casos por região de origem é a seguinte: União Europeia – 18 casos; Resto da Europa – 4 casos; África – 12 casos; América Central e do Sul – 20 casos; e Ásia e outros – 17 casos.

³¹ Por sectores de actividade, a repartição respeita os seguintes valores absolutos: Construção – 14 casos; Comércio – 18 casos; Ensino – 1 caso; Saúde – 2 casos; Hotéis e Restauração – 11 casos; Outros Serviços – 12 casos; e Outras actividades não especificadas – 13 casos.

Este sinal é-nos fornecido, por exemplo, pela leitura simultânea dos gráficos 2.2.7 e 2.2.8. A incidência significativa de “Trabalhadores por Conta Própria” nos sectores da Construção (19,7%) e, sobretudo, no dos Serviços (32,4%),³² somado ao facto de se tratar de uma categoria profissional igualmente bem representada junto tanto dos imigrantes de origem brasileira (28,2%) como dos cabo-verdianos (16,9%), acaba por sugerir a ligação que estes dois grupos passaram a ter aos referidos sectores, através de formas de trabalho distintas da tradicional modalidade do assalariamento, designadamente por via da criação de um negócio próprio. No caso da comunidade brasileira este aspecto assume contornos mais condicentes com a verdadeira iniciativa empresarial, podendo ser ilustrado com a existência (sobretudo em S. Miguel) de pequenos cafés e pastelarias, de alguns SPA e salões de cabeleireira e estética, criados e geridos por membros deste grupo de imigrantes e, na maior parte dos casos, com empregados à sua conta. A maioria dos africanos que se fazem representar na categoria de “TCP” desempenham, por sua vez, tarefas específicas nas áreas da construção civil (trabalhos de alvenaria, sobretudo) e da reparação e manutenção de edifícios (trabalhos de electricidade, de pintura, entre outros). Esta, de resto, não é uma tendência estranha a outras já detectadas em trabalhos de investigação que têm procurado aprofundar a relação existente entre a população imigrante em Portugal e o mercado de trabalho nacional, e que sublinham, por exemplo, que “a experiência adquirida por determinados indivíduos no sector da construção civil, associada a elevados níveis de procura de mão-de-obra, tem tradução ao nível da proliferação de empreiteiros e subempreiteiros, sobretudo de

³² Valor resultante da soma das categorias “Outros Serviços” e “Hotéis e Restauração”.

cabo-verdianos, mas também de outros PALOP” (Baganha *et al.*, 2002: 117).

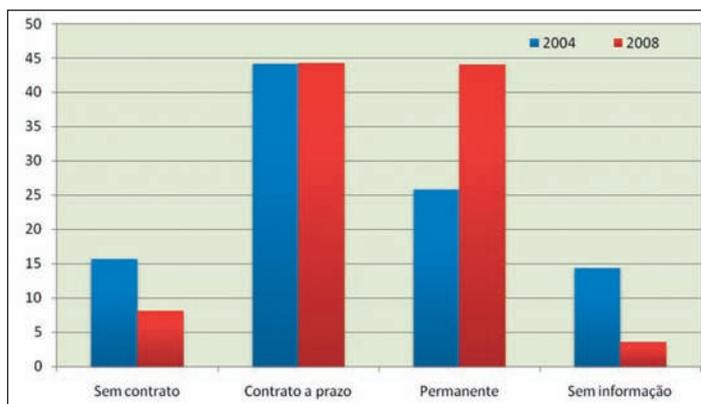
Quadro 2.2.4: População imigrante empregada segundo o vínculo contratual, por sexo (%)

| Vínculo contratual | HM | H | M |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| | % | % | % |
| Sem contrato | 8,1 | 7,8 | 8,5 |
| Contrato a prazo | 44,3 | 46,9 | 40,2 |
| Permanente | 44,0 | 42,5 | 46,3 |
| Sem informação | 3,6 | 2,8 | 5,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Não obstante, portanto, a singularidade que algumas destas situações representarão em termos das condições de trabalho apresentadas pela maioria dos imigrantes, a verdade é que não podemos ignorar nem o quadro mais geral que as enforma nem a existência de certos contrastes internos a este mesmo quadro. Começando pela presença, ou não, de um vínculo contratual formal no exercício da actividade, podemos verificar, através do Quadro 2.2.4, que o nível de precariedade que o caracteriza não deixa de ser significativo, sobretudo se comparado com o da sociedade de acolhimento. Contrastando com os cerca de 82,0% relativos à população açoriana, segundo dados do final de 2007 (INE, *Inquérito ao Emprego*, 4.º trimestre), apenas 44,0% dos imigrantes inquiridos é que apresentam um vínculo permanente à entidade empregadora, não existindo a este nível, de resto, diferenças assinaláveis entre homens e mulheres (42,5% e 46,3%, respectivamente). Muito embora esta disparidade numérica possa estar sobrestimada – uma vez que para o cálculo oficial da percentagem acima referida (82,0%), relativa à população açoriana, não foram tomadas em linha de conta as

situações de trabalho informal, mas apenas os casos dos vínculos com termo e sem termo certo –, o contraste torna-se digno de nota, sobretudo pelo facto de reforçar a relação, genericamente defendida, entre imigração e precariedade no trabalho.

Gráfico 2.2.9: População imigrante empregada segundo o vínculo contratual, em 2004 e 2008 (%)



Todavia, se atendermos aos valores globais da repartição da variável em causa pelas várias categorias de análise, pode dizer-se que, entre 2004 e 2008, se verificou uma evolução positiva no modo de relação dos imigrantes com a esfera laboral, já que não só diminuiu, de 15,7% para 8,1%, o peso daqueles que declaravam não possuir qualquer tipo de contrato, como a importância relativa dos “efectivos” aumentou muito significativamente, de 25,8% para 44,0%. Rondando a categoria dos contratados a prazo praticamente o mesmo valor do apresentado há quatro anos, as diferenças percentuais atrás assinaladas tendem a ser o resultado, não só de uma transferência entre as duas categorias em causa, mas também, e como se pode verificar através do Gráfico 2.2.9, de uma diminuição das

“não respostas” à questão em análise (de 14,3% para 3,6%), o que, pelo facto de poder significar uma menor incidência de casos relacionados com trabalho informal, também não deixa de constituir um sinal adicional da evolução qualitativa que as condições laborais dos imigrantes experimentaram, entre 2004 e 2008, neste domínio específico do vínculo contratual.

Quadro 2.2.5: População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por tempo de residência nos Açores, 2008 (%)

| | Menos de 1 ano | 1 a 4 anos | 5 a 9 anos | 10 a 14 anos | Mais de 15 anos |
|-------------------------|-------------------|---------------|---------------|-----------------|--------------------|
| Sem contrato | 8,8 | 8,0 | 7,1 | 9,8 | 10,8 |
| Contrato a prazo | 82,4 | 55,1 | 37,3 | 29,3 | 18,9 |
| Permanente | 5,9 | 36,4 | 51,9 | 58,5 | 64,9 |
| Sem informação | 2,9 | 0,5 | 3,7 | 2,4 | 5,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Mas sobre estas mudanças há, ainda, alguns aspectos a sublinhar. Em primeiro lugar, e através da observação do Quadro 2.2.5, não restam muitas dúvidas quanto ao facto de que as diferenças apuradas, entre o estudo anterior e este, apresentam uma correspondência directa com a melhoria da situação contratual dos imigrantes em função do seu tempo de residência na Região. Atendendo apenas aos escalões de permanência de 1-4 anos e 5-9 anos, uma vez que é nestes dois que se concentram cerca de 88,0% da população inquirida,³³ verificamos que o nível de precariedade laboral, dependente da maior ou menor solidez do vínculo contratual, tende a diminuir com o tempo de residência, consubstanciando-se isso,

³³ A maior parte das categorias de resposta referentes aos restantes escalões concentram uma significativa pequenez de inquiridos, pelo que a leitura das respectivas percentagens deve assumir um carácter meramente indicativo.

sobretudo, nas situações de passagem de um contrato a prazo para um contrato de carácter permanente.

Quadro 2.2.6: População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por sexo, em 2004 e 2008 (%)

| Vínculo contratual | 2004 | | | 2008 | | |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | HM | H | M | HM | H | M |
| Sem contrato | 15,7 | 12,1 | 29,8 | 8,1 | 7,8 | 8,5 |
| Contrato a prazo | 44,2 | 50,5 | 20,2 | 44,3 | 46,9 | 40,2 |
| Permanente | 25,8 | 25,7 | 26,2 | 44,0 | 42,5 | 46,3 |
| Sem informação | 14,3 | 11,8 | 23,8 | 3,6 | 2,8 | 5,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Em segundo lugar, há que sublinhar, ainda, que apesar da tendência geral atrás referida, não se tratou de uma evolução homogénea do ponto de vista interno, sobretudo se atendermos a algumas partições que é possível fazer da população em estudo, designadamente por sexo e origem geográfica. Desde logo, durante o período de tempo considerado, o peso relativo das mulheres contratadas a prazo passou de 20,2% para 40,2%, apesar deste tipo de vínculo, como dissemos atrás, ter conseguido manter a sua grandeza numérica para a totalidade dos imigrantes (Quadro 2.2.6). Mesmo podendo este sinal negativo ser atenuado tanto pelo decréscimo, entre 2004 e 2008, da importância das mulheres sem qualquer tipo de contrato (de 29,8% para 8,5%), como pelo aumento das que possuíam um vínculo sólido (de 26,2% para 46,3%) – constituindo, assim, ambos os aspectos atenuantes de peso –, a verdade é que se afirmámos, no início do presente ponto, que o tempo se havia encarregado de reforçar a vertente feminina no panorama da inserção laboral dos imigrantes fixados na Região, tanto em termos de actividade como de emprego, este dado, relativo

ao aumento do peso das contratadas a prazo, introduz agora algumas reticências quanto à situação actual do grupo em causa. Neste domínio, portanto, são os homens que obedecem, de uma forma mais rigorosa, à tendência geral e anteriormente apontada, da ocorrência de uma melhoria relativa da situação dos imigrantes quanto ao seu vínculo contratual.

Quadro 2.2.7: População imigrante empregada, segundo o vínculo contratual, por região de origem, em 2004 e 2008 (%)

| | | Vínculo contratual | | | |
|--------------------------|------|--------------------|------------------|--------------|----------------|
| | | Sem contrato | Contrato a prazo | Permanente | Sem informação |
| África | 2004 | 12,0 | 47,0 | 22,3 | 18,7 |
| | 2008 | 8,1 | 45,0 | 46,9 | 4,1 |
| União Europeia | 2004 | 40,8 | 10,2 | 24,5 | 24,5 |
| | 2008 | 5,7 | 48,3 | 42,5 | 3,5 |
| Resto da Europa | 2004 | 6,3 | 58,6 | 26,1 | 9,0 |
| | 2008 | 12,1 | 50,5 | 36,4 | 1,0 |
| América Central e do Sul | 2004 | 17,6 | 41,9 | 33,7 | 6,8 |
| | 2008 | 7,6 | 42,8 | 45,5 | 4,1 |
| Ásia e outros | 2004 | 57,1 | 14,3 | 28,6 | - |
| | 2008 | 6,1 | 30,3 | 60,6 | 3,0 |
| Total | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Relativamente às diferenças que os inquiridos apresentam em função da sua origem geográfica, e se considerarmos, para efeitos comparativos, apenas os três principais grupos que, no caso português, costumam encabeçar a chamada “imigração laboral” (africanos, cidadãos da Europa de Leste e brasileiros), há que destacar, em primeiro lugar, a posição mais desvantajosa em que se encontram os imigrantes do Resto da Europa na categoria dos que afirmam não possuir qualquer tipo de vínculo formal. Como é possível observar através do Quadro 2.2.7, o

seu peso relativo passou de 6,3% para 12,1%, configurando assim uma evolução de sentido contrário à verificada nos outros dois conjuntos. Um lugar mais favorável do que este parece ser assumido pelos cidadãos originários do continente africano, resultante, fundamentalmente, de um acréscimo bastante significativo daqueles que se encontram ligados à entidade empregadora através de um vínculo permanente. Com efeito, a passagem, entre 2004 e 2008, de 22,3% para 46,9%, nesta categoria específica dos africanos empregados, representou uma variação percentual de 110,3%, ou seja, bastante superior aos quantitativos homólogos apresentados pelos imigrantes oriundos do Resto da Europa e da América Central e do Sul (39,5% e 35,0%, respectivamente).

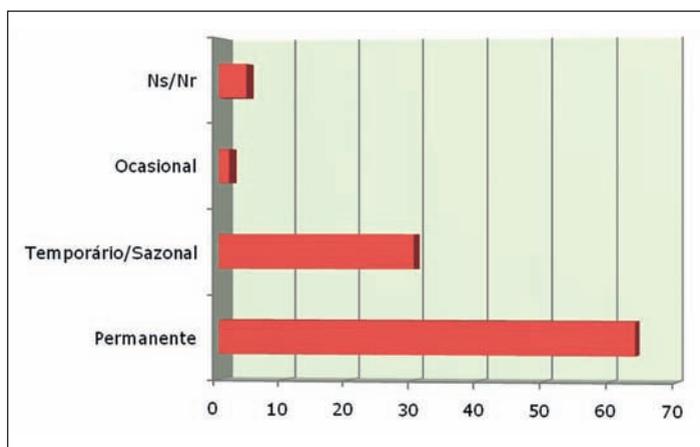
A par disto, e procurando entender a precariedade laboral em sentido mais lato, se em vez de olharmos a categorias isoladas, optarmos por considerar o conjunto da percentagem de respostas formado pela inexistência de um contrato e pelos contratados a termo certo, voltamos a dar conta de que os imigrantes de Leste continuam a estar em desvantagem em relação aos outros grupos (62,6% contra 53,1%, no caso dos africanos, e 50,4%, no dos brasileiros). De notar que esta diferença já se colocava em 2004 (64,9% contra 59,0% e 59,5%, respectivamente), mas é, hoje, e em ambos os casos, superior à verificada naquela altura. Além disso, e embora atendendo ao facto de que, ao fim de quatro anos, qualquer um dos três conjuntos apresentou melhorias a este nível, a verdade é que esse progresso foi menos significativo junto dos cidadãos da Europa de Leste do que no caso dos africanos e menos ainda do que a evolução demonstrada pelos brasileiros. Para o efeito, basta atendermos às diferenças, em termos de pontos percentuais, que cada grupo revelou entre 2004 e 2008:

América Central e do Sul, menos 15,3 pontos percentuais; África, menos 10,0 pontos percentuais; e Resto da Europa, apenas menos 3,5 pontos percentuais.

Dentro do contexto evolutivo por que passou cada conjunto étnico num intervalo de quatro anos, deve ser salientada, ainda, a diminuição substancial da categoria dos "sem contrato" verificada entre os imigrantes asiáticos (de 57,1% para 6,1%), e os efeitos que daí parecem ter derivado para o reforço, também significativo, do conjunto dos inquiridos que se inserem na categoria dos contratados a prazo (de 14,3% para 30,3%). Estamos em crer que uma explicação razoável, ainda que hipotética, para que esta evolução tenha tido lugar, passa por considerar um eventual processo de regularização da situação laboral de uma percentagem considerável de membros desta comunidade, nomeadamente no ramo do Comércio.

Para além do vínculo contratual, e no sentido de se poder perceber melhor as condições laborais a que os imigrantes se encontram sujeitos, assume também toda a importância analítica uma referência às principais modalidades de regime de trabalho seguidas por estes (Gráfico 2.2.10). Neste campo, os resultados revelados pelo inquérito realizado não deixam de causar alguma surpresa, já que é bastante considerável a percentagem de imigrantes (30,0%) que responderam trabalhar de forma temporária, a qual se distingue da ocasional (apenas com 1,6% de respostas) pelo seu carácter de regularidade. Trata-se de um regime de trabalho que se faz sentir um pouco mais junto do universo masculino do que do feminino, alcançando maior importância entre as comunidades da Europa de Leste (35,4%) e da América do Sul (37,8%), fundamentalmente, e sendo praticamente inexpressiva dentro do grupo dos asiáticos, como, de resto, se compreende (Quadro 2.2.8).

Gráfico 2.2.10: População imigrante empregada segundo o regime de trabalho (%)



Quadro 2.2.8: População imigrante empregada segundo o regime de trabalho, por sexo e região de origem (%)

| | Permanente | Temporário (com regularidade) | Ocasional | Ns/Nr | Total |
|---------------------------------|------------|-------------------------------------|-----------|-------|-------|
| Total | 63,9 | 30,2 | 1,6 | 4,3 | 100,0 |
| Homens | 63,4 | 32,5 | 1,0 | 3,1 | 100,0 |
| Mulheres | 64,8 | 26,7 | 2,5 | 6,0 | 100,0 |
| União Europeia | 71,3 | 26,4 | 2,3 | - | 100,0 |
| Resto da Europa | 59,6 | 35,4 | 1,0 | 4,0 | 100,0 |
| África | 60,4 | 30,9 | 2,7 | 6,0 | 100,0 |
| América Central e do Sul | 59,3 | 37,8 | 0,7 | 2,2 | 100,0 |
| Ásia e outros | 93,9 | 6,1 | - | - | 100,0 |

Observando a distribuição das respostas fornecidas na categoria em questão pelos principais sectores de actividade económica – uma vez que a pequenez de inquiridos em

alguns destes sectores tenderia a enviesar uma leitura contrária -, facilmente damos conta de que a incidência do trabalho temporário se verifica, sobretudo, na Construção (33,7%) e nos Serviços em geral (34,5%) (Quadro 2.2.9). Dentro destes últimos, a fatia correspondente a 21,4% das respostas diz respeito a actividades no âmbito do desporto e do espectáculo, ramos estes que, como anteriormente foi possível verificar, assumem um papel importante na relação que uma considerável percentagem de imigrantes estabelece com o mercado de trabalho regional. Perante isto, não é de excluir aqui a possibilidade do regime de trabalho em questão (temporário, portanto) poder resultar, nalguns casos, de acordos estabelecidos entre os trabalhadores e os respectivos agentes empregadores, visando, por exemplo, um sistema de rotatividade de desempenho dentro de pequenos grupos de imigrantes mais especializados em determinadas tarefas. Tal tenderá a acontecer, em nossa opinião, e talvez de uma forma mais significativa, no sector da construção civil (no qual, como se sabe, o volume de oferta de emprego tem vindo a decrescer) e, em particular, dentro de determinados grupos (nomeadamente, ucranianos e brasileiros), em que os sentimentos de pertença étnica e, muitas vezes, a coabitação entre membros da mesma comunidade, são responsáveis por uma atitude menos individualista.

Convém ainda acrescentar que se os valores atrás anotados, por um lado, não deixam de reforçar a precariedade existente nesses sectores e subsectores (através, neste caso, dos períodos de paragem a que os trabalhadores se encontram sujeitos ao longo do ano), por outro lado, põem a descoberto nichos de emprego que acabam por revelar alguma capacidade de resposta para um tipo de mão-de-obra que, de outra forma, talvez só viesse

a conseguir trabalho ocasionalmente, isto é, experimentando períodos de paragem mais prolongados do que os actuais.

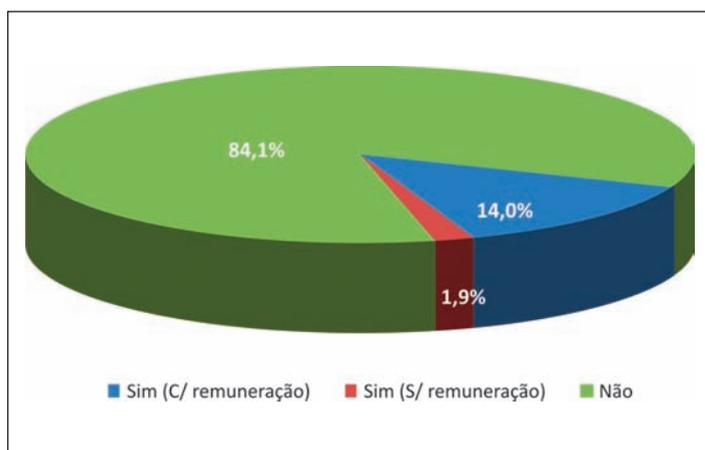
Quadro 2.2.9: População imigrante empregada segundo o regime de trabalho, por sectores de actividade (%)

| Sectores de Actividade | Permanente | Temporário (com regularidade) | Ocasional | Ns/Nr |
|-----------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Agricultura e Pescas | 2,2 | 2,8 | - | 13,3 |
| Indústria | 2,9 | 4,8 | - | - |
| Construção | 30,3 | 33,7 | 25,0 | 13,3 |
| Comércio | 14,0 | 2,8 | - | 13,3 |
| Transp., Armaz. e Comun. | 1,3 | - | - | - |
| Administração Pública | 1,6 | - | - | - |
| Ensino | 8,6 | 2,8 | - | 6,8 |
| Saúde | 3,5 | 1,4 | - | - |
| Hotéis e Restauração | 10,2 | 11,0 | 25,0 | - |
| Outros Serviços | 17,1 | 34,5 | 25,0 | 33,3 |
| Empregados domésticos | 1,0 | 2,1 | 25,0 | - |
| Outras act. n/especificadas | 7,3 | 4,1 | - | 20,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Face aos quantitativos apresentados no Gráfico 2.2.11, podemos muito bem admitir que apenas uma pequena percentagem dos imigrantes que se encontram nas condições anteriormente descritas é que deverão recorrer a actividades complementares como forma de atenuar os constrangimentos resultantes de tais interrupções de trabalho. Repare-se que, na sua totalidade, a proporção de inquiridos que revelou encontrar-se ligada a mais de um desempenho ocupacional ou profissional não ultrapassa os 16,0% (um valor inferior, portanto, aos referidos 30,2% de trabalhadores temporários), sendo que, destes, 2,0%

não auferem qualquer tipo de remuneração. Dito de outra forma, cerca de 84,0% da população imigrante empregada, possuindo um melhor ou pior padrão de vida, tem uma única actividade como fonte exclusiva de rendimento (pelo menos pela via laboral). Apesar deste dado não permitir uma interpretação clara dos factos, uma vez que poderão ser múltiplos os motivos que o explicam – não *necessitar*, não *querer*, ou, então, não *conseguir* arranjar um “segundo emprego” –, a verdade é que, na sua origem, parece estar mais uma questão de disposição individual para acumular duas (ou mais) actividades do que propriamente razões que se prendem com uma insuficiência de recursos.

Gráfico 2.2.11: População imigrante empregada segundo o desempenho de uma actividade complementar à principal (%)



A prová-lo, em certa medida, está o Quadro 2.2.10, no qual podemos observar que não é pelo facto de os imigrantes terem uma família a seu cargo (nomeadamente, filhos), trabalharem em regime temporário ou até serem de condição feminina (sujeitos, à partida, a uma maior precariedade no trabalho), que

tendem a acumular mais do que uma actividade. Na verdade, a propensão para tal, em qualquer uma destas condições, é muito idêntica a quem não tem filhos, a quem desempenha o seu trabalho de forma permanente e regular, ou mesmo a quem, por ser homem, beneficia, à partida, de vantagens acrescidas no mundo laboral. O mesmo, no entanto, já não se pode afirmar quando esta análise é feita em função das principais regiões de origem dos imigrantes.

Quadro 2.2.10: População imigrante empregada segundo o desempenho de uma actividade complementar à principal, por sexo, parentalidade e região de origem (%)

| | Desempenho de uma actividade complementar à principal | | | Total |
|---------------------------------|---|-----------------------|-------|-------|
| | Sim (remunerada) | Sim (não remunerada) | Não | |
| Total | 14,0 | 1,9 | 84,1 | 100,0 |
| Homens | 14,6 | 1,6 | 83,8 | 100,0 |
| Mulheres | 13,1 | 2,3 | 84,6 | 100,0 |
| C/ filhos | 15,4 | 1,9 | 82,7 | 100,0 |
| S/ filhos | 11,8 | 1,8 | 86,4 | 100,0 |
| Regime permanente | 14,0 | 1,8 | 84,2 | 100,0 |
| Regime temporário | 15,4 | 2,4 | 82,2 | 100,0 |
| Regime ocasional | - | - | 100,0 | 100,0 |
| União Europeia | 12,2 | 2,7 | 85,1 | 100,0 |
| Resto da Europa | 9,3 | 3,5 | 87,2 | 100,0 |
| África | 15,0 | - | 85,0 | 100,0 |
| América Central e do Sul | 17,8 | 2,4 | 79,8 | 100,0 |
| Ásia e outros | 12,0 | - | 88,0 | 100,0 |

Com efeito, os inquiridos da América Central e do Sul – fundamentalmente brasileiros, como se sabe – fazem-se representar um pouco mais do que os restantes entre os

imigrantes que não têm apenas uma única actividade ocupacional ou profissional (20,2% contra 15,0% de africanos e quase 13,0% de europeus de Leste). Não sendo, como vimos anteriormente, a comunidade brasileira a mais atingida pela precariedade laboral baseada no tipo de vínculo contratual, e embora faça parte do conjunto das duas em que mais incide o trabalho temporário, esta discrepância numérica – particularmente em relação aos imigrantes do Resto da Europa, os quais são os mais afectados em qualquer um destes planos – constitui um indício de que a acumulação de duas ou mais actividades pode tender a não resultar, obrigatoriamente, de estratégias que visem combater insuficiências no domínio da actividade principal. Refira-se, no entanto, que a não existir uma correspondência exacta entre esta interpretação e a realidade, então, tudo parece indicar estarmos perante um dos seguintes casos: ou o de alguma desigualdade de oportunidades, entre os dois grupos em questão (brasileiros e ucranianos, na sua essência), no que toca ao acesso, por mais do que uma via, ao mercado de trabalho regional; ou, então, o da existência de estratégias diferenciadas de acumulação financeira, com objectivos diversos (remessas, regresso mais rápido, etc.).

Baseado num conjunto de apenas 32 respostas fornecidas, o Quadro 2.2.11 não deixa de ser ilustrativo quanto à natureza das actividades complementares desenvolvidas por parte dos imigrantes. Na prática, e não obstante a exiguidade dos valores absolutos em causa, encontramos uma certa correspondência, dentro de cada grupo de origem, entre algumas dessas actividades secundárias e aquelas que melhor caracterizam cada um deles do ponto de vista laboral, indiciando, assim, que aquilo que, na maior parte das situações, se poderá designar de “biscates”, ocorre dentro de um contexto de fraca flexibilidade sectorial. Apenas a título de exemplo, os brasileiros

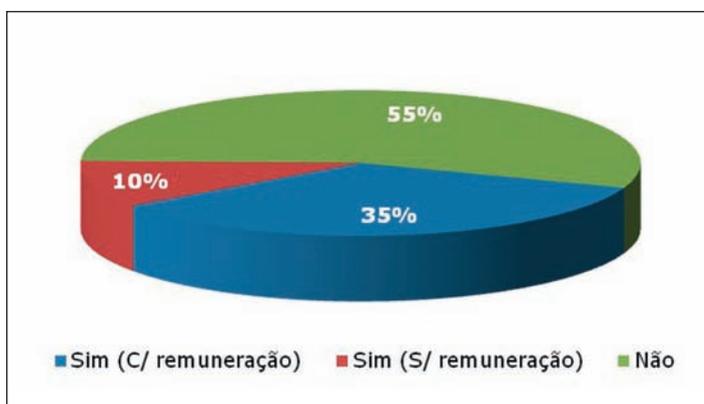
acumulam, com o seu desempenho principal, aulas de música, de dança, de ginástica e as posições de lojista e empregado de café, enquanto os imigrantes de Leste executam trabalhos de limpeza e outros de maior especialização relacionados com a construção civil (carpinteiros, electricistas ou pedreiros).

Quadro 2.2.11: Especificação de algumas das actividades complementares à principal (valores absolutos; N=32)

| Actividades | União Europeia | Resto da Europa | África | América Central e do Sul | Ásia e outros | Total |
|--|----------------|-----------------|----------|--------------------------|---------------|-------------|
| Tradução | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Música | 2 | - | 1 | - | - | 3 |
| Ensino (música, dança, ginástica) | - | 1 | 2 | 3 | - | 6 |
| Vendas (comércio, restauração, venda ambulante) | - | - | - | 3 | 1 | 4 |
| Serviços pessoais (massagens, aconselhamento individual, trabalhos de costura) | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Construção, manutenção e reparação de equipamentos (carpintaria, electricidade, alvenaria) | 1 | 3 | - | 1 | - | 5 |
| Artesanato | - | - | 1 | 1 | - | 2 |
| Agricultura | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Limpezas | - | 2 | 1 | - | - | 3 |
| Outras act. n/ especificadas | 1 | - | 2 | 1 | - | 4 |
| TOTAL | 5 | 7 | 7 | 12 | 1 | N=32 |

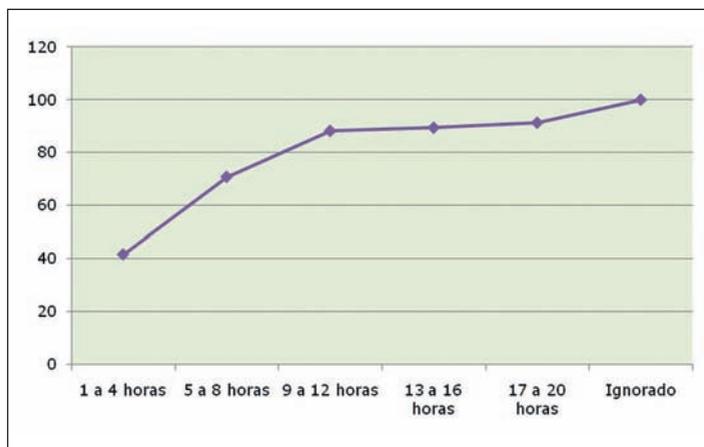
Mas se apenas 14,0% dos inquiridos parecem desempenhar uma segunda actividade como forma de reforçar o seu rendimento, o mesmo já não se pode dizer relativamente à realização de horas extraordinárias. Com efeito, rondam os 35,0% aqueles que, no âmbito do seu principal desempenho, afirmam acumular, com regularidade, um número semanal de horas de trabalho superior ao previsto, auferindo daí, também, uma remuneração adicional (Gráfico 2.2.12). Porém, trata-se de uma percentagem que não é representativa da totalidade dos imigrantes que somam horas extraordinárias, já que outros 10,0% também o fazem, apesar de não serem remunerados por isso. Na prática, isto acaba por significar que os Açores podem acolher, actualmente, uma população imigrante empregada em que cerca da metade trabalha para além do número mínimo de horas semanais previstos para a generalidade das actividades, chegando, em casos muito pontuais, às 20 horas semanais extraordinárias.

Gráfico 2.2.12: Realização de horas extraordinárias na actividade principal (%)



O Gráfico 2.2.13 é, de resto, bastante elucidativo quanto a esta realidade, verificando-se que uma maioria muito significativa dos inquiridos em questão (88,2%) respondeu ir até às 12 horas semanais extraordinárias, o que, no limite, significa, e se considerarmos como sendo 6 o número total de dias de trabalho por semana, um prolongamento, em média, de 2 horas ao número total diário (8 horas), perfazendo, para estes casos específicos, jornadas da ordem das 10 horas. Apesar de tudo, refira-se que os valores modais de resposta se situam no intervalo correspondente a um número de horas extraordinárias inferior às 4 horas, pelo que estamos em crer que, na maior parte dos casos, o cálculo que atrás apresentámos tende a apontar para um total de cerca de 9 horas diárias.

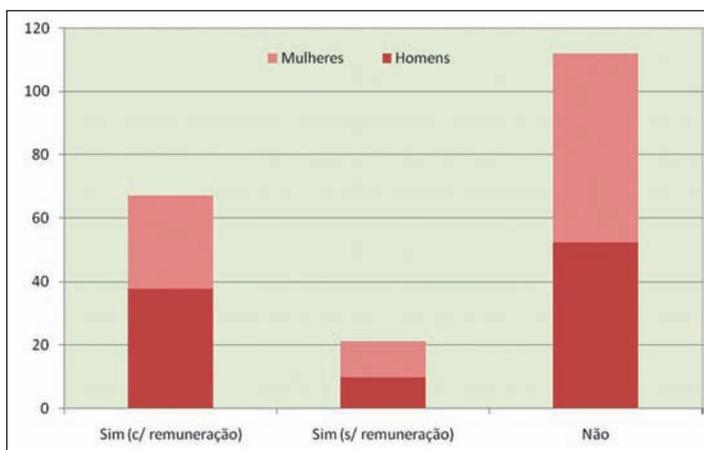
Gráfico 2.2.13: Número de horas extraordinárias semanais (remuneradas e não remuneradas) (% acumulada)



Talvez por se inserirem, numa proporção bastante significativa, em actividades que, pela sua natureza, propiciam o alargamento do horário de trabalho convencional – como é

o caso particular da Construção –, os homens tendem a fazer-se representar, mais do que as mulheres, dentro do conjunto de mão-de-obra imigrante que realiza horas extraordinárias – 47,6% e 40,5%, respectivamente (Gráfico 2.2.14). No entanto, se atendermos apenas ao grupo daqueles que o fazem sem obter qualquer tipo de remuneração, a presença relativa das mulheres encontra-se muito próxima da dos homens, sendo, inclusivamente, um pouco mais significativa do que a destes – 11,4%, no caso das mulheres, e 9,7%, no dos homens. Trata-se de um aspecto que, apesar do diminuto diferencial que lhe está associado, deverá ser somado a alguns dos sinais de precariedade laboral que temos vindo a assinalar, ao longo deste capítulo, para as mulheres imigrantes, designadamente os relacionados com o desemprego e o vínculo contratual.

Gráfico 2.2.14: População imigrante empregada segundo a realização de horas extraordinárias, por o sexo (%)



Como seria de esperar, a incidência do prolongamento do horário de trabalho previsto tem lugar, fundamentalmente, nos

três grandes sectores de actividade responsáveis pela absorção da maior parte da mão-de-obra imigrante – Construção (41,7%), Serviços (18,9%) e Hotéis e Restauração (13,7%). Isto não significa, no entanto, que cada um deles (e, em particular, os dois primeiros) assuma a mesma importância quando se trata de distinguir entre a realização de horas extraordinárias remuneradas e não remuneradas. Com efeito, é na construção civil que o exercício das mesmas parece obedecer a critérios de maior formalidade e legalidade no plano do direito do trabalho, ainda que, a este nível, não esteja apagada, de todo, alguma falta de transparência.

Quadro 2.2.12: População imigrante empregada, segundo a realização de horas extraordinárias, por sectores de actividade (%)

| Sectores de Actividade | Sim (remuneradas) | Sim (n/ remuneradas) | Não |
|------------------------------|-------------------|----------------------|--------------|
| Agricultura e Pescas | 0,7 | - | 2,6 |
| Indústria | 4,1 | 2,3 | 3,0 |
| Construção | 44,5 | 31,8 | 21,4 |
| Comércio | 6,2 | 9,1 | 13,0 |
| Transp., Armaz. e Comun. | - | 2,3 | 1,3 |
| Administração Pública | 0,7 | - | 1,7 |
| Ensino | 5,5 | 4,5 | 8,3 |
| Saúde | 4,1 | 2,3 | 2,6 |
| Hotéis e Restauração | 13,7 | 13,6 | 8,3 |
| Outros Serviços | 15,8 | 29,6 | 28,2 |
| Empregados domésticos | - | - | 2,2 |
| Outras act. n/ especificadas | 4,7 | 4,5 | 7,4 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Tal indício pode ser inferido do Quadro 2.2.12 e da comparação que é possível fazer entre os itens “Sim (c/ remuneração)” e “Sim (s/ remuneração)”, no que diz respeito,

mais especificamente, ao peso relativo das respostas que se concentram nos sectores da Construção e dos Serviços. Enquanto que no caso das horas extraordinárias recompensadas, cerca de 45,0% das situações dizem respeito à construção civil e apenas 16,0% aos serviços, no caso das não pagas, a ocorrência de situações no primeiro sector decresce para 32,0% e, no segundo, sofre um aumento para os 30,0%. Este aspecto, somado a outros que temos vindo a salientar, leva-nos a reiterar aqui a importância deste último sector no contexto actual da imigração nos Açores, ou seja, de que se trata, efectivamente, de um nicho de estudo e de actuação política e cívica incontornável em matéria de melhoria das condições de vida dos imigrantes.

Uma vez analisados os principais indicadores que permitem salientar algumas das condicionantes que os imigrantes, actualmente, experimentam na sua relação com o mercado de trabalho açoriano, tentar-se-á, no ponto que se segue, descrever a sua trajectória ocupacional e profissional.

2.3 – Mobilidade sectorial e profissional

Os processos de integração por que passam os imigrantes nas sociedades de acolhimento encontram-se fortemente dependentes das trajectórias profissionais. Uma integração menos bem sucedida e a vontade de quebrar, ou alterar, o ciclo migratório, rumando, de novo, ao país de origem ou procurando outro destino, tem por base, muitas vezes, a inclusão prolongada em sectores mais precários do mercado de trabalho. Ao invés, um percurso profissional ascendente representa, quase sempre, uma diminuição da probabilidade de exclusão social dos imigrantes e, simultaneamente, a continuidade desse processo de integração (ver, entre outros, Portes, 1999).

Nos Açores, como foi possível observar no capítulo anterior, a população imigrante apresenta, em média, um tempo de permanência relativamente considerável, o que nos autoriza já a que tentemos identificar os principais contornos da mobilidade profissional daqueles que têm vindo a ter uma relação directa com o mercado de trabalho. Deste modo, torna-se possível fazer uma tentativa de reconstituição das trajectórias profissionais dos inquiridos, através de três momentos distintos do seu percurso colectivo: o último ano no país de origem, os primeiros seis meses após a chegada aos Açores, e o momento do inquérito.

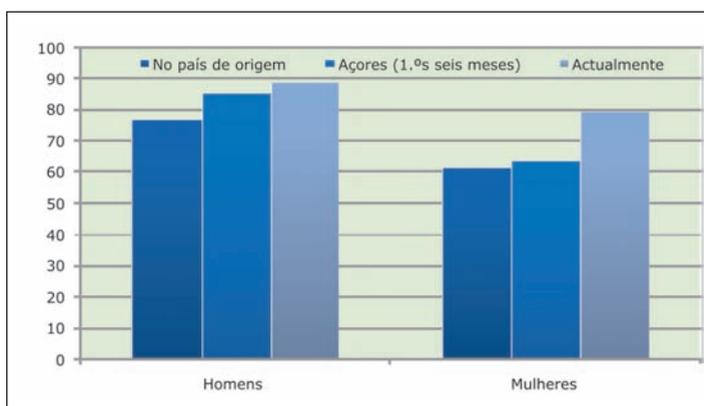
Quadro 2.3.1: População imigrante, segundo o principal meio de vida no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%)

| Principal meio de vida | País de origem | Primeiros 6 meses, após a chegada aos Açores | Actualmente |
|------------------------|----------------|--|--------------|
| Trabalho | 69,3 | 74,4 | 83,3 |
| Subsídio de desemprego | 1,5 | 0,8 | 0,8 |
| A cargo da família | 21,5 | 11,1 | 5,4 |
| Reforma | 0,7 | 2,3 | 3,0 |
| Bolsa de estudo | 2,8 | 4,6 | 2,6 |
| Rendimentos pessoais | 2,0 | 3,0 | 2,1 |
| Outros casos | 0,6 | 1,3 | 0,8 |
| NS/NR | 1,6 | 2,5 | 2,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Assim, se começarmos por analisar o principal meio de vida dos inquiridos nestas três etapas, podemos verificar que a experiência migratória acabou por representar, para cerca de 14,0% dos mesmos, uma inserção (ou reinserção) no mercado de trabalho (Quadro 2.3.1). Concomitantemente ao peso, cada vez maior, que o trabalho adquire, ao longo do tempo, na vida destes

imigrantes, assistimos a uma diminuição da dependência familiar, a qual assume um valor de 21,5% no país de origem e desce para 5,4%, na actualidade. Para além dos casos em que este aspecto se consubstancia naqueles indivíduos que experimentaram, de facto, pela primeira vez ou não, a passagem para uma condição de actividade, julgamos, também, que a estes se poderão juntar outras situações, como, por exemplo, a dos imigrantes vindos em idade menor e que, actualmente, já se encontram inseridos no mercado de trabalho, ou ainda o caso dos que chegaram à Região por motivos de estudo e que, com o passar do tempo, deixaram de se rever no estatuto de *estudante*.

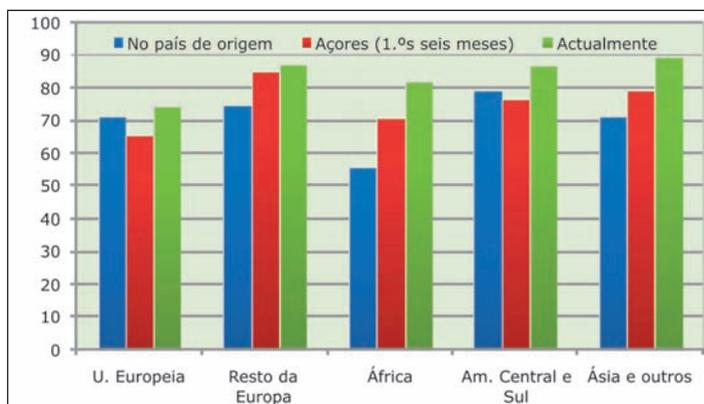
Gráfico 2.3.1: População imigrante com o trabalho como principal meio de vida, por sexos (%)



A par disso, é curioso notar que essa relação crescente com o trabalho, experimentada pelos inquiridos ao longo do período de tempo considerado, se encontra desigualmente repartida, quer em termos da condição de género dos imigrantes quer no que se refere à sua proveniência geográfica (Gráfico 2.3.1 e Gráfico 2.3.2).

Assim, tanto para os homens como para o grupo dos africanos, dos europeus de Leste e dos asiáticos, tende a mesma a apresentar-se como um processo que classificaríamos de gradual, uma vez que a fase imediatamente após a chegada aos Açores, e caso a comparemos com a situação no país de origem, se assemelha, em muito, a mais um “pequeno degrau” na inserção do imigrante no mercado de trabalho. No caso específico das mulheres e dos cidadãos oriundos da América Latina, esta inclusão na esfera laboral açoriana parece assumir contornos de um processo menos gradual e, por isso, mais vincado no tempo. Com efeito, para muitos destes imigrantes, o contacto com o mercado de trabalho só vem a concretizar-se uma vez decorrido um certo período de tempo após a chegada aos Açores.

Gráfico 2.3.2 – População imigrante e o trabalho como principal meio de vida, por região de origem (%)



Difícilmente poderemos deixar de associar as diferenças observadas, nestes dois últimos grupos, a algumas das condições que, no capítulo anterior, já foram apontadas como fazendo parte dos motivos e dos percursos migratórios que melhor os

caracterizam. Começando pelas mulheres, a sua entrada não imediata no mercado de trabalho pode muito bem resultar do facto de uma elevada percentagem delas ter vindo para os Açores, em primeiro lugar, por motivo de reagrupamento familiar. Quanto ao grupo dos imigrantes de origem brasileira, estamos em crer que o dado agora observado acaba por reforçar a hipótese por nós levantada, também no Capítulo 1, acerca da possibilidade de se ter verificado, durante os anos mais recentes, uma gradual consolidação das redes sociais de apoio a esta comunidade específica. Com efeito, uma parte destes imigrantes, depois de chegar ao Arquipélago, e através de diversas formas de solidariedade étnica, poderá ter conseguido subsistir, por algum tempo, até ingressar no mercado de trabalho. Com isto, julgamos também poder afirmar que os factores que tendem a explicar o facto de estes serem os dois grupos em que mais frequentemente se verifica um percurso migratório directo, entre o país de origem e os Açores, acabam, igualmente, por estar na base de um certo adiamento da dependência do trabalho como principal meio de vida, após a sua chegada a este destino.

Entrando directamente no tema da mobilidade sectorial dos imigrantes, e considerando os mesmos momentos de referência que foram utilizados atrás, vemos, através do Quadro 2.3.2, ter ocorrido, entre o país de origem e os primeiros meses após a chegada aos Açores, uma clara convergência de mão-de-obra (expectável, de resto) para o sector da Construção, mas também para o dos Outros Serviços e o da Hotelaria e Restauração, com variações percentuais da ordem dos 119,0%, 17,0% e 13,0%, respectivamente. De um modo geral, todos os outros sectores referenciáveis à origem perdem o peso relativo que detinham no conjunto global onde se inseriam os inquiridos antes de se fixarem na Região.

Numa segunda fase do percurso dos inquiridos (isto é, após um período de permanência de 6 meses nos Açores e até ao momento da aplicação do inquérito), podemos verificar que os três sectores em causa continuaram a ser os principais pólos aglutinadores de mão-de-obra imigrante, aos quais, e em certa medida, ainda podemos juntar o do Comércio, dada a variação positiva (52,2%) que o mesmo conheceu durante este intervalo de tempo.

Quadro 2.3.2: População imigrante segundo os sectores de actividade, no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%)

| Sectores de Actividade | País de origem | Primeiros 6 meses, após a chegada aos Açores | Δ% | Actualmente | Δ% |
|------------------------------|----------------|--|----------|--------------|----------|
| Agricultura e Pescas | 6,6 | 3,5 | - 47,0 | 2,6 | - 25,7 |
| Indústria | 3,9 | 2,3 | - 41,0 | 3,3 | 43,5 |
| Construção | 16,8 | 36,7 | 118,5 | 31,0 | - 15,5 |
| Comércio | 10,9 | 6,7 | - 38,5 | 10,2 | 52,2 |
| Transp., Armaz. e Comun. | 2,7 | 0,9 | - 66,7 | 0,8 | -11,1 |
| Administração Pública | 3,6 | 1,4 | - 61,1 | 1,0 | - 28,6 |
| Ensino | 10,5 | 6,9 | - 34,3 | 6,5 | - 5,8 |
| Saúde | 4,4 | 2,5 | - 43,2 | 2,6 | 4,0 |
| Hotéis e Restauração | 7,5 | 8,5 | 13,3 | 10,6 | 24,7 |
| Outros Serviços | 19,7 | 23,0 | 16,8 | 22,7 | - 100,0 |
| Empregados domésticos | 1,0 | 2,3 | 130,0 | 1,8 | - 21,7 |
| Outras act. n/ especificadas | 12,4 | 5,3 | - 57,3 | 6,9 | 30,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | - |

A repartição maioritária por estes sectores de actividade não esconde, todavia, a perda de importância relativa (de 36,7% para 31,0%) demonstrada pela Construção junto de uma parte

dos imigrantes que, logo após a chegada, viram neste sector o único (ou, pelo menos, o principal) acesso a um emprego. A tendência, durante os últimos anos, foi, portanto, a de uma certa pulverização de mão-de-obra da construção civil para outros sectores.

Torna-se possível obter uma visão mais clara do que tem vindo a ser referido através de duas matrizes de mobilidade sectorial. A primeira (Quadro 2.3.3) é relativa às trajectórias sectoriais entre a actividade exercida no país de origem, durante o último ano de permanência aí, e a principal actividade desempenhada durante os primeiros seis meses nos Açores; a segunda matriz (Quadro 2.3.4) refere-se ao período subsequente, ou seja, à mobilidade sectorial verificada entre os primeiros tempos de permanência na Região e o momento da aplicação do inquérito.

Assim, em relação ao primeiro intervalo de tempo, para além de confirmarmos que a Construção, os Serviços e a Hotelaria e Restauração constituíram, de facto, os sectores mais receptivos à chegada, podemos compreender melhor que essa elevada capacidade de absorção advém não só do volume de mão-de-obra que cada um deles consegue concentrar (em particular, o da Construção), mas, igualmente, do alcance que têm em termos de captação de imigrantes a um leque bastante diversificado de sectores na origem.

Quanto ao segundo período em análise, é possível verificar, por um lado, que os sectores em causa continuam a apresentar-se como receptores por excelência (ainda que em menor grau do que entre os dois primeiros momentos), e, por outro lado, que se tratam de nichos de emprego capazes de manter cativa uma elevada percentagem de imigrantes que aí ingressaram à chegada aos Açores. Em termos da trajectória sectorial realizada

pela população analisada, isto significa, em primeiro lugar, que uma parte razoável dos inquiridos que, aquando da sua chegada, se integraram em outros sectores que não estes (por exemplo, Agricultura, Indústria, Transportes), acabaram, com o tempo, por traçar um percurso em direcção aos mesmos. Em segundo lugar, denota a completa inexistência de mobilidade sectorial para uma elevada percentagem de imigrantes, que, uma vez absorvidos por um destes três sectores, aí têm permanecido ao longo do tempo.

A par destes dois tipos de situação, não podemos negligenciar, ainda, a existência de uma outra modalidade de trajectória sectorial que parece caracterizar a restante parte dos inquiridos, após um período inicial de contacto com o mercado de trabalho regional, e que se prende com a propensão para alguma mobilidade interna dentro dos três principais sectores. Neste domínio, refira-se que são particularmente notórios os casos de troca recíproca entre o ramo da Hotelaria e Restauração e outros pertencentes aos Serviços em geral. Verifica-se, ainda, algumas situações de transição do sector da Construção para estes dois, sendo o inverso menos frequente. Sublinhe-se, de resto, que, de entre os três sectores, o da Construção, e ao contrário dos outros, é aquele que evidencia uma menor capacidade de disseminação após algum tempo de permanência dos imigrantes no território de acolhimento, o que pode indiciar, a par das situações de uma fraca capacidade de mobilidade e de maior precariedade laboral, também a existência de casos em que o desempenho profissional neste sector é subjectivamente tido como gratificante (sobretudo do ponto de vista financeiro).

Quadro 2.3.3: Matriz de mobilidade sectorial entre o país de origem (última actividade) e os Açores (primeiros seis meses após a chegada) (%)

| Origem / Açores (após a chegada) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 7 | 9 | 10 | 11 | 12 | Total |
|---|------|------|------|------|------|-----|------|---|------|------|------|------|-------|
| 1 Agricultura e Pescas | 40,0 | - | 52,0 | - | - | - | - | - | 4,0 | 4,0 | - | - | 100,0 |
| 2 Indústria | - | 30,8 | 53,8 | - | - | - | 7,7 | - | - | 7,7 | - | - | 100,0 |
| 3 Construção | 2,8 | 2,8 | 90,2 | - | - | 1,4 | - | - | 2,8 | - | - | - | 100,0 |
| 4 Comércio | - | 6,1 | 18,2 | 42,4 | 3,0 | - | - | - | 3,0 | 9,1 | 12,1 | 6,1 | 100,0 |
| 5 Transportes, Armazenamento e Comunicações | - | - | 40,0 | - | 20,1 | - | 13,3 | - | 13,3 | 13,3 | - | - | 100,0 |
| 6 Administração Pública e Defesa | - | - | 54,5 | - | 9,1 | - | 9,1 | - | - | 18,2 | - | 9,1 | 100,0 |
| 7 Ensino | - | - | 3,6 | - | - | - | 67,9 | - | 14,3 | 10,7 | 3,5 | - | 100,0 |
| 8 Saúde | - | - | 14,3 | - | - | - | 71,5 | - | 7,1 | - | 7,1 | - | 100,0 |
| 9 Hotéis e Restauração | - | - | 16,7 | - | - | - | - | - | 66,7 | 8,2 | 4,2 | 4,2 | 100,0 |
| 10 Outros serviços | 4,2 | - | 30,6 | 4,2 | 1,4 | - | 4,2 | - | 6,9 | 41,7 | 4,2 | 2,6 | 100,0 |
| 11 Empregados domésticos | - | - | - | - | - | - | - | - | 50,0 | - | 50,0 | - | 100,0 |
| 12 Outras actividades n/ especificadas | - | - | 38,1 | 4,8 | 4,8 | - | 14,3 | - | - | 9,5 | - | 28,5 | 100,0 |

Quadro 2.3.4: Matriz de mobilidade sectorial entre a actividade exercida nos primeiros seis meses após a chegada aos Açores e a actividade exercida actualmente (%)

| Açores (após a chegada)/ Açores (actualmente) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | Total |
|--|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|-----|-------|
| 1 Agricultura e Pescas | 60,0 | 6,7 | 26,6 | - | - | - | - | - | - | 6,7 | - | - | 100,0 |
| 2 Indústria | - | 87,5 | 12,5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 3 Construção | 0,7 | 0,7 | 92,6 | 2,0 | - | - | - | - | 3,3 | - | - | 0,7 | 100,0 |
| 4 Comércio | - | - | - | 91,4 | - | - | - | - | 4,3 | - | - | 4,3 | 100,0 |
| Transportes, Armazenamento e Comunicações | - | - | 100 | - | 80,0 | - | 10,0 | - | - | - | - | - | 100,0 |
| Administração Pública e Defesa | - | - | - | - | - | 100,0 | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 7 Ensino | - | - | - | - | - | - | 91,2 | - | - | 5,9 | - | 2,9 | 100,0 |
| 8 Saúde | - | - | - | - | - | - | - | 92,3 | - | - | - | 7,7 | 100,0 |
| 9 Hotéis e Restauração | 2,8 | 2,8 | 5,6 | 2,8 | - | - | 2,8 | - | 72,1 | 2,8 | - | 8,3 | 100,0 |
| 10 Outros serviços | - | 1,3 | - | 5,2 | 3,9 | - | 2,6 | - | 11,7 | 72,7 | 1,3 | 1,3 | 100,0 |
| 11 Empregados domésticos | - | - | 5,9 | - | - | 5,9 | - | - | 17,6 | 5,9 | 58,8 | 5,9 | 100,0 |
| 12 Outras actividades n/ especificadas | - | - | 10,0 | - | - | 5,0 | - | - | 10,0 | - | 75,0 | - | 100,0 |

Para além de fornecer um outro tipo de informação que não é evidenciada pelas trajetórias sectoriais dos imigrantes, a questão da mobilidade profissional constitui um aspecto determinante no desenrolar do processo de integração dos mesmos na sociedade receptora. A este respeito, existe consenso teórico quanto ao facto de que, no contexto das migrações laborais, é muito frequente verificar-se um declínio do estatuto socioprofissional do imigrante, na passagem que este faz do último emprego no país de origem para o primeiro emprego que adquire no primeiro destino migratório, verificando-se, numa segunda fase, uma tendência para a inflexão deste comportamento (Chiswick *et al.*, 2005). Como se compreenderá, tal recuperação encontra-se dependente de diversas variáveis, assim como o declive das duas trajetórias em causa. Nas situações, por exemplo, em que as habilitações e qualificações dos imigrantes se prestam a uma fácil transferência entre a sociedade de origem e a de destino, tanto o declínio como a recuperação acabam por ser mais suaves, atenuando, deste modo, alguns aspectos mais negativos que a mobilidade profissional dos indivíduos costuma imprimir à sua experiência migratória.

No caso em análise, os dados fornecidos pelo inquérito levam-nos a concluir que os meses imediatos à chegada aos Açores representam, para a maioria dos imigrantes, uma situação de desqualificação profissional relativamente à sua posição no país de origem. Esta recomposição da estrutura profissional na origem, que o Quadro 2.3.5 permite observar, manifesta-se através da diminuição do peso relativo dos profissionais mais qualificados – nomeadamente do grupo dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” – e do conseqüente aumento da importância dos profissionais não qualificados. Quando se passa à distribuição da estrutura

socioprofissional dos inquiridos no momento da aplicação do inquérito, e a comparamos com a situação na origem, vemos que, embora o tempo tenha conseguido reverter alguns dos casos de desqualificação profissional, os desequilíbrios ainda persistem, continuando, assim, a notar-se o peso excessivo dos grupos menos qualificados e uma diminuta expressão dos profissionais de topo.

Quadro 2.3.5: População imigrante segundo os grupos profissionais, no país de origem e nos Açores (após a chegada e actualmente) (%)

| Grupos profissionais | País de origem | Primeiros 6 meses, após a chegada aos Açores | Δ% | Actualmente | Δ% |
|--|----------------|--|----------|--------------|----------|
| Quadros Superiores da Adm. Públ., Dir. e Quadros Sup. sas Empresas | 6,3 | 2,5 | -60,3 | 9,0 | 260,0 |
| Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas | 19,8 | 8,8 | -55,6 | 9,4 | 6,8 |
| Técnicos Profissionais de Nível Intermédio | 5,6 | 13,4 | 139,3 | 11,8 | -11,9 |
| Pessoal Adm. e Similares | 6,1 | 0,7 | -88,5 | 1,4 | 1,0 |
| Pessoal dos Serviços e Vendedores | 24,6 | 21,9 | -11,0 | 22,4 | 2,3 |
| Agricultores e Trab Qualif. da Agricultura e Pescas | 6,3 | 3,7 | -41,3 | 2,9 | -21,6 |
| Operários, Artífices e Trabalhadores Similares | 11,5 | 12,5 | 8,7 | 16,5 | 32,0 |
| Operadores de Inst. e Máq. e Trab. de Montagem | 2,7 | 1,2 | -55,6 | 1,0 | -16,7 |
| Trabalhadores não Qualificados | 10,0 | 30,5 | 205 | 20,2 | -33,8 |
| Forças Armadas | 0,7 | - | - | - | - |
| Outros Activos n/ Especificados | 6,3 | 4,8 | -23,8 | 5,3 | 10,4 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | - |

O recurso a duas matrizes muito semelhantes às anteriores (Quadro 2.3.6 e Quadro 2.3.7), compostas já não por sectores de actividade, mas por grupos socioprofissionais, fornece-nos os principais *espaços de mobilidade* – ascendente (quadrículas a verde) e descendente (quadrículas a branco) – em que, do ponto de vista profissional, se têm movido os inquiridos. Assim, a generalidade dos imigrantes que, na origem, apresentavam um grau de qualificação profissional superior ou médio – com excepção, neste último caso, dos que se inseriam no grupo do “Pessoal dos Serviços e Vendedores” – fizeram um percurso de mobilidade descendente até aos Açores (Quadro 2.3.6). A dispersão, por exemplo, dos efectivos originalmente pertencentes aos dois primeiros grupos profissionais, por outros que se seguem a estes na hierarquia da estrutura em causa, não deixa de ser notória, verificando-se mesmo elevados níveis de convergência para a categoria dos “Trabalhadores não Qualificados”. Por outro lado, e como seria de esperar, as situações de um percurso ascendente, entre o país de origem e os primeiros seis meses nos Açores, são praticamente inexistentes. Além disso, nos casos em que estas parecem insinuar-se, elas não deixam de apresentar um carácter duvidoso, uma vez que as trajectórias em questão são feitas para categorias muito próximas das de origem.

No que se refere à mobilidade profissional dos inquiridos, após um período de adaptação inicial e até ao momento do inquérito (Quadro 2.3.7), pode dizer-se que a incidência dos mesmos no *espaço de mobilidade descendente* é menor do que a verificada na matriz anterior, o que reflecte a ligeira recuperação que atrás foi apontada, aquando da referência ao Quadro 2.3.5. Não admirará que na base do restabelecimento do estatuto profissional de alguns destes casos, esteja o

reconhecimento e a aplicação das competências e qualificações trazidas pelos inquiridos do seu país de origem, sobretudo daquelas de nível médio, as quais, caracterizando uma elevada percentagem da população analisada, acabam por tornar-se facilmente transferíveis para a estrutura de emprego regional. No entanto, existem casos em que, mesmo após os seis meses de permanência inicial, a tendência de uma mobilidade profissional descendente é ainda notória, como acontece, por exemplo, no grupo dos “Técnicos Profissionais de Nível Intermédio” e no do “Pessoal dos Serviços e Vendedores”.

Quadro 2.3.6: Matriz de mobilidade profissional entre o país de origem (última actividade) e os Açores (primeiros seis meses após a chegada) (%)

| Origem / Açores (após a chegada) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | Total |
|--|------|------|------|-----|------|------|-------|-----|------|----|------|--------------|
| 1 Públicos, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas | 31,6 | 15,8 | 10,5 | 5,3 | - | - | 5,3 | - | 26,3 | - | 5,3 | 100,0 |
| 2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas | - | 51,8 | 3,6 | - | 17,9 | - | 5,4 | 1,8 | 17,9 | - | 1,8 | 100,0 |
| 3 Técnicos Profissionais de Nível Intermédio | - | - | 89,5 | - | - | 5,3 | 5,3 | - | - | - | - | 100,0 |
| 4 Pessoal Administrativo e Similares | - | - | 15,8 | 5,3 | 31,6 | 5,3 | 5,3 | - | 26,3 | - | 10,5 | 100,0 |
| 5 Pessoal dos Serviços e Vendedores | 2,4 | 1,2 | 3,5 | - | 57,6 | - | 8,2 | - | 22,4 | - | 4,7 | 100,0 |
| 6 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas | - | - | - | - | 4,3 | 43,5 | 4,3 | - | 47,8 | - | - | 100,0 |
| 7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares | - | 2,4 | 2,4 | - | 2,4 | 4,9 | 56,1 | - | 31,7 | - | - | 100,0 |
| 8 Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem | - | - | 9,1 | - | 9,1 | - | 18,2 | 9,1 | 54,5 | - | - | 100,0 |
| 9 Trabalhadores não Qualificados | - | - | - | - | 7,9 | - | 10,5 | - | 81,6 | - | - | 100,0 |
| 10 Forças Armadas | - | - | - | - | - | - | 100,0 | - | - | - | - | 100,0 |
| 11 Outras actividades n/ especificadas | - | - | 15,0 | - | 15,0 | 5,0 | - | - | 40,0 | - | 25,0 | 100,0 |

Quadro 2.3.7: Matriz de mobilidade profissional entre a actividade exercida nos primeiros seis meses após a chegada aos Açores e a actividade exercida actualmente (%)

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | Total |
|--|-------|------|------|-------|------|------|------|------|------|----|------|-------|
| Açores (após a chegada) / Açores (actualmente) | | | | | | | | | | | | |
| 1 Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas | 100,0 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas | 5,6 | 94,4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 3 Técnicos Profissionais de Nível Intermédio | 3,4 | 3,4 | 81,0 | - | 6,9 | - | - | 5,2 | - | - | - | 100,0 |
| 4 Pessoal Administrativo e Similares | - | - | - | 100,0 | - | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 5 Pessoal dos Serviços e Vendedores | 7,7 | 2,2 | 4,4 | 1,1 | 76,9 | 1,1 | 2,2 | - | 3,3 | - | 1,1 | 100,0 |
| 6 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas | - | - | 6,3 | - | 6,3 | 62,5 | 18,8 | - | 6,3 | - | - | 100,0 |
| 7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares | 2,0 | - | - | - | - | - | 98,0 | - | - | - | - | 100,0 |
| 8 Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem | - | - | - | - | - | - | 40,0 | 40,0 | 20,0 | - | - | 100,0 |
| 9 Trabalhadores não Qualificados | 4,9 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 8,2 | - | 10,7 | - | 69,7 | - | - | 100,0 |
| 10 Forças Armadas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100,0 |
| 11 Outras actividades n/ especificadas | 15,0 | 5,0 | - | - | - | - | 10,0 | - | - | - | 70,0 | 100,0 |

Uma vez delineadas as principais tendências da mobilidade sectorial e profissional dos inquiridos, e com o objectivo de destacar os aspectos de maior relevância que foram sendo referidos ao longo deste capítulo, julgamos poder resumir os vectores mais importantes da relação dos imigrantes com o mercado de trabalho açoriano, através dos seguintes pontos:

- 1) Elevada proporção de imigrantes activos e seu rejuvenescimento em relação a 2004;
- 2) Maior integração, entre 2004 e 2008, das mulheres imigrantes no mercado de trabalho açoriano;
- 3) Baixo nível de desemprego entre a população imigrante em geral;
- 4) Elevada percentagem (mais de 80,0%) de imigrantes com o estatuto de Trabalhadores por Conta de Outrem;
- 5) Elevada concentração de mão-de-obra imigrante nos sectores da Construção (31,0%), Serviços (22,7%) e Hotelaria e Restauração (10,6%), ainda que, entre 2004 e 2008, tenha havido uma importante transferência de efectivos do primeiro para os outros dois;
- 6) Importância acrescida, dentro do sector dos Serviços, quer do ramo do turismo quer das actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, enquanto importantes pólos de concentração de imigrantes;
- 7) Desajustamentos entre as competências que os imigrantes trazem da origem e o seu desempenho profissional na Região, sobretudo entre os cidadãos da Europa Central e de Leste;
- 8) Diminuição, desde 2004, da percentagem de imigrantes sem qualquer tipo de vínculo laboral, sendo a proporção dos contratados a prazo muito semelhante à dos efectivos – 44,0%;
- 9) Aumento significativo dos contratados a prazo, tanto no caso das mulheres como no dos imigrantes da Europa Central e de Leste;

- 10) Elevada percentagem de imigrantes que possuem uma única actividade laboral, verificando-se, entre a comunidade brasileira, a tendência para o desempenho de uma segunda actividade remunerada;
- 10) Realização de horas extraordinárias para quase metade dos imigrantes empregados, tratando-se, na sua quase totalidade, de trabalho suplementar remunerado.
- 11) O percurso sectorial realizado pelos imigrantes, entre o último ano no país de origem e os primeiros seis meses nos Açores, é, maioritariamente, representado pela convergência para os sectores da Construção, dos Serviços e da Hotelaria e Restauração, os quais apresentam elevados níveis de mobilidade interna e de capacidade de absorção a prazo;
- 12) Em termos da mobilidade profissional, conclui-se que a transição do país de origem para os Açores, se faz acompanhar, para a generalidade dos imigrantes, de um processo de desqualificação profissional.

CAPÍTULO 3

OS AÇORES NOS PROJECTOS MIGRATÓRIOS

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Octávio H. Ribeiro de Medeiros

Eduardo Ferreira

De acordo com os objectivos definidos para este estudo, pretendemos, neste capítulo, perceber como se definem os projectos migratórios dos inquiridos, tendo em conta a possibilidade de permanecerem nos Açores ou de regressarem à origem, aspecto que não é indissociável do quadro avaliativo traçado pelos imigrantes acerca da sua experiência migratória e satisfação com o acolhimento e integração nas comunidades locais.

Do ponto de vista da sociedade de chegada, o migrante tem sido quase sempre considerado mais como agente económico do que como actor social (Machado, 2002: 12), atendendo não só às motivações à partida, como também ao impacto que, normalmente, gera na estrutura laboral que o acolhe. De resto, há que referir que as motivações de carácter económico, associadas ao mercado de trabalho, são amplamente reconhecidas quaisquer que sejam as abordagens teóricas em que nos situemos.

No caso em estudo, interessa-nos, por isso, conhecer a possibilidade de permanência dos imigrantes na Região e as alternativas que apresentam no caso de terem um projecto contrário, aspectos que, como sabemos, se encontram relacionados com a estabilidade no emprego, os salários auferidos, as relações com a população local, designadamente no trabalho, ou a habitação.

Em nosso entender, não se deve separar a possibilidade de permanência de uma avaliação positiva da situação presentemente vivida e do sentimento de integração na sociedade de acolhimento. Processo sempre complexo e multifacetado, a integração pode ser definida como sendo *“um processo de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado”* (Fonseca, 2003:118). Como refere Pena Pires, *“o termo integração é correntemente usado na literatura sociológica para designar, no plano micro, o modo como os actores são incorporados num espaço social comum, e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais”* (Pires, 2003:13).

Ao falar-se de integração dos imigrantes – variável que não podemos dissociar do desejo de ficar ou sair dos Açores –, convém referir que os regimes de incorporação locais têm revelado maior impacto ou maior eficácia na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento do que os próprios sistemas políticos nacionais. De facto, sem a aceitação da sociedade de acolhimento, as políticas de integração podem ser bloqueadas (Fonseca, 2003:110) contribuindo, assim, para o enfraquecimento do grau de integração/satisfação.

Dito isto, e como hipótese de trabalho, consideramos que a vontade revelada pelos imigrantes, quanto à possibilidade de se fixarem definitivamente nos Açores, é tanto mais valorizada quanto mais a intenção inicial visasse a permanência fora do país com carácter definitivo. Para aqueles grupos cuja estadia era perspectivada como mais transitória, quer porque desejassem o regresso, quer porque tinham intenções de se fixarem noutra local, é de prever que o desejo de retorno, independentemente

do tipo de avaliação feita sobre a sua estadia na Região, seja mais significativo. Outra hipótese plausível é a de que existe alguma relação entre o modo como os inquiridos perspectivam o seu futuro e as expectativas que têm sobre a evolução da situação laboral, quer dos imigrantes em geral quer do próprio, uma vez que esta questão surge como uma das principais determinantes ao início do processo migratório.

Convém ter presente, ainda, que o reagrupamento familiar constitui um elemento importante na evolução do processo migratório. Como refere um Relatório do SEF de 2006, *"ao longo da história da imigração em Portugal, a imigração masculina tem invariavelmente assinalado índices superiores à feminina, pese embora nos últimos dois anos esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar"* (SEF, 2006:15)³⁴.

O reagrupamento familiar, reconhecido aos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território de um Estado-Membro, é um direito que se tornou perceptível, mercê de um conjunto de políticas migratórias dos Estados-Membros em aplicação das novas disposições do Tratado que institui a União Europeia, inspirando-se no pleno respeito dos direitos do homem, da família e da criança, tal como determinam importantes actos e convenções internacionais (Rosa *et al.*, 2004:265).

Na análise que se segue, seleccionamos algumas variáveis que consideramos pertinentes e explicativas, a começar pelas demográficas, como o sexo, a idade, o nível de instrução, o grupo profissional e ainda a região de proveniência. Os cruzamentos dessas variáveis ajudar-nos-ão a interpretar as perspectivas de evolução do projecto dos imigrantes nos Açores.

³⁴ A reunificação familiar é hoje em dia uma das principais vias de entrada da imigração para a União Europeia: mais de 75% dos fluxos de entrada anuais são constituídos por cônjuges, filhos e outros familiares (Carneiro, 2005: 25). O direito ao reagrupamento familiar deve ser entendido não só como um direito em si, mas como instrumento social.

3.1 – Continuidades e alternativas

Um percurso de saída não se inicia à margem das expectativas que vão sendo criadas, mesmo que os migrantes não consigam apreender a situação na sua totalidade ou saibam que nem tudo poderá acontecer da maneira que desejam. Em grande parte dos casos, existe, antes mesmo da partida, uma ideia, mais ou menos formulada, quanto aos objectivos e à duração do projecto migratório que cada indivíduo ou família irá adoptar como seu. Tratam-se, aliás, de factores fundamentais no processo de tomada de decisão, responsáveis por uma determinada predisposição desses agentes para iniciarem todo o processo. No caso em análise, verifica-se que uma elevada percentagem de inquiridos (44,0%) tinha em perspectiva, antes da partida, regressar ao fim de algum tempo, não se verificando grandes diferenças percentuais por sexo. Por outro lado, um pouco mais do que um terço (34,0%) afirmam terem saído do seu país de origem sem qualquer ideia definida a este respeito, pelo que podemos pensar que para estes, mais do que para os restantes grupos, a avaliação da experiência imigratória poderá constituir um factor determinante na decisão a adoptar, ou seja, a de se fixarem ou não nos Açores. A possibilidade de permanência definitiva na Região parece, à partida, mais viável junto dos 16,0% que referem ter partido desejando permanecer definitivamente fora do seu país de origem.

Pode dizer-se que a vontade que os inquiridos afirmam ter tido, aquando da partida, de regressarem ao seu país de origem, não conhece uma significativa diferença entre os três grupos que melhor se revêem numa imigração do tipo laboral. A percentagem de africanos, de indivíduos oriundos da América Latina e de imigrantes de Leste que formularam um projecto

migratório admitindo o retorno, é, em cada um destes casos, sempre superior a 40,0%, ou seja, um valor muito próximo do quantitativo global anteriormente referido.

Gráfico 3.1.1: Predisposição inicial de regresso ao país de origem (%)

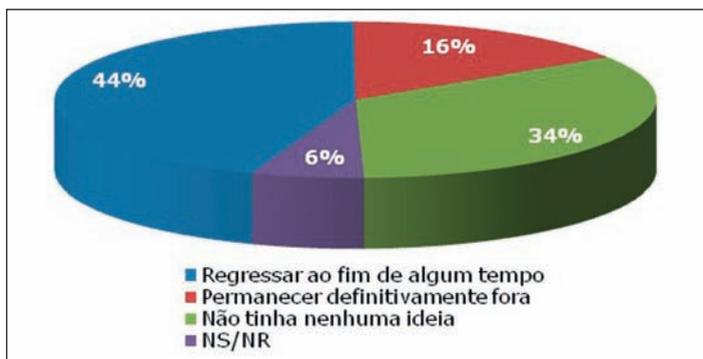
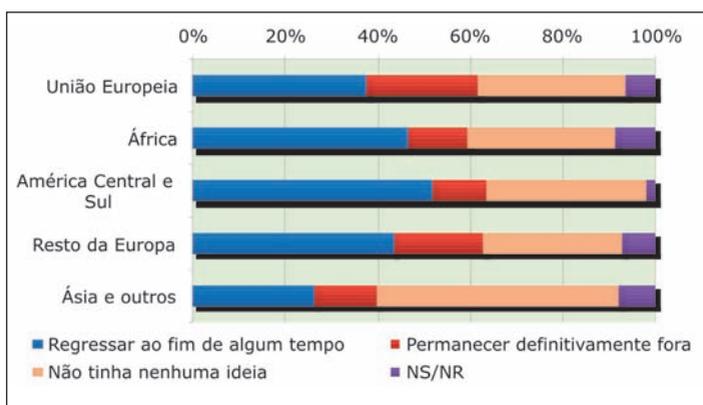


Gráfico 3.1.2: Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por região de proveniência (%)



Dentro deste conjunto, não será por acaso que a aspiração inicial ao regresso se afirma como mais expressiva entre os provenientes da América Central e do Sul (52,0%), os quais,

como sabemos, são maioritariamente brasileiros. De alguma forma, encontramos neste dado uma correspondência à ideia que tem vindo a ser avançada de que uma grande parte destes imigrantes se caracteriza pela determinação de, um dia, e depois de cumpridos objectivos essencialmente económicos, regressar à origem, intenção que, de resto, se tornou mais visível no capítulo anterior, aquando da análise das modalidades que os mesmos estabelecem com o mercado de trabalho.

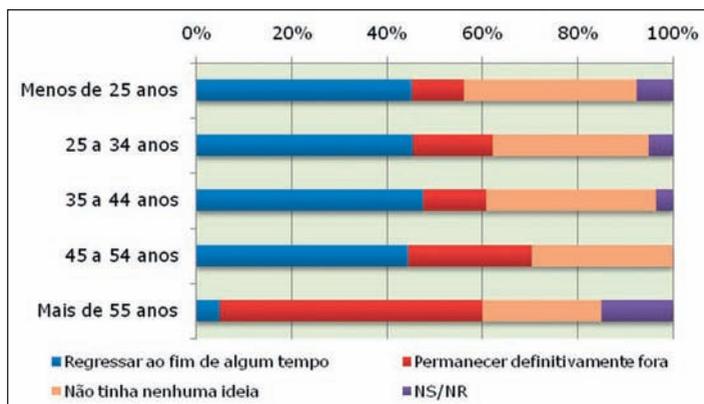
A maior diversidade, em termos de perfil, que os estrangeiros provenientes da União Europeia conheceram nos últimos anos (designadamente, em comparação com as características apresentadas em 2004), poderá estar na base de quase 40,0% destes terem saído dos seus países sem o intuito de se fixarem definitivamente fora. Com efeito, e como salientámos no Capítulo 1, já não estamos em presença de um grupo composto, quase exclusivamente, por indivíduos saídos da fase activa das suas vidas, tendo passado a englobar, nos últimos tempos, faixas etárias mais jovens e cuja presença nos Açores é explicada quer pela existência de projectos e experiências profissionais, quer até pela procura de cumprimento de objectivos económicos de base laboral. Em todo o caso, este é o grupo em que o desejo de permanecer fora definitivamente mais se fazia notar na fase inicial do processo migratório, vontade esta imputável, em nossa opinião, ao subconjunto daqueles que perspectivam a fixação permanente nos Açores como fazendo parte do projecto para uma nova fase das suas vidas – a da reforma.

Quanto ao grupo formado maioritariamente por asiáticos, tudo leva a crer que a partida teve lugar dentro de um quadro de maior indefinição relativamente ao futuro, pois um pouco mais de 50,0% destes afirmam ter saído do seu país sem nenhuma ideia concreta acerca de um possível regresso. Esta

característica pode resultar, em grande medida, e a nosso ver, do tipo de migração em causa, a qual é quase sempre de carácter familiar, e, por isso, com uma margem de manobra e de decisão individual mais reduzidas.

O confronto dos resultados relativos à predisposição inicial de regresso ao país de origem em função da idade dos inquiridos, de alguma forma, serve mais para corroborar o *efeito proveniência*, atrás referido, do que para acrescentar um dado novo à questão da predisposição inicial. De facto, apesar de, no Gráfico 3.1.3, parecer sobressair uma certa uniformidade de relação, é importante frisar que existe, em grande parte dos casos, um hiato de tempo significativo entre a idade que os respondentes apresentavam no momento da saída e a que tinham aquando da realização do inquérito. Não nos esqueçamos que apenas 7,0% dos inquiridos estavam na Região há menos de 1 ano, e 41,0%, entre 5 e 9 anos, já não referindo os cerca de 16,0% que apresentavam um tempo de permanência superior aos 10 anos.

Gráfico 3.1.3: Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por grupos de idade (%)



Assim, e mesmo que se admita que a faixa mais jovem (“Menos de 25”) é constituída, sobretudo, por aqueles que chegaram aos Açores mais recentemente, convém esclarecer que o valor significativo que se encontra registado na categoria “Regressar ao fim de algum tempo” (cerca de 45,0%) tende a ser largamente influenciado por aqueles grupos de origem em que esta vontade era mais expressa aquando da partida, desde logo, o dos brasileiros, mas também o dos africanos, o dos imigrantes oriundos da Europa de Leste e, ainda, pode admitir-se, o do contingente mais recente, e igualmente mais jovem, de cidadãos da Europa Comunitária. Por outro lado, o *efeito origem* tende, ainda, a estar bastante presente entre os inquiridos com mais de 55 anos, em que 55,0% dos mesmos revelam que tinham a intenção de permanecer definitivamente fora do seu país. Ainda que alguns destes indivíduos possam ter vindo para os Açores, há alguns anos a esta parte, enquadrados numa imigração laboral, e que essa tenha sido, realmente, a sua predisposição à partida, há também que entrar em linha de conta com a significativa percentagem daqueles que são originários da União Europeia, que possuem uma idade mais avançada e que escolheram a Região como lugar de fixação definitiva, após se retirarem da vida activa.

Quando a predisposição inicial de regresso ao país de origem é analisada por níveis de instrução, verificamos que a ideia inicial de permanecer definitivamente fora tende a aumentar com a escolaridade dos imigrantes, não sendo o inverso totalmente verdadeiro. Porém, há que notar que os valores do item “Permanecer definitivamente fora” registados nos níveis de instrução mais elevados não podem ser, mais uma vez, dissociados do grupo de origem a que pertencem os imigrantes. Com efeito, tal como foi possível observar no Gráfico

3.1.2, tanto os provenientes dos países da União Europeia (com 25,0%) como os oriundos da Europa de Leste (com 20,0%), eram, de entre a totalidade dos grupos, aqueles que, no início do seu projecto migratório, mais evidenciaram o desejo de não voltar à origem. Acontece que estes são também os dois grupos com um nível de instrução superior ao da média dos imigrantes fixados na Região, o que explica a relação entre as variáveis acima referidas.

Quadro 3.1.1: Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por níveis de instrução (%)

| Expectativas | 1.º Ciclo | 2.º Ciclo | 3.º Ciclo | Secun-dário | Médio | Superior |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Regressar ao fim de | 50,0 | 44,7 | 40,3 | 47,8 | 36,4 | 35,5 |
| Permanecer | 13,4 | 13,2 | 16,4 | 11,8 | 22,7 | 22,6 |
| Não tinha nenhuma ideia | 34,1 | 34,2 | 38,8 | 33,9 | 36,4 | 34,8 |
| Ns/Nr | 2,4 | 7,9 | 4,5 | 6,5 | 4,5 | 7,1 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

A par disso, e ainda relativamente ao Quadro 3.1.1, chama-se a atenção para a transversalidade que o item “Não tinha nenhuma ideia” apresenta em termos de níveis de instrução. Trata-se de um aspecto que não foi, porventura, devidamente realçado aquando da referência aos valores globais da predisposição inicial de regresso ao país de origem (Gráfico 3.1.1, onde o item em questão registava o valor de 34,0%), mas que, em virtude do facto de se encontrar novamente em evidência, talvez valha a pena sublinhar. De facto, e contrariando um pouco a ideia de que o projecto migratório, engloba, na maior parte das vezes a ideia de *regresso* (mesmo que, na prática, este não venha a verificar-se), podemos concluir que, dentro da imigração do tipo laboral, há lugar, igualmente, para

uma larga margem de indefinição quanto ao futuro e ao rumo que o percurso migratório tomará.

Quadro 3.1.2: Predisposição inicial de regresso ao país de origem, por grupos socioprofissionais (%)

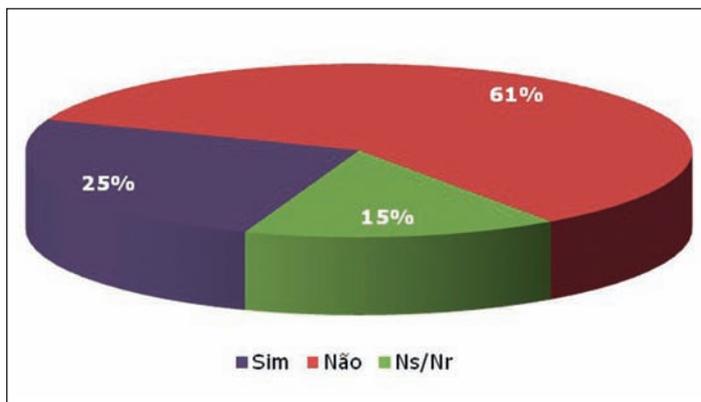
| Grupos profissionais | Tencionava regressar ao país de origem | Tencionava permanecer fora definitivamente | Partiu sem nenhuma ideia | Ns/Nr |
|--|---|---|---------------------------------|--------------|
| Quadros superiores | 27,3 | 36,4 | 36,4 | 0,0 |
| Espec. prof. intel. e científicas | 31,6 | 21,7 | 36,8 | 7,9 |
| Téc. Profissionais nível intermédio | 46,6 | 8,6 | 39,7 | 5,2 |
| Pessoal administrativo | 0,0 | 33,3 | 66,7 | 0,0 |
| Pessoal dos serviços e vendedores | 37,9 | 14,7 | 38,9 | 8,4 |
| Trab. Qualif. agric. e pescas | 50,0 | 12,5 | 31,3 | 6,3 |
| Operários | 49,1 | 9,4 | 32,1 | 9,4 |
| Operadores instalações e máquinas | 80,0 | 0,0 | 0,0 | 20,0 |
| Trabalhadores não qualificados | 49,2 | 18,9 | 29,5 | 2,3 |
| Outros activos não especificados | 61,9 | 4,8 | 33,3 | 0,0 |

Não estando, como já vimos, o estatuto socioprofissional dos imigrantes desligado nem do nível de instrução nem da proveniência geográfica dos mesmos, não admira que encontremos alguma correspondência entre o desejo inicial de permanecerem definitivamente fora e o grupo profissional onde os inquiridos se inserem. De modo geral, e atendendo apenas às categorias em que menos se faz sentir a pequenez de efectivos, esta vontade tende a ser mais evidente nos grupos intermédios e superiores, com excepção do dos “Técnicos profissionais

de nível intermédio” e da categoria “Pessoal dos serviços e vendedores”, por sinal dois conjuntos onde se concentra uma larga percentagem de imigrantes brasileiros, e que, como já fizemos questão de observar, são aqueles para quem o retorno era já um dado à partida. Porém, a mesma tendência não pode ser apontada em relação aos escalões menos qualificados, designadamente o dos “Operários, artífices e similares” e o dos “Trabalhadores não qualificados”, em que, dentro de cada um, cerca de 50,0% dos inquiridos saíram do seu país de origem com o desejo de regressarem no futuro.

Face à análise que tem vindo a ser feita, podemos então dizer que a predisposição que os migrantes apresentavam, antes da partida, para se fixarem definitivamente fora, é muito mais clara entre aqueles indivíduos que não se enquadram propriamente num contexto imigratório, de que são exemplo, no caso em estudo, os estrangeiros oriundos da União Europeia que decidiram residir na Região dentro da concepção de um modo de vida alternativo àquele que tinham no seu país. Relativamente à generalidade daqueles que são classificáveis dentro do quadro de uma imigração laboral, a decisão de partir tende a ser suportada (e os seus custos, de alguma forma, compensados) com a perspectiva de um dia regressarem à origem, ainda que, e como se pôde perceber, uma parte considerável destes indivíduos iniciem o seu percurso migratório sem nenhuma ideia formulada a este respeito. Todavia, deve ainda ser sublinhado que, mesmo entre aqueles que partem por motivos essencialmente económicos, a intenção inicial de retorno faz-se sentir de forma diferenciada, variando, sobretudo, em função da região de onde provêm e, ao que tudo indica, da maior ou menor garantia que têm, à partida, de que o seu capital escolar e profissional é facilmente transferível para o contexto de acolhimento.

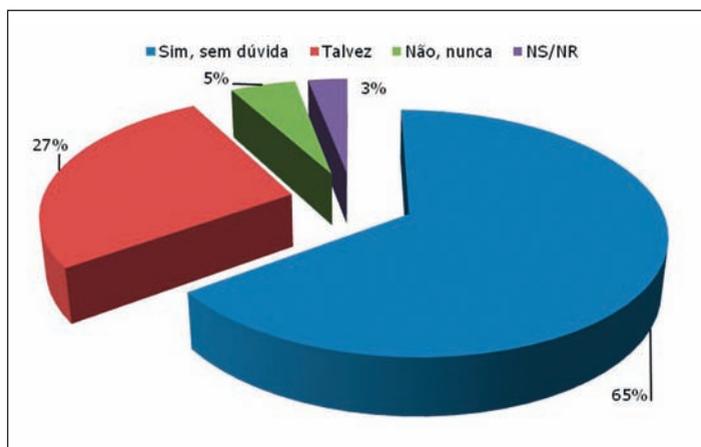
Gráfico 3.1.4: Predisposição actual para a saída dos Açores (%)



Passando agora à análise da predisposição que os imigrantes apresentam, no momento do inquérito, para saírem dos Açores (num hipotético contexto de decidirem pôr termo ao seu percurso migratório ou então de iniciarem uma nova fase do mesmo), podemos encontrar uma discrepância significativa entre aquilo que eram os intuitos iniciais, antes observados, e a vontade mais actual. Com efeito, apesar de 16,0% dos inquiridos manifestarem que, no momento anterior à partida, tinham como objectivo não regressar ao seu país de origem, verificamos que são 61,0% aqueles que não desejam sair dos Açores. Este é, quanto a nós, um valor que, em certa medida, pode reflectir o balanço compensatório da maioria das experiências imigratórias, apesar dos 25,0% que admitem, terminantemente, vir a abandonar este destino. Além disso, dos 34,0% que vimos terem partido sem nenhuma ideia formulada quanto ao retorno, só 15,0% é que mantêm uma atitude de indefinição, o que também indicia uma maior determinação quanto ao processo migratório, com base, estamos em crer, em grande parte daquilo que tem sido a vida destes inquiridos enquanto imigrantes na Região.

Para além daquilo que os valores atrás apresentados podem significar em termos de balanço positivo da experiência dos imigrantes, os inquiridos são bastante mais explícitos no que diz respeito à satisfação para com os Açores enquanto destino migratório (Gráfico 3.1.5). Quando questionados se escolheriam novamente o Arquipélago como região de acolhimento num novo processo migratório, 65,0% responderam que “Sim, sem dúvida” e 27,0% que “Talvez”. Apenas 5,0% disseram que tal não voltaria a acontecer.

Gráfico 3.1.5: Predisposição actual em relação à escolha dos Açores num novo processo migratório (%)



Especificado este aspecto, e complementarmente à leitura mais geral que foi feita atrás, o Quadro 3.1.3 permite perceber um pouco melhor como se cruzam as vontades mais recentes dos imigrantes, quanto à possibilidade de se fixarem definitivamente ou não na Região, com as predisposições que apresentavam na origem. Entre aqueles que não pretendem sair dos Açores (cerca de 2/3 dos inquiridos), 38,0% iniciaram o

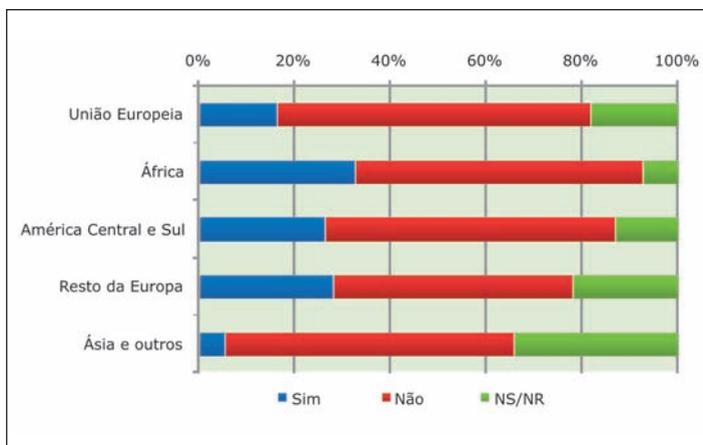
processo migratório com a ideia de regressar, e outros 35,0%, nessa altura, ainda se encontravam indecisos. Ou seja, se para muitos dos imigrantes se verificou uma alteração completa da intenção que apresentavam na origem, para outros, a indefinição acabou por dar lugar à decisão (neste caso, a de ficar a residir na região de acolhimento). Se, em qualquer um dos casos, não será irrazoável avançar-se com a hipótese de que pode ter sido a experiência imigratória a contribuir, de facto, para essa tomada de decisão, também não podemos pôr de parte a possibilidade de alguns imigrantes terem uma opinião mais negativa da situação económica e social do país de origem, perspectivando, assim, a ideia de regresso em algo não desejado.

Quadro 3.1.3: Predisposição actual para sair dos Açores, por predisposições na origem (%)

| Predisposições na origem | Sair dos Açores | | | |
|--|-----------------|--------------|--------------|--------------|
| | Sim | Não | Ns/Nr | Total |
| Regressar ao fim de algum tempo | 64,5 | 37,6 | 38,0 | 44,5 |
| Permanecer definitivamente fora | 5,9 | 21,9 | 9,8 | 16,0 |
| Não tinham nenhuma ideia | 24,3 | 35,1 | 43,5 | 33,7 |
| Ns/Nr | 5,3 | 5,3 | 8,7 | 5,8 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Quanto ao conjunto daqueles 25,0% que afirmam pretender, efectivamente, partir, em definitivo, da Região, é preciso notar que 2/3 destes, ou seja, 65,0%, antes de saírem do seu país, já tinham em mente regressar, o que também é demonstrativo da importância que as predisposições iniciais e as decisões tomadas na origem acabam por ter ao longo do processo migratório.

Gráfico 3.1.6: Predisposição actual para a saída dos Açores, por regiões de origem (%)

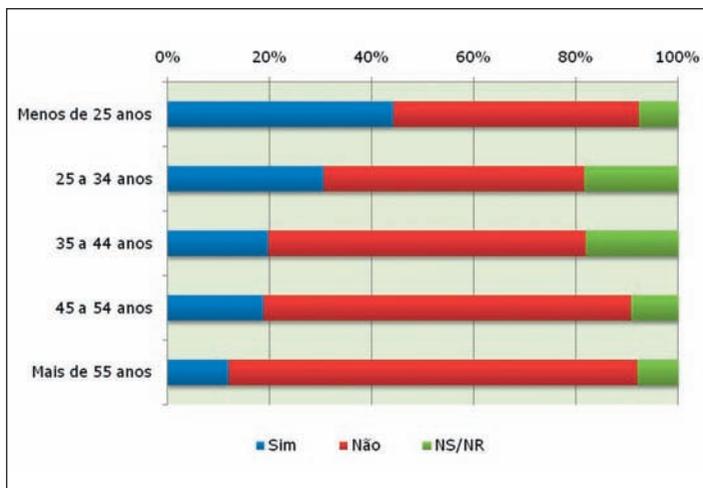


Dito isto, e sabendo nós, então, que 61,0% dos inquiridos pretendem fixar-se neste território de acolhimento, 25,0% têm em mente partir e que 15,0% estão indecisos, importa, agora, tentar perceber de que forma é que este quadro de predisposições actuais varia em função quer dos diferentes grupos de origem quer das próprias características sociais dos imigrantes. Começando pela proveniência geográfica, verificamos que, de um modo geral, o desejo de permanecer nos Açores é dominante e transversal aos cinco grupos considerados, oscilando os valores entre os 50,0% do Resto da Europa e os 66,0% do conjunto da União Europeia. De realçar, ainda, e não obstante os baixos valores absolutos em causa, a indecisão manifestada pelos asiáticos, aqui bem expressa nas não respostas (34,0%), facto que, em nosso entender, e entre outros factores, poderá estar associado ao elevado grau de mobilidade que, normalmente, caracteriza os imigrantes provenientes dessa região do globo.

Contrariamente ao que seria de esperar, e em função daquilo que foi possível observar a partir da análise das predisposições dos inquiridos antes da partida, não é entre os imigrantes oriundos da América Central e do Sul que mais se expressa a vontade de sair da Região. Relembrando o valor apresentado no Gráfico 3.1.2, o desejo inicial de regressar ao país de origem que era manifestado dentro deste grupo, rondava os 52,0%, quantitativo que agora não encontra correspondência nos 26,0% daqueles que querem partir. Deste ponto de vista, o grupo em causa é aquele que apresenta uma maior alteração relativamente à sua ideia inicial, o que não deixa de poder ser interpretado como um indício do bom nível de integração conseguido por esta comunidade junto da sociedade que a acolheu.

Como se compreende, isto não retira força ao que se disse, anteriormente, sobre a determinação que parece caracterizar os brasileiros quanto ao cumprimento de um processo migratório que os leve de regresso ao país de origem. Na verdade, este novo dado apenas vem situar essa decisão mais no plano da partida do que no contexto de acolhimento actual, infirmando, de certo modo, a hipótese por nós levantada no preâmbulo deste capítulo, de que a fixação definitiva na Região tende a ser tanto mais valorizada quanto maior a intenção inicial de não regressar ao país de origem. O grau de integração económica e social dos imigrantes, decorrente da sua experiência na sociedade de acolhimento, parece assumir aqui um papel importante, aspecto que, em relação aos brasileiros, já ficou traduzido no capítulo anterior, através, por exemplo, da considerável percentagem destes que desempenham tarefas correspondentes a um nível de qualificação médio e médio-alto, e que apresentam um vínculo com a entidade empregadora relativamente sólido.

Gráfico 3.1.7: Predisposição actual para a saída dos Açores, por grupos de idade (%)



Mas, mais do que uma questão ancorada na origem geográfica dos imigrantes, o desejo de partir ou de fixar residência definitiva nos Açores, encontra-se largamente dependente da variável idade, como demonstra o Gráfico 3.1.7. A partir deste, é possível concluir que a vontade de não abandonar a Região aumenta progressivamente com a idade (de 48,0%, no escalão dos mais novos, para 80,0%, no dos mais velhos), deixando, ao mesmo tempo, de haver grande margem para a indefinição. A questão da indecisão é, aliás, uma característica que se faz notar, sobretudo, nas faixas etárias intermédias, o que, associado ao facto de a vontade de regressar à origem ser mais elevada dentro do grupo dos mais jovens (44,0%), não deixa de sugerir que, nalguns casos, e, em particular, para aqueles que iniciaram a sua trajectória de imigrantes em idade bastante jovem, se possa estar perante uma atitude subsequente ao desejo de partir e precedente à certeza de ficar.

**Quadro 3.1.4: Predisposição actual para a saída dos Açores,
por tempo de permanência na Região (%)**

| Predisposição actual para a saída dos Açores | Período de chegada aos Açores | |
|---|-------------------------------|--------------|
| | 1990-97 | 1998-2008 |
| Sim | 22,2 | 25,6 |
| Não | 69,5 | 58,3 |
| Ns/Nr | 8,3 | 16,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Quer a principal motivação da vinda para os Açores quer o tempo de residência, tendem a ser, em nossa opinião, os dois principais factores que explicam que, dentro grupo dos inquiridos com mais de 55 anos, seja possível encontrar os referidos 80,0% de respostas que expressam bem a vontade de continuar a residir na Região. Por um lado, esta é uma faixa etária que, como temos vindo a referir, engloba uma percentagem significativa de estrangeiros naturais dos principais países da União Europeia, e para quem os Açores constituíram, desde o início, um destino atractivo, em virtude de critérios distintos dos de natureza económica. Por outro lado, e se pensarmos, sobretudo, naqueles indivíduos que combinam um tempo de residência mais longo com uma idade actual próxima da saída da vida activa (ou até correspondente à fase subsequente a esta), e, ainda, com uma experiência imigratória positiva em termos de integração, podemos, com relativa facilidade, deduzir os motivos que tornam a ideia de regresso à origem, ou de fixação noutra lugar que não os Açores, numa hipótese pouco plausível dentro do percurso de vida desses (antigos) imigrantes. Como demonstra o Quadro 3.1.4, relativamente à população inquirida em geral, e não apenas à faixa etária em causa, um tempo de residência mais longo parece contribuir, de

forma significativa, quer para afastar a ideia de regresso quer para diminuir a indefinição dos imigrantes quanto ao rumo a dar à sua trajectória de vida.

Para além das variáveis idade e tempo de residência, importa também determinar o peso que, tanto o capital escolar, como o actual estatuto socioprofissional dos imigrantes, assumem na vontade que estes têm de permanecer ou partir da Região. A relevância de se destacar estes dois factores resulta do facto de que qualquer um deles é facilmente percebido pelos próprios como podendo constituir um constrangimento, ou então uma potencialidade, dentro do quadro em que equacionam a possibilidade de permanecer no actual contexto de acolhimento, de adoptar uma nova sociedade de recepção ou de regressar ao país de origem.

Quadro 3.1.5: Predisposição actual para a saída dos Açores, por níveis de instrução (%)

| Níveis de instrução | Predisposição actual para a saída dos Açores | | |
|----------------------------|--|------|-------|
| | Sim | Não | Ns/Nr |
| Não lê nem escreve | 50,0 | 50,0 | 0,0 |
| 1.º Ciclo do Ensino Básico | 22,0 | 68,3 | 9,8 |
| 2.º Ciclo do Ensino Básico | 16,2 | 70,3 | 13,5 |
| 3.º Ciclo do Ensino Básico | 21,1 | 57,7 | 21,1 |
| Secundário | 32,3 | 57,0 | 10,8 |
| Médio | 27,3 | 63,3 | 9,1 |
| Superior | 22,9 | 54,9 | 22,2 |

No caso em estudo, podemos dizer que, de um modo geral, a predisposição para a fixação definitiva nos Açores faz-se notar mais entre os imigrantes detentores de um baixo nível de instrução (1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, essencialmente) do que junto dos mais escolarizados. Através da distribuição

percentual que é apresentada no Quadro 3.1.5, verifica-se que esta diferença é dada a conhecer, sobretudo, entre aqueles que responderam que não gostariam de sair dos Açores, uma vez que, na categoria contrária (“Sim”), o desejo de partir se encontra distribuído por estes dois grandes escalões de forma mais ou menos igualitária.

Dentro deste quadro mais genérico, a excepção refere-se ao grupo dos inquiridos que possuem o Ensino Secundário completo, e que, como sabemos, é bastante representado por cidadãos brasileiros. A incidência de respostas revelando a vontade de sair da Região ronda, dentro deste nível de escolaridade, os 32,0%, enquanto que, por exemplo, para os níveis do “Superior” e do “1.º Ciclo do Ensino Básico”, não ultrapassa os 23,0%. Mas, por outro lado, isto não significa que quem integra este patamar de qualificações apresente uma menor predisposição para continuar a viver no Arquipélago, pois 57,0% das respostas fornecidas pelo grupo em questão aponta neste sentido. Ou seja, vemos confirmado, também por esta via (a do nível de instrução), algo que temos vindo a salientar ao longo do presente capítulo, relativamente ao grupo mais específico dos imigrantes brasileiros: o facto de parecer existir uma parte significativa destes que, de facto, pretende estabelecer residência fixa nos Açores, não obstante se ter detectado que, antes da partida, a vontade dominante era a de regressar ao país de origem.

A par disso, deve ser ainda realçado que existem situações distintas no que diz respeito às não respostas, apresentando estas uma frequência bastante significativa entre os inquiridos que possuem o Ensino Superior (22,0%). Ainda que possam ser várias as explicações para este facto, não será de excluir um maior sentimento de indecisão junto dos imigrantes mais

qualificados, sobretudo se tivermos em conta que, para um número considerável destes, há uma grande discrepância entre as tarefas que desempenham e as competências que trouxeram consigo. Para muitos, a incerteza quanto a uma possível alteração desta situação pode estar na base da indefinição revelada, uma vez que não possuem garantias de que a transferência de competências venha a acontecer realmente, e de, com isto, conseguirem progredir social e economicamente no destino que escolheram.

Quando se introduz na análise a variável grupo socio-profissional (Quadro 3.1.6), verificamos que, à semelhança do que foi observado em relação ao nível de instrução, as diferenças não se manifestam tanto entre as situações extremas, mas dão-se a conhecer, sobretudo, no interior dos dois grandes grupos que constituem a estrutura em análise, isto é, o das profissões para as quais são exigidas competências de grau médio e alto e o das profissões com baixo grau de qualificação. Assim, e fazendo referência apenas às categorias com maior relevância em termos de número de efectivos, constata-se que, dentro do primeiro destes dois conjuntos, os estrangeiros que, de um modo geral, ocupam posições de direcção e de chefia (Quadros Superiores e Dirigentes) manifestam, muito claramente, a sua opção por continuarem a residir nos Açores (77,0%), expressão esta que se faz acompanhar de um nível de indecisão muito baixo (7,0%). Tal vontade não assume a mesma intensidade junto dos "Especialistas das profissões intelectuais e científicas" (52,0%) e menos ainda entre os "Técnicos profissionais de nível intermédio" (42,0%), cada um dos grupos, de resto, com níveis de indefinição que rondam quase os 30,0%. Trata-se de uma discrepância que, quanto a nós, poderá residir na maior autonomia e na excepcionalidade das condições de trabalho de

que o grupo dos Quadros Superiores e Dirigentes normalmente beneficia, por comparação aos outros dois.

**Quadro 3.1.6: Predisposição actual para a saída dos Açores,
por grupos socioprofissionais (%)**

| Grupos socioprofissionais | Predisposição actual para sair dos Açores | | |
|---|---|------|-------|
| | Sim | Não | Ns/Nr |
| Quadros Superiores e Dirigentes | 16,3 | 76,7 | 7,0 |
| Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas | 19,6 | 52,2 | 28,3 |
| Técnicos Profissionais de Nível Intermédio | 31,6 | 42,1 | 26,3 |
| Pessoal Administrativo e Similares | 14,3 | 85,7 | 0,0 |
| Pessoal dos Serviços e Vendedores | 20,2 | 62,4 | 17,4 |
| Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas | 57,1 | 28,6 | 14,3 |
| Operários, Artífices e Trabalhadores Similares | 22,2 | 67,9 | 9,9 |
| Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem | 20,0 | 40,0 | 40,0 |
| Trabalhadores não Qualificados | 26,5 | 58,2 | 15,3 |
| Outros Activos não especificados | 42,3 | 42,3 | 15,4 |

Outra diferença assinalável resulta da confrontação entre a categoria dos “Trabalhadores não qualificados” e a dos “Operários, artífices e trabalhadores similares”, dois agregados socioprofissionais que, na maior parte das situações individuais que este estudo contempla, dizem respeito ao mesmo ramo de actividade – o da Construção Civil. Dessa comparação, é possível observar que a preferência por permanecer na Região tende a ser mais elevada no segundo grupo (68,0% de respostas no item “Não pretendo sair dos Açores”), o qual engloba, de

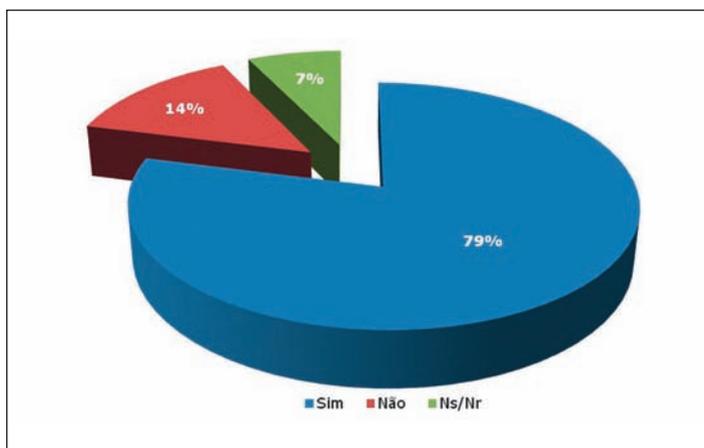
um modo geral, imigrantes que desempenham tarefas que dependem de um elevado nível de especialização, como é o caso dos trabalhos de carpintaria, de instalação e reparação de sistemas eléctricos ou daqueles que implicam conhecimentos de mecânica de maquinaria pesada. Esta opção faz-se sentir de forma um pouco menos vigorosa na categoria dos inquiridos que assumem tarefas menos especializadas, que, de algum modo, são conotadas com o trabalho indiferenciado e onde a concorrência e a instabilidade laboral são elevadas. Referimo-nos ao grupo dos “Trabalhadores não qualificados”, com 58,0% de respostas no item “Não pretendo sair dos Açores”.

Com isto, podemos, de alguma maneira inferir que o desejo de continuar, ou não, a residir no Arquipélago não se encontra dependente do facto de os imigrantes desempenharem profissões “braçais” ou de “colarinho branco”, mas mais, talvez, das condições de trabalho actuais e das perspectivas futuras que cada grupo socioprofissional, genericamente, tende a oferecer.

Uma vez analisada a forma como o quadro das predisposições actuais dos imigrantes varia em função quer dos diferentes grupos de origem quer das características sociais dos mesmos, interessa-nos ainda, e antes de dar por finalizado este ponto, tentar perceber as principais escolhas, em termos de destino e de *timings*, dos cerca de 25% de inquiridos que manifestaram o desejo de sair dos Açores. Assim, do total das respostas que foram dadas neste sentido, verificamos, através do Gráfico 3.1.8, que existe uma relação bastante estreita entre a intenção de deixar a Região e o desejo de regressar ao país de origem (79%). Note-se que esta ligação indicia, de certo modo, que a maioria dos inquiridos que afirmam não pretender estabelecer residência fixa no Arquipélago, poderão estar a basear esta sua decisão mais no projecto migratório

que traçaram antes de partirem (isto é, regressar à origem, de forma quase incondicional), do que propriamente num sentimento de insatisfação para com a vida e a experiência imigratória no destino que escolheram. Por outro lado, nem mesmo em relação aos 14,0% que afirmam não pretender retornar ao ponto de partida, se poderá fazer tal dedução, pois, como sabemos, os processos e os percursos migratórios são, muitas vezes, constituídos por etapas, e aquele que, num determinado momento, parece ser um destino final, noutro, acaba por se revelar como uma plataforma de acesso a outro ou a outros destinos.

Gráfico 3.1.8: Intenção de regresso ao país de origem no universo dos inquiridos que pretendem sair dos Açores (%)



Isto mesmo pode ser depreendido da preferência que parece existir, dentro deste universo de inquiridos, pela União Europeia enquanto futuro território de acolhimento. No cômputo geral, e embora seja de considerar os 14,0% de não respostas, cerca de 38,0% dos imigrantes que pretendem sair dos Açores, desejam

fazê-lo em direcção a algum país da Europa Comunitária. Como se pode observar pelas várias regiões de origem, não se trata de uma escolha privilegiada apenas por aqueles que são oriundos daí (50,0%), constituindo, portanto, uma opção valorizada por todos os restantes grupos, com particular destaque para o dos africanos (44,0%).

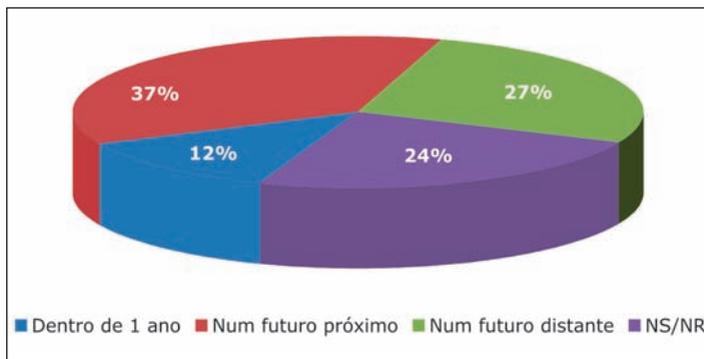
Quadro 3.1.7: Destinos escolhidos no universo dos inquiridos que afirmam pretender sair nos Açores (%)

| Região de origem | Destino escolhido | | | | | |
|-----------------------|-------------------|-----------------------|----------------|-----------------|---------------|-------------|
| | África | América Central e Sul | União Europeia | Resto da Europa | Ásia e Outros | NS/NR |
| União Europeia | 12,5 | 6,3 | 50,0 | 6,3 | 0,0 | 25,0 |
| Resto da Europa | 0,0 | 3,3 | 30,0 | 40,0 | 0,0 | 26,7 |
| África | 43,6 | 0,0 | 43,6 | 1,8 | 0,0 | 10,9 |
| América Central e Sul | 0,0 | 60,5 | 28,9 | 2,6 | 2,6 | 5,3 |
| Ásia e Outros | 0,0 | 0,0 | 50,0 | 0,0 | 50,0 | 0,0 |
| Total | 18,4 | 17,7 | 37,6 | 10,6 | 1,4 | 14,2 |

Tal como já foi referido, a maioria dos inquiridos que não desejam ficar a residir no Arquipélago, admite regressar à sua região de origem, aspecto que, como já estávamos à espera, é mais nítido nos provenientes da América Latina (60,5%). À parte da preferência dada ao território da Europa Comunitária, são muito poucos aqueles que afirmam querer mudar para outros continentes ou áreas do globo. A tendência de excepção que os cidadãos da União Europeia parecem revelar neste domínio – veja-se, por exemplo, o caso dos 12,5% que afirmam pretender partir em direcção a África –, não é fácil de ser devidamente explicada, mas, como sabemos, trata-se de um grupo com características particulares e que apresenta lógicas

de mobilidade distintas das que regem a maioria dos imigrantes laborais.

Gráfico 3.1.9: Tempo previsto de regresso ao país de origem (%)



Apesar de ser relativamente elevado o quantitativo dos que manifestaram desejo de deixar os Açores e regressar ao país de origem (79,0%), são poucos os que perspectivam esse retorno dentro de um ano (12,5%). Por outro lado, uma significativa percentagem de inquiridos (37,0%) afirma que pretende fazê-lo num futuro próximo (isto é, num horizonte que pode ir de dois anos até cinco anos) e outros 27,0% só projectam esta mudança na suas vidas para daqui a cinco ou mais anos. De relevar, também, que cerca de $\frac{1}{4}$ daqueles que desejam voltar ao ponto inicial do seu percurso, não estabeleceram ainda um prazo específico para a concretização dessa sua intenção, o que constitui até uma característica comum a grande parte dos projectos migratórios, e que resulta do facto de o regresso, muitas vezes, não passar de *desejado* a *efectivado*.

Face ao que até aqui foi exposto, e antes de se completar este vector de análise, julgamos poder afirmar que para a maioria dos imigrantes fixados nos Açores se perspectiva a

continuidade dos seus projectos migratórios – particularmente, em relação ao destino que escolheram –, não obstante as diferenças detectadas entre o ponto inicial e a fase actual em que os mesmos se encontram. Nas situações em que esta continuidade parece dar lugar a uma alternativa, não nos parece que o que esteja em causa seja uma avaliação negativa, por parte dos imigrantes, da vida e da experiência migratória na sociedade de acolhimento – aspecto que relevaremos de seguida –, mas antes, e talvez, a vontade de verem cumpridos alguns dos pressupostos que estiveram na base da decisão tomada de início, designadamente o de partirem do seu país na condição de, um dia, regressarem.

3. 2 – Avaliação da experiência imigratória

Para uma interpretação mais rigorosa da avaliação que os inquiridos fazem sobre a sua vida nos Açores, convém, antes de mais, recordar que, do total dos inquiridos neste estudo, cerca de 63,0% declararam ter vindo directamente do seu país de origem (o que não equivale a dizer, necessariamente, que estejamos a falar de uma primeira experiência migratória),³⁵ enquanto 29,0% fizeram referência a uma permanência anterior no continente português. Este dado, aparentemente de menor importância para o ponto em análise, serve para salientarmos a possibilidade de ele próprio poder esconder alguma diversidade de motivos e de critérios na opção pelos Açores enquanto destino migratório, e, desta forma, estarmos perante dois grupos que, grosso modo, poderão ter criado expectativas

³⁵ Entre estes, a maior parte são provenientes da União Europeia (82,6%), seguindo-se os da América Central e Sul (65,2%), Resto da Europa (62,8%), África (55,7%) e, finalmente, Ásia e Outros (36,8%).

distintas relativamente à sua experiência enquanto imigrantes na Região.

Dito isto, podemos observar, através do Gráfico 3.2.1 que a avaliação geral feita pelos imigrantes sobre a sua experiência de vida nos Açores pode considerar-se, genericamente, bastante positiva. Com efeito, quase 63,0% deles classificam-na acima do razoável – “Muito boa”, 17,9% e “Boa”, 44,7% – e 36,0% apontam para um grau de satisfação intermédio (categoria “Razoável”), sendo de admitir, portanto, que há aqui uma correspondência com a larga percentagem de inquiridos que não pretendem partir para outro destino ou regressar ao seu país de origem – 61,0%, conforme se viu no ponto anterior. A este nível, refira-se, também, que não existem diferenças significativas entre sexos, ainda que os homens se expressem um pouco mais do que as mulheres na categoria “Razoável” e o inverso se verifique na categoria “Muito boa”.

Gráfico 3.2.1: Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por sexo (%)

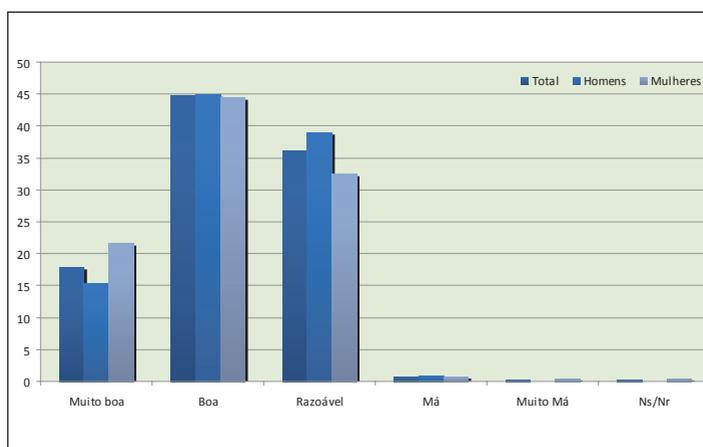
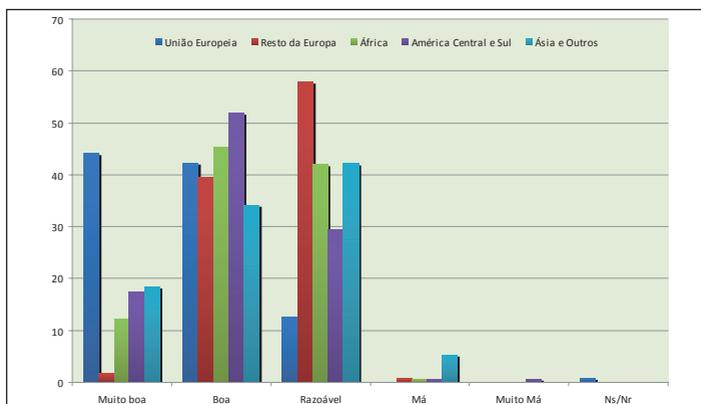


Gráfico 3.2.2: Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por região de origem (%)



Porém, o mesmo já não pode ser dito quando se atende à origem geográfica dos imigrantes. Em primeiro lugar, torna-se muito clara a tendência para o posicionamento dos inquiridos provenientes da União Europeia nas categorias extremas da escala (“Muito boa”, 44,1%, e “Boa”, 42,3%), revelando, assim, um nível de satisfação bastante mais elevado do que os restantes grupos. Repare-se que a representatividade de qualquer um destes na categoria “Muito boa” é, aliás, diminuta, nunca ultrapassando os 20,0% e ficando-se pelos 2,0% no caso dos do Resto da Europa. Esta especificidade da avaliação que é feita por uma grande parte dos cidadãos comunitários não pode ser dissociada da natureza dos motivos que os conduziram até aos Açores, e que não se prendem, como bem sabemos, com objectivos económicos.

Por outro lado, quer os cidadãos da Europa do Central e de Leste quer os provenientes de países africanos, são aqueles que mais revelam moderação na avaliação positiva que fazem. Os do Resto da Europa, por exemplo, concentram, mais do que

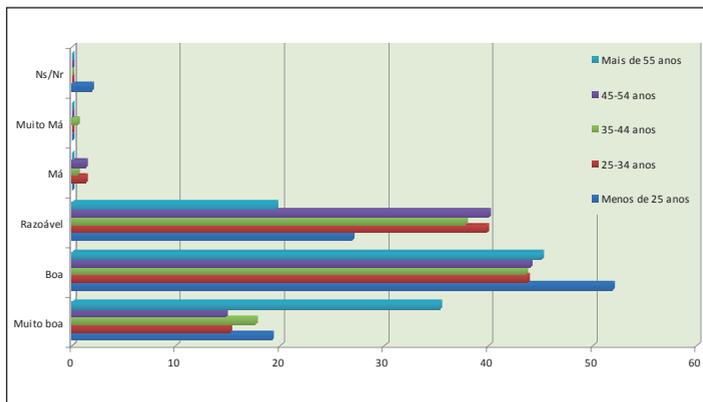
qualquer um dos outros grupos, um maior número de respostas na categoria "Razoável" (58,0%), seguidos pelos africanos e asiáticos com cerca de 42,0% em cada um dos casos. O facto dos dois primeiros grupos tenderem a assumir uma posição mais intermédia na escala avaliativa, poderá encontrar-se relacionado com a situação laboral que, de um modo geral, os caracteriza, a qual, e se comparada com a situação vivida pelos brasileiros, aponta para uma maior presença quer do trabalho não qualificado quer do vínculo a prazo.

O conjunto proveniente da América Central e Sul, por sua vez, manifesta um nível de satisfação consideravelmente superior ao revelado pelos anteriores. Quase 70,0% concentram as suas respostas nas categorias "Muito boa" e "Boa", ainda que as escolhas tenham recaído mais sobre esta última (52,0%). Excluindo, portanto, o grupo da União Europeia, este é, sem dúvida, aquele que faz uma avaliação mais positiva da sua permanência na Região.

Mais uma vez, e na tentativa de melhor interpretar o dado em causa, julgamos que não podem ser aqui ignorados alguns factores de ordem laboral, como seja, desde logo, o facto de os imigrantes brasileiros demonstrarem uma grande incidência no sector dos Serviços e, em muitos casos, em grupos com um estatuto socioprofissional médio e médio-alto. A par disso, trata-se da comunidade que revela um maior ajustamento entre o capital escolar e o desempenho profissional, para além de ter sido o grupo que fez a evolução mais positiva, entre 2004 e 2008, em termos da sua situação contratual. Por outro lado, podemos admitir, ainda, que o seu nível de satisfação provém de um outro conjunto de factores, relacionado com o suporte social que, supostamente, tem vindo a ser incrementado dentro desta comunidade, através, estamos em crer, da expansão e

consolidação de algumas redes informais de apoio, aspecto que, de resto, já foi frisado nos capítulos anteriores.

Gráfico 3.2.3: Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por grupos de idade (%)



Ao analisarmos a interferência da idade na avaliação geral que os imigrantes fazem da sua experiência nos Açores, notam-se sinais de uma maior satisfação nos escalões etários extremos, concentrando-se cerca de 35,0% daqueles que têm mais de 55 anos na categoria “Muito boa” e 52,0% dos com menos de 25 anos na de “Boa”.

Porém, deve ser salientado que se trata de um dado que, em grande medida, não decorre directamente das faixas etárias em que se incluem os imigrantes, mas antes do grupo de origem a que pertencem. Como foi possível verificar no Capítulo 1, cerca de ¼ dos inquiridos com mais de 55 anos são oriundos da União Europeia, acontecendo algo muito semelhante com aqueles que se distribuem pelo escalão mais jovem. Isto não invalida que se possa fazer corresponder este maior grau de satisfação a imigrantes com outras proveniências (africanos e brasileiros,

no caso dos que têm menos de 25 anos) e até àqueles que, associado à sua idade, apresentam um tempo de residência mais longo, como acontece, por exemplo, com uma percentagem dos que se incluem na faixa etária mais avançada.

Relativamente aos imigrantes que têm entre 25 e 54 anos (e que constituem quase 80,0% da população inquirida), as diferenças existentes são mínimas, distribuindo-se, na sua esmagadora maioria, pelas categorias “Boa” e “Razoável”.

Quadro 3.2.1: Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por níveis de instrução (%)

| Itens | Não lê nem escreve | 1.º Ciclo | 2.º Ciclo | 3.º Ciclo | Secundário | Médio | Superior | NS/NR |
|--------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Muito Boa | 0,0 | 12,2 | 13,5 | 13,9 | 14,7 | 36,4 | 27,7 | 10,4 |
| Boa | 0,0 | 41,5 | 51,4 | 41,7 | 48,4 | 45,5 | 46,5 | 31,3 |
| Razoável | 100,0 | 45,1 | 35,1 | 44,4 | 35,3 | 18,2 | 24,5 | 56,3 |
| Má | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 2,1 |
| Muito Má | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 0,0 |
| Ns/Nr | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

À semelhança da idade, também o nível de instrução parece não ser uma variável que actua isoladamente sobre a avaliação que os imigrantes fazem em relação à sua experiência de vida nos Açores. Para além do limiar que o Ensino Secundário constitui – e ao qual não será alheio o facto do respectivo grupo de referência ser o dos cidadãos oriundos da América Central e do Sul, como veremos –, estamos longe de poder afirmar que a satisfação aumenta na proporção directa da escolaridade.

Nem mesmo entre os escalões mais baixos, ou até entre os mais elevados, é possível obter uma linearidade que nos dê indícios dessa relação directa. Note-se, por exemplo, que tanto os imigrantes com o 1.º Ciclo como aqueles que possuem o 3.º Ciclo completo apresentam uma opinião muito semelhante entre si, distribuindo um pouco mais de 85,0% das suas respostas, quase uniformemente, pelas categorias avaliativas “Boa” (42,0%) e “Razoável” (45,0%). O escalão intermédio a estes – o 2.º Ciclo –, por sua vez, tende a fazer uma avaliação ligeiramente mais positiva, através do reforço do item “Boa” (51,0%) e de uma menor incidência na categoria “Razoável” (35,0%), distribuição que, de resto, é análoga à que encontramos no escalão do Secundário. Neste último, a relação com a variável região de origem não pode ser descurada, pois trata-se, e sublinhando algo que foi referido no Capítulo 1, de um escalão composto, em quase 50,0%, por imigrantes brasileiros, que, como vimos atrás, fazem incidir o seu nível de satisfação, de forma muito particular, na categoria “Boa” (52,0%, relembrando o valor apresentado no Gráfico 3.2.2.).

Se atendermos agora aos níveis de instrução superiores ao Ensino Secundário, podemos observar, mais uma vez, que a satisfação não aumenta na razão directa da escolaridade, verificando-se, desde logo, uma maior incidência de respostas no nível de satisfação mais elevado (categoria “Muito boa”) entre aqueles que completaram o Ensino Médio (36,0%) do que junto dos que possuem um curso de licenciatura ou mais (28,0%). De novo, parece-nos razoável admitir aqui a influência da proveniência geográfica dos inquiridos, designadamente através do efeito subtractivo que poderá advir da menor satisfação manifestada pelo grupo dos imigrantes de Leste, que possuindo, em conjunto com os da União Europeia, os

níveis de instrução mais elevados, acabam por não contribuir para suplantar a avaliação feita pelos inquiridos detentores do Ensino Médio.

Como já foi referido anteriormente, a respeito da análise que tem vindo a ser realizada com recurso à variável estatuto socioprofissional, a pequenez de efectivos verificada em algumas categorias obriga-nos a ter de relativizar determinados quantitativos. Assim, em vez de uma leitura completa do Quadro 3.2.2, a comparação feita entre os grupos socioprofissionais que se encontram mais representados neste estudo, permite-nos afirmar que, ao contrário daquilo que se passa com a idade e a instrução, a actividade profissional tende a ser um factor de influência directa na avaliação genérica que os inquiridos fazem da sua experiência imigratória na Região.

Quadro 3.2.2.: Avaliação geral da experiência imigratória nos Açores, por grupos socioprofissionais (%)

| Grupos profissionais | Muito Boa | Boa | Razoável | Má | TOTAL |
|--|------------------|------------|-----------------|-----------|--------------|
| Quadros superiores | 36,4 | 36,4 | 27,3 | 0,0 | 100,0 |
| Espec. prof. intel. e científicas | 13,2 | 60,5 | 26,3 | 0,0 | 100,0 |
| Téc. Profissionais nível intermédio | 13,8 | 46,6 | 39,7 | 0,0 | 100,0 |
| Pessoal administrativo | 66,7 | 33,3 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| Pessoal dos serviços e vendedores | 21,1 | 40,0 | 37,9 | 1,1 | 100,0 |
| Trab. Qualif. agric. e pescas | 0,0 | 37,5 | 62,5 | 0,0 | 100,0 |
| Operários | 13,0 | 46,3 | 38,9 | 1,9 | 100,0 |
| Operadores instalações e máquinas | 40,0 | 40,0 | 20,0 | 0,0 | 100,0 |
| Trabalhadores não qualificados | 11,5 | 39,7 | 48,1 | 0,8 | 100,0 |
| Outros activos não especificados | 19,0 | 61,9 | 19,0 | 0,0 | 100,0 |

A diminuição progressiva do nível de satisfação, através da deslocação de respostas da categoria “Muito boa” para a categoria “Razoável”, acontece à medida que se passa dos grupos de maior estatuto socioprofissional para aqueles que estão ligados ao trabalho pouco qualificado. Isto é particularmente notório entre os três primeiros grupos do topo da tabela, mas torna-se mais evidente, ainda, quando se inclui neste exercício comparativo a categoria dos “Trabalhadores não qualificados”, dentro da qual quase metade das respostas aponta para um nível de satisfação que não excede o razoável.

Ainda dentro das categorias com maior relevância estatística, o grupo do “Pessoal dos serviços e vendedores” destaca-se pelo quantitativo apresentado no item relativo a uma experiência “Muito boa” (21,0%), pelo que podemos deduzir que o ajustamento entre qualificações e desempenhos que tende a existir dentro deste grupo, contribui, de alguma forma, para o sentimento de satisfação generalizada entre os imigrantes que o compõem.

Embora sendo genericamente positiva, a avaliação que os inquiridos fazem da experiência imigratória nos Açores, reveste-se de relativa heterogeneidade quando se atende a algumas dimensões específicas. As diferenças manifestam-se ao transitarmos, por exemplo, da esfera do trabalho e do emprego para o campo do relacionamento dos imigrantes com a sociedade de acolhimento, ou ainda quando se introduz, no meio destas, as questões relativas às políticas imigratórias e à actuação das entidades públicas em matéria de recepção e apoio aos imigrantes.

De todos os itens que foram propostos para avaliação (Quadro 3.2.3), e que compõem as três dimensões acima referidas, verificamos que as relações com a população local

e as que se desenvolvem em contexto laboral, constituem o aspecto mais valorizado pelos inquiridos, reunindo valores da ordem dos 70,0% na categoria correspondente a um maior nível de satisfação (“Boa”). Ainda dentro desta categoria, mas com uma distância de mais de 20 pontos percentuais dos itens anteriores, segue-se uma considerável satisfação com a habitação (47,0%) e a estabilidade no emprego (40,0%). Se juntarmos a estes valores os obtidos na categoria “Razoável”, os pontos mais valorizados continuam a ser os mesmos – relacionamento com a população local (91,0%); relacionamento no local de trabalho (86,0%); habitação (88,0%) e estabilidade no emprego (80,0%).

Quadro 3.2.3: Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social (%)

| Itens | Boa | Razoável | Insuficiente | Mau | Ns/Nr |
|--|------|----------|--------------|-----|-------|
| Estabilidade no emprego | 40,3 | 39,1 | 7,8 | 7,8 | 10,3 |
| Salários auferidos | 18,2 | 52,6 | 12,2 | 5,3 | 11,7 |
| Políticas de imigração a nível nacional | 18,8 | 43,4 | 15,0 | 6,6 | 16,2 |
| Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | 26,6 | 34,2 | 13,9 | 5,9 | 29,4 |
| Relacionamento com a população local | 68,3 | 22,9 | 3,3 | 1,3 | 4,2 |
| Relacionamento no local de trabalho | 68,6 | 17,7 | 1,0 | 1,7 | 11,0 |
| Habitação | 46,7 | 40,8 | 5,3 | 3,0 | 4,2 |

No que diz respeito ao domínio do trabalho em específico, e apesar da satisfação revelada com as perspectivas de manutenção do actual emprego, verifica-se que os inquiridos são mais moderados na avaliação que fazem aos salários auferidos. Apenas 18,0% consideram-nos bons, sendo que

cerca de metade (53,0%) julgam serem razoáveis dentro das suas necessidades actuais e dos objectivos económicos que estabeleceram enquanto imigrantes. Outros 18,0% classificam o montante que habitualmente ganham abaixo do razoável, confirmando, deste modo, que a remuneração constitui o item que, de entre os propostos, reúne maior descontentamento no que se refere à situação laboral dos imigrantes.

Quanto à dimensão das políticas imigratórias e da actuação das entidades públicas em matéria de recepção e de apoio aos imigrantes, a apreciação feita pelos inquiridos é, igualmente, marcada por algum comedimento. As linhas de actuação política, a nível nacional, são vistas por 15,0% como sendo insuficientes, e por 7,0% como más. No entanto, um quantitativo muito próximo do deste conjunto (cerca de 19,0%) classifica-as de boas, o que revela algum equilíbrio nas opiniões extremas.

O nível de satisfação respeitante à actuação do Governo Regional é, de um modo geral, superior ao manifestado em relação ao quadro nacional. Ainda que, nas categorias de uma avaliação insuficiente e má, os valores denotados estejam muito próximos dos anteriormente referidos (“Insuficiente”, 14,0%, e “Má”, 6,0%), verifica-se, neste item, uma transferência de opiniões para o extremo positivo da escala. Assim, 27,0% dos inquiridos, quando questionados sobre o desempenho das entidades regionais face ao fenómeno imigratório, concentram as suas respostas num patamar avaliativo acima do razoável (categoria “Boa”), valor este que é superior ao que foi apurado para o item referente à política de imigração portuguesa (os referidos 19,0%).

Em suma, pode dizer-se que, de entre as três dimensões propostas para melhor se decompor a experiência imigratória dos inquiridos, é no domínio das relações sociais que estes, em

termos gerais, mostram um maior grau de satisfação. Aquilo que, a partir deste dado, poderá ser deduzido em termos de integração social poderá constituir, muito provavelmente, um dos factores que mais contribuem para explicar que quase 2/3 dos imigrantes não pretendam sair dos Açores, como, aliás, foi demonstrado no primeiro ponto do presente capítulo. Apesar disso, repare-se que a avaliação feita às outras duas dimensões não revela um sentimento de insatisfação maioritário, indiciando apenas que existem aspectos que os imigrantes, talvez, gostassem de ver melhorados, e que, isoladamente, apresentarão uma baixa probabilidade de funcionarem como factores de repulsão.

Quadro 3.2.4: Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por sexos (%)

| Itens | Boa | | Razoável | | Insuficiente | | Mau | |
|--|------|------|----------|------|--------------|------|-----|-----|
| | H | M | H | M | H | M | H | M |
| Estabilidade no emprego | 38,6 | 44,7 | 46,3 | 30,7 | 6,9 | 9,4 | 2,6 | 2,5 |
| Salários auferidos | 18,0 | 20,4 | 59,0 | 49,6 | 12,4 | 13,3 | 5,6 | 5,4 |
| Políticas de imigração a nível nacional | 20,0 | 19,4 | 48,2 | 41,8 | 18,8 | 11,4 | 5,9 | 8,4 |
| Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | 29,8 | 24,6 | 38,0 | 32,1 | 17,0 | 10,8 | 6,1 | 6,3 |
| Relacionamento com a população local | 70,4 | 71,9 | 24,6 | 22,7 | 2,9 | 4,1 | 1,8 | 0,8 |
| Relacionamento no local de trabalho | 74,0 | 68,5 | 18,6 | 18,3 | 1,2 | 0,8 | 2,7 | 0,4 |
| Habitação | 43,7 | 55,4 | 46,9 | 36,0 | 5,6 | 5,4 | 2,9 | 3,3 |

No que diz respeito à análise dos diversos itens em função da variável sexo, podemos testemunhar a existência de algumas diferenças dignas de registo. Um dos campos

em que esta distinção tende a ser relevante é, por razões compreensíveis, aquele que se refere ao trabalho e ao emprego, e aqui verificamos que a ideia de uma certa dissemelhança entre homens e mulheres, e que foi detectada no capítulo anterior de forma mais objectiva, acaba por ter uma confirmação também no plano avaliativo. Assim, se somarmos os valores obtidos nas categorias “Boa” e “Razoável”, observamos, por exemplo, que 85,0% dos homens têm perspectivas positivas de conseguirem manter o actual emprego, contra 75,0% das mulheres com a mesma opinião. Além disso, 77,0% dos homens estão satisfeitos com aquilo que habitualmente ganham, enquanto que, no caso das mulheres, esta percentagem desce para os 70,0%.

Ao passarmos para o campo político em matéria de imigração, e continuando a atender à soma das duas categorias de sinal positivo, notamos, novamente, que o universo masculino tende a fazer uma apreciação, no global, mais positiva do que o feminino. No que respeita às políticas nacionais, existem 68,0% de respostas favoráveis fornecidas pelos homens e 61,0% pelas mulheres, sendo esta uma diferença que aumenta quando se atende à actuação do Governo Regional junto dos imigrantes – 68,0% e 57,0%, respectivamente.

Como se afirmou no início deste ponto, a avaliação geral que é feita por mais de 60,0% dos inquiridos, relativamente à sua experiência imigratória nos Açores, corresponde a um nível de satisfação acima daquilo que podemos classificar de *razoável*. Este dado, de algum modo, autoriza-nos, para efeitos de simplificação da análise, a centrar numa única categoria avaliativa – designadamente na categoria “Boa” – as diferenças que podem vir a ser detectadas com base na interferência de algumas das variáveis mais utilizadas neste estudo. Não obstante sabermos que, em muitas situações, uma baixa concentração

de respostas neste ponto específico da escala (categoria “Boa”) não significa, necessariamente, uma apreciação negativa por parte dos inquiridos, uma vez que é também significativa a tendência para a escolha do nível “Razoável”, ficamos, em todo o caso, com uma ideia mais clara sobre *quem é que, com maior e menor intensidade*, manifesta um nível de satisfação por si só elevado, face a cada um dos itens que foram propostos para avaliação.

Quadro 3.2.5: Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por regiões de origem (% apenas na categoria “Boa”)

| Itens | União Europeia | Resto da Europa | África | América Central e do Sul | Ásia e outros |
|--|----------------|-----------------|--------|--------------------------|---------------|
| Estabilidade no emprego | 43,2 | 38,4 | 31,8 | 51,0 | 44,7 |
| Salários auferidos | 20,7 | 14,4 | 12,2 | 27,0 | 27,0 |
| Políticas de imigração a nível nacional | 22,3 | 19,1 | 18,2 | 19,6 | 21,6 |
| Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | 28,6 | 20,7 | 34,7 | 20,8 | 40,5 |
| Relacionamento com a população local | 76,8 | 60,6 | 72,8 | 78,1 | 47,4 |
| Relacionamento no local de trabalho | 75,7 | 58,2 | 73,8 | 79,2 | 60,5 |
| Habitação | 53,2 | 38,2 | 44,5 | 59,6 | 39,5 |

Assim, e começando por dar relevo à origem geográfica dos imigrantes, constatamos que, à parte da existência de uma certa uniformidade de valores no item “Políticas de imigração a nível nacional”, nem todos os grupos manifestam da mesma forma o seu elevado grau de satisfação para com os restantes aspectos em análise. No que se refere às perspectivas de manutenção do

emprego, por exemplo, os inquiridos naturais da América Central e do Sul são, claramente, os mais otimistas, com 51,0% de respostas concentradas na categoria em causa. Já os imigrantes do Resto da Europa e os de África, ainda que classifiquem de *boas* essas perspectivas, fazem-no com menos veemência do que os anteriores – 38,0% e 32,0%, respectivamente. Além disso, a comunidade brasileira parece expressar, mais do que as restantes, o seu maior contentamento em relação quer à esfera das relações sociais com a população local (78,0%) e com os colegas de trabalho (79,0%), quer às questões respeitantes à habitação (60,0%), quer ainda ao aspecto salarial (27,0%). Em todos estes itens, normalmente, são os inquiridos oriundos de países da União Europeia que se aproximam mais dos valores atrás referidos, sendo importante salientar que, neste caso, já não falamos apenas de europeus fixados na Região por motivo de passagem à idade da reforma, mas também de outros que se encontram plenamente enquadrados no mercado de trabalho regional.

Mais do que os outros grupos, o dos africanos não esconde o seu elevado nível de satisfação quanto à actuação das entidades regionais no apoio dado aos imigrantes (35,0%), sendo também um dos grupos (em conjunto com o da América Latina e o da União Europeia) que melhor nota atribui às questões do relacionamento social, tanto no plano social e comunitário (73,0%) como em contexto laboral (74,0%). Em nenhum dos itens analisados os imigrantes oriundos da Europa de Leste assumem uma posição de destaque pela positiva, sendo, inclusivamente, aqueles que menos se fazem notar quando se atende ao campo das relações sociais e ao do trabalho.

Este tabuleiro de posições, apesar de resultar apenas da análise a um nível de satisfação em particular, confirma, agora

no plano de algumas dimensões específicas, uma das principais conclusões que foi possível retirar da avaliação geral que cada um dos grupos fez da sua experiência imigratória nos Açores. Ou seja, a de que, de um modo geral, essa avaliação tende a ser distinta entre os grupos que melhor se revêem numa imigração do tipo laboral: desde logo, substancialmente mais positiva junto dos imigrantes brasileiros e menos valorizada entre aqueles que são naturais da Europa Central e de Leste.

Quadro 3.2.6: Avaliação da experiência imigratória nos Açores, em campos específicos da vida social, por níveis de instrução (% apenas na categoria “Boa”)

| Itens | Níveis de instrução | | | | | |
|--|---------------------|-----------|-----------|------------|-------|----------|
| | 1.º Ciclo | 2.º Ciclo | 3.º Ciclo | Secundário | Médio | Superior |
| Estabilidade no emprego | 24,7 | 35,1 | 35,2 | 47,5 | 63,6 | 42,6 |
| Salários auferidos | 5,2 | 11,1 | 18,6 | 22,3 | 36,4 | 22,6 |
| Políticas imigratórias a nível nacional | 21,1 | 11,1 | 14,3 | 18,9 | 9,1 | 25,2 |
| Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | 29,9 | 48,6 | 26,8 | 26,1 | 13,6 | 24,5 |
| Relacionamento com a população local | 65,8 | 67,6 | 66,2 | 73,9 | 81,8 | 71,6 |
| Relacionamento no local de trabalho | 67,9 | 69,4 | 69,0 | 78,2 | 81,8 | 66,9 |
| Habitação | 48,1 | 40,5 | 38,0 | 50,0 | 45,5 | 57,8 |

Tal como ficou demonstrado aquando da referência à avaliação da experiência imigratória em termos gerais,

é a correspondência entre a proveniência geográfica dos inquiridos e o seu nível de instrução médio que explica, em larga medida, as diferenças observadas no Quadro 3.2.6. Por exemplo, o maior grau de optimismo que, acima, foi atribuído à comunidade brasileira em geral, encontra-se patenteado nos valores mais elevados, em quase todos os itens de análise, demonstrados pelos escalões respeitantes aos níveis de ensino Secundário e Médio. Além disso, é possível notar que os inquiridos detentores de um diploma superior são um pouco mais contidos na avaliação que fazem dos vários aspectos, o que ficará a dever-se, em nossa opinião, ao facto de encontrarmos integrado neste nível de instrução um quantitativo considerável de imigrantes pertencentes ao grupo do Resto da Europa. Pode ainda ser citado como exemplo dessa mesma correspondência o caso da elevada percentagem de respostas que os inquiridos com o 2.º Ciclo completo manifestam no item “Actuação do Governo Regional em matéria de imigração”, e que, através do Quadro 3.2.5, vimos ser um aspecto destacado, sobretudo, pelos africanos (como sabemos, estes completam mais de metade dos inquiridos que compõem o nível de instrução em causa).

Procedendo a uma análise em função de algumas das categorias socioprofissionais mais representativas, é fácil verificar que, de um modo geral, são os profissionais de topo que mais valorizam e depositam esperanças nos aspectos relacionados com o trabalho (Quadro 3.2.7). Quer o grupo dos “Quadros Superiores e Dirigentes” quer o dos “Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas”, muito mais do que os outros, enfatizam positivamente os itens “Estabilidade no emprego” e “Salários auferidos”.

**Quadro 3.2.7: Avaliação da experiência imigratória nos Açores,
em campos específicos da vida social, por grupos socioprofissionais
(% apenas na categoria “Boa”)**

| Grupos socioprofissionais | Itens | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|--------------------|---|--|--------------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| | Estabilidade no emprego | Salários auferidos | Políticas imigratórias a nível nacional | Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | Relacionamento com a população local | Relacionamento no local de trabalho | Habitação |
| Quadros superiores | 54,5 | 31,8 | 20,5 | 25,0 | 70,5 | 84,1 | 52,3 |
| Espec. Prof. intel. e científicas | 63,0 | 35,6 | 13,6 | 22,2 | 77,8 | 84,4 | 64,4 |
| Téc. Profissionais nível intermédio | 39,7 | 22,4 | 20,7 | 15,5 | 69,0 | 77,6 | 46,6 |
| Pessoal administrativo | 42,9 | 14,3 | 0,0 | 14,3 | 100,0 | 85,7 | 57,1 |
| Pessoal dos serviços e vendedores | 49,1 | 24,1 | 18,5 | 20,4 | 77,1 | 85,3 | 55,0 |
| Trab. Qualif. agric. e pescas | 7,7 | 0,0 | 9,1 | 25,0 | 41,7 | 41,7 | 16,7 |
| Operários | 51,3 | 17,9 | 24,7 | 43,6 | 69,2 | 71,8 | 51,3 |
| Oper. instalações e máquinas | 60,0 | 0,0 | 20,0 | 20,0 | 60,0 | 80,0 | 40,0 |
| Trab. não qualificados | 35,4 | 16,3 | 13,5 | 30,9 | 60,8 | 69,4 | 30,6 |
| Outros activos não especificados | 34,6 | 8,0 | 20,0 | 20,0 | 68,0 | 76,0 | 36,0 |

A diferença que se verifica entre as categorias profissionais mais qualificadas e as menos qualificadas, repete-se quando se atende ao vector da habitação, relativamente ao qual o grupo dos “Trabalhadores não qualificados” demonstra mais reticências na avaliação que faz, não obstante, como sabemos, estarmos a referir-nos aqui a um patamar de satisfação já de si elevado para todos os grupos. Além disso, trata-se de uma diferença que acaba por se estender, também, ainda que de forma menos notória, ao domínio do relacionamento social, pois, se repararmos, qualquer

um dos dois itens que compõem esta dimensão, não concentra uma percentagem tão elevada de respostas por parte daqueles que desempenham tarefas de baixo grau de qualificação, contrariamente ao que acontece quer com os profissionais de nível superior quer com os de nível intermédio.

Daqui, julgamos poder inferir, com um maior grau de certeza, algo que a avaliação geral da experiência imigratória apenas deixava adivinhar, ou seja, o facto de que o nível de satisfação dos imigrantes, tanto em termos da esfera das relações sociais como, e sobretudo, no que se refere ao domínio do trabalho e do emprego, tende a derivar da posição que estes ocupam na estrutura socioprofissional, deixando no ar, assim, a possibilidade de serem questões como, por exemplo, a de uma maior harmonia entre qualificações e desempenhos ou outras relacionadas com o estatuto social, a influenciarem, do ponto de vista subjectivo, as apreciações que são tecidas.

Em termos de uma conclusão mais geral para este ponto específico da análise, em primeiro lugar, parece-nos razoável admitir uma ligação entre a elevada percentagem dos imigrantes que pretendem ficar a residir nos Açores e a avaliação positiva que a generalidade deles faz relativamente à sua experiência de vida no Arquipélago. Estamos em crer que para este balanço positivo contribui, fundamentalmente, e entre outros factores que não terão sido incluídos na presente análise, a componente do relacionamento social e, para muitos dos imigrantes, as perspectivas de manutenção de uma situação laboral que, do ponto de vista subjectivo, avaliam de forma positiva.

Apesar disso, este quadro avaliativo mais geral reveste-se de uma significativa heterogeneidade interna, associada a factores como a origem geográfica dos imigrantes e o estatuto socioprofissional que possuem. Assim, entre os cidadãos

estrangeiros que denotam estar mais satisfeitos com a sua experiência de vida na Região, destacam-se, em primeiro lugar, os oriundos de outros países da União Europeia, seguidos pelos provenientes da América Latina, os quais, como sabemos, são, na sua grande maioria, brasileiros. Tanto os imigrantes africanos como os da Europa Central e de Leste revelam, comparativamente aos anteriores, uma maior moderação na avaliação que fazem, podendo, quanto a nós, ser este um factor que, em parte, permitirá explicar a menor predisposição que estes dois grupos apresentam para fixarem residência definitiva nos Açores, como, aliás, foi possível observar no primeiro ponto deste capítulo.

Torna-se difícil não associar estas diferenças de avaliação à situação laboral que os caracteriza em termos individuais e de grupo. Neste sentido, é preciso notar que nem o estatuto socioprofissional nem as condições laborais a que se sujeita a maioria dos imigrantes de Leste e africanos são comparáveis às de uma considerável percentagem dos trabalhadores brasileiros que residem nos Açores. Para além da maior incidência, por parte dos dois primeiros grupos, em actividades mais exigentes em termos físicos e pouco valorizadas do ponto de vista social, no caso específico dos imigrantes oriundos do Leste Europeu verifica-se um claro desfasamento entre as qualificações de que são detentores e a generalidade das tarefas que desempenham. A par da tradução mais negativa que estes aspectos apresentam no plano avaliativo (e que se tornou clara no menor optimismo manifestado quer pelos africanos quer pelos do Resto da Europa, relativamente à evolução da sua situação laboral), não podemos, assim, rejeitar a hipótese de que os mesmos acabam por condicionar o modo como os imigrantes perspectivam o seu futuro.

Apesar disso, e tendo em conta o que foi referido na primeiro ponto deste capítulo, o desejo manifesto em sair dos Açores, por parte de ¼ dos inquiridos, parece não depender tanto do modo como avaliam a vida na Região e das suas relações com a população local, mas, sobretudo, do facto de que quase metade da população estudada já partiu do seu país de origem com a intenção de, um dia, regressar.

Assim, do que nos foi dado analisar, podemos concluir que:

- 1) Quase metade dos imigrantes tinha em perspectiva o regresso, essencialmente o grupo dos imigrantes brasileiros.;
- 2) Numa posição contrária encontram-se os cidadãos da União Europeia, os quais não escondem a sua anterior determinação em se fixarem, definitivamente, nos Açores;
- 3) No caso dos imigrantes oriundos da Europa Central e de Leste, a aspiração de regresso, no momento da partida, tende a ser menor do que entre os restantes grupos;
- 4) Apesar da elevada percentagem dos que, inicialmente, pretendiam regressar à origem, verifica-se que quase 2/3 dos inquiridos perspectivam fixar residência na Região;
- 5) Dos cerca de 25,0% que afirmam querer sair dos Açores, a esmagadora maioria escolheria regressar ao país de origem (em particular, os brasileiros) e uma outra parte gostaria de fixar residência num país da União Europeia, principalmente os imigrantes africanos e do Resto da Europa;
- 6) A apreciação sobre a sua experiência imigratória nos Açores é, em termos gerais, bastante positiva. À parte dos estrangeiros da Europa Comunitária – os quais constituem o grupo que melhor nota dão nessa avaliação –, os brasileiros são aqueles que melhor classificam o padrão

de vida no Arquipélago, contrariamente aos imigrantes naturais do Resto da Europa;

- 7) Não existe, necessariamente, uma relação entre a avaliação feita e o desejo de permanecer ou deixar de residir na Região, sendo que, por exemplo, entre os imigrantes da América Central e do Sul, a avaliação positiva não invalida a disposição para procurar um novo destino migratório ou mesmo o desejo de regressar ao país de origem;
- 8) As opiniões mais satisfatórias prendem-se com a esfera do relacionamento social, com as condições de habitabilidade e com a estabilidade no emprego, havendo uma visão mais crítica sobre as políticas de imigração a nível nacional;
- 9) O desejo de saírem da Região tende a não depender apenas de uma avaliação menos positiva da sua experiência imigratória, resultando, também, do facto do seu projecto migratório, traçado antes da partida, incluir o regresso ao país de origem.

CONCLUSÃO

Fenómeno relativamente recente na sociedade açoriana, a imigração inicia-se na continuidade da observada no continente português, na qual se relevam, em primeiro lugar, os oriundos do continente africano, designadamente das ex-colónias, dando corpo às teorias e práticas conhecidas em vários países europeus nos quais os imigrantes são principalmente atraídos pelos antigos impérios coloniais, onde buscam, mais do que em outros países desenvolvidos, as melhorias económicas e sociais que levam à decisão de emigrar. Justificam-na, não só as proximidades culturais e linguísticas e um passado com algumas afinidades - mesmo que em alguns dos casos tenha havido períodos de maior ou menor grau de conflitualidade -, como também facilidades resultantes de Acordos e Políticas bilaterais entre os países de origem e acolhimento, evidenciando-se neste caso, a importância das relações políticas internacionais na tendência e na intensidade da mobilidade.

Neste sentido se entende a relevância inicial dos africanos para a globalidade do país, sendo de realçar os naturais de Cabo Verde, arquipélago com relações institucionais privilegiadas com os Açores, e mais recentemente a tendência respeitante aos naturais do Brasil, também em conformidade com a legislação e as facilidades específicas entre este país e Portugal.

Mas a similitude com a tendência observada na caracterização global do país estende-se igualmente a outros grupos regionais, de que se relevam os naturais da Europa Central e de Leste, uma vez que os Açores parecem seguir, com algum desfasamento temporal, a evolução verificada a nível do continente. Nestes imigrantes as motivações à partida não serão diferentes das que caracterizam a grande maioria das correntes emigratórias, de pendor essencialmente económico e laboral, não encontrando, no entanto, a sua justificação em qualquer relacionamento histórico anterior, como o acima referido, mas sim na modificação brusca da estrutura política, económica e social dos países de origem, no caso o desmembramento da URSS e criação de novos Estados independentes. Assim, é a Europa Ocidental, designadamente a União Europeia, que surge naturalmente a estes imigrantes como lugar, real e mitificado, de melhoria das condições materiais e sociais. Neste enquadramento, Portugal é também um espaço de acolhimento e por extensão deste também os Açores. A permanência destes imigrantes, obedece assim a outra lógica e nela não se pode minimizar a concorrência de outros países europeus, a respectiva proximidade geográfica e cultural ou até a integração política no espaço comunitário, como também as possíveis alterações na economia e nas sociedades de origem.

Com semelhanças e também algumas diferenças encontramos uma justificação análoga para o acréscimo dos asiáticos, nomeadamente os chineses, comunidade crescente em quase todo o mundo desenvolvido e que também em Portugal tem encontrado o território de afirmação das actividades que praticamente em todo o lado mais desenvolvem – o comércio.

Se alguns destes grupos regionais começaram por se dirigir inicialmente para o continente, os que vieram para os

Açores estabeleceram ou mantiveram relacionamentos com os que tinham permanecido nos países de origem, o que propiciou, posteriormente, a vinda directa dos seus conterrâneos para o arquipélago, facto que hoje é preponderante.

Algo relativamente diferente parece ter acontecido com os naturais de países da União Europeia, cuja vinda directa para os Açores parece ser mais independente da situação registada no continente português, embora a sua representatividade também não seja aí negligenciável.

Em todos os casos releva-se a importância das redes sociais e da informação que elas geram na compreensão da manutenção e, por vezes, do incentivo à existência de novos fluxos migratórios, além do apoio sempre importante à chegada e consequente integração social, cultural e económica da população recém-chegada.

Os imigrantes nos Açores apresentam, na sua grande maioria, as características demográficas, de idade e sexo, que melhor identificam a mobilidade internacional de todos os tempos. Ou seja, são activos jovens e preponderantemente masculinos, embora este último aspecto esteja a esbater-se na sociedade contemporânea, em geral, e nos Açores em particular, como resultado de uma maior participação feminina no mercado de trabalho e, consequentemente, da sua maior independência enquanto agente económico autónomo, com a diminuição da importância relativa da deslocação feminina que tem como motivo fundamental a reunificação familiar.

Assiste-se na Região a uma tendência de envelhecimento da população imigrante, que não é alheia à diminuição da intensidade dos fluxos imigratórios nos últimos anos, a uma maior temporalidade da permanência - designadamente, dos primeiros fluxos que chegaram ao arquipélago, objectivando

neste caso a possibilidade de uma melhoria na integração social e profissional de uma parte significativa dos imigrantes -, como também a existência de uma componente da corrente imigratória com características particulares, de idade mais avançada, como a que provém dos países da União Europeia.

A estrutura social e económica dos Açores não pode ser caracterizada como típica de um país desenvolvido, começando, desde logo, pelo facto de que uma grande parte da sua população detém níveis de instrução bastante baixos e trabalha principalmente em profissões pouco qualificadas. Se existe um peso muito significativo no sector terciário, este deve-se, não só à situação arquipelágica, que justifica uma enorme importância dos serviços, em especial os de âmbito público, como a um sector industrial tradicionalmente incipiente. De resto, o aumento da participação feminina nacional no mercado de trabalho açoriano fez-se também, em parte, em actividades socialmente pouco qualificadas, que reproduzem tarefas cujos saberes foram adquiridos em grande parte no ambiente doméstico.

De qualquer modo, é visível nos últimos anos algumas alterações nesta tendência, as quais têm vindo a dotar o sector dos serviços de um carácter inovador e modernizador, no qual surgem novas actividades, em especial as associadas às diferentes aplicações das novas tecnologias de comunicação, à vivência da cultura urbana e aos tempos de lazer.

Não parece, assim, poder aplicar-se um quadro teórico no qual os imigrantes são recrutados para tarefas que os nacionais não desejam efectuar, quer por razões de elevada qualificação, quer por temerem algum desprestígio social, como se tem justificado para muitos dos países mais desenvolvidos, tanto hoje como há algumas décadas atrás, e que enquadra a generalidade da emigração açoriana, designadamente a que se efectuou a

partir de meados dos anos sessenta do século passado para o continente norte-americano.

Na realidade, em termos gerais, os imigrantes são bem mais qualificados do que a generalidade da população açoriana, e, neste sentido, poucas dúvidas restarão quanto ao facto de que a sua inserção profissional fica a dever-se quer a necessidades relativamente recentes da estrutura económica e empresarial da Região, como a que respeita à construção civil, quer ao desenvolvimento de um leque mais ou menos vasto de actividades terciárias, algumas delas da iniciativa dos próprios imigrantes.

Mais concretamente em relação ao sector da Construção, e apesar deste já não apresentar a relevância hegemónica demonstrada no início desta década, ele mantém ainda um peso preponderante no que se refere à absorção laboral dos estrangeiros, mesmo dos que detêm maiores níveis educacionais, não só no início do seu percurso de integração económica na Região, mas também para aqueles que, numa fase inicial, se inserem em sectores com fraca capacidade de captação e fixação de mão-de-obra imigrante, como é o caso da Agricultura, do sector dos Transportes, entre outros.

Por outro lado, o sector terciário tem vindo a disputar com o da Construção o estatuto de principal pólo de concentração de estrangeiros activos nos Açores, o que está na base da recomposição profunda que a repartição sectorial dos imigrantes empregados conheceu ao longo dos anos mais recentes. A importância ganha pelos sectores da Hotelaria e Restauração e pelo dos Serviços de natureza económica, em geral, parece ficar a dever-se, assim, quer ao reforço dos fluxos de imigrantes de nacionalidade brasileira - detentores de competências e qualificações facilmente transferíveis para estes sectores

específicos - quer ainda por alguma mobilidade profissional de uma significativa percentagem de imigrantes que já residem na Região há quase uma década.

Nesta medida, podemos dizer que a integração dos imigrantes no mercado de trabalho açoriano – tanto no sector da Construção como nalguns ramos dos Serviços – parece resultar, essencialmente, das preferências dos empregadores, que encontram nos imigrantes maior disponibilidade para horários mais prolongados, menores exigências contratuais e até saberes mais específicos e uma flexibilidade laboral decorrente em alguns casos de maiores qualificações académicas, neste caso se atendermos aos oriundos do leste da Europa, os que apresentam maior discrepância entre os níveis académicos e profissionais.

Convém, no entanto, sublinhar que são os provenientes destas regiões, África, com excepção de Cabo Verde, e Europa de Leste, que registam uma tendência de declínio nos últimos anos, designadamente entre 2004 e 2008, datas que correspondem aos estudos que realizámos. De salientar, todavia, que alguns, necessariamente mais qualificados, integram também as profissões de maior estatuto, porventura colmatando lacunas dos nacionais, embora esta posição possa ter sido adquirida ao fim de algum tempo de permanência nos Açores, por via de um reconhecimento de competências e qualificações.

Retomando algo a que acima se aludiu, parece-nos ser, de novo, importante realçar que a integração, quer dos brasileiros quer de um segmento vindo da União Europeia, nalgumas actividades terciárias (como as Vendas, a Hotelaria e a Restauração), e que são compatíveis, de resto, com os recursos culturais que detêm e que estão em expansão na Região, é igualmente pautada pelas preferências dos empregadores, e pelas mesmas razões que

anteriormente apontámos. Aliás, e como foi possível concluir, através da análise a alguns indicadores relativos às condições que marcam a relação dos imigrantes com a esfera laboral, parece ser elevada a disposição dos imigrantes brasileiros para cumprirem modalidades de trabalho alternativas, como seja o desempenho de uma actividade secundária ou a realização de horas extraordinárias.

Como foi referido em capítulo próprio, parte dos imigrantes da União Europeia, um dos fluxos crescentes nos últimos anos, encontram outros motivos que não os laborais para a sua vinda para os Açores. São normalmente de idade mais avançada, como já referimos, mais mulheres do que homens, e a melhoria da qualidade de vida, que não propriamente do rendimento ou outras razões de ordem económica e financeira, parece estar na base da tomada de decisão de emigrar.

Globalmente satisfeitos com a sua integração social e relacionamento com a população local, os imigrantes, ainda que críticos com a política de imigração, principalmente a nível nacional, a permanência nos Açores não parece depender apenas destas avaliações. Importantes parecem ser também outros factores como as decisões já tomadas aquando da partida – considerada como provisória ou temporária – ou as reais possibilidades de inserção laboral, conformáveis com as expectativas de realização e ascensão económica e social que, em nosso entender, penalizam principalmente os naturais da Europa de Leste. Estes não só constituem o grupo em que é mais evidente é o desajustamento entre o capital escolar e o desempenho profissional, como é sobre eles que recaem os sinais mais evidentes de precariedade laboral, designadamente em termos de vínculo contratual, colocando-os, deste modo, numa situação de permanência bastante vulnerável.

Não admira, assim, que nos Açores, tal como aconteceu no continente português se vejam diminuir estes imigrantes. Ainda que, por outras razões, o mesmo parece estar a acontecer com os africanos, principalmente aqueles que se enquadram num segmento do mercado de trabalho pouco diversificado e de baixa qualificação, onde os cabo-verdianos, pela relativa estabilização numérica, podem ser uma excepção. Aqui a justificação parece estar mais intimamente associada às relações sociais com conterrâneos que vivem no continente, onde alguns residiram durante vários anos, sem que possamos negligenciar as recentes dificuldades no mercado de trabalho e, muito particularmente, o abrandamento sofrido pelo sector da Construção, o qual tem vindo a apresentar-se como o sector de absorção, por excelência, dos efectivos masculinos desta comunidade imigrante.

A possibilidade de num futuro próximo se verificar uma diminuição na população brasileira, o que não acontece por enquanto, bem pelo contrário, pode ficar a dever-se, de modo especial, às motivações destes à partida do país de origem. Ou seja, mesmo que se insiram em profissões compatíveis com as respectivas habilitações académicas ao fim de algum tempo de permanência, numa estrutura económica em mudança, o desejo de regressar parece ser uma meta a atingir por muitos deles. Assim se pode igualmente entender a aceitação, que neste grupo é mais representativa, e que acima referimos, de horários trabalho mais prolongados ou do exercício de mais do que uma actividade profissional. Se a intensidade dos fluxos regista uma tendência positiva, tal não significa que a permanência nos Açores venha a ser definitiva para uma parte significativa deste grupo.

No entanto, sabemos também pelos estudos sobre a problemática imigratória, em geral, que as decisões tomadas aquando da emigração contemplam, as mais das vezes, a ideia do

regresso, que mais tarde, em ambiente de integração ascendente, acaba por não se efectuar. Neste sentido, o país de origem distancia-se como realização e afirma-se no sonho - sempre adiado - do regresso, enquanto que a região de acolhimento, e o seu poder atractivo, joga o papel fundamental.

Diferentes nos surgem os anseios dos imigrantes da União Europeia e da Ásia, cuja permanência nos parece apresentar características de maior consolidação, tanto pelas características de integração no mercado de trabalho, como pelas motivações à partida, sendo que a vivência na região de acolhimento, onde as relações com a população local são, como para a generalidade dos outros grupos regionais, valorizadas bastante positivamente.

Assim, a permanência, tanto como a existência e a intensidade de novos fluxos, depende em grande parte do que os imigrantes nela possam realizar, em especial a nível profissional. Nos Açores, a questão fundamental está, pois, na capacidade de integração no mercado de trabalho, na compatibilidade entre os saberes e as competências adquiridas e a sua aplicação concreta, nas condições e vínculos laborais e na transformação social a ele associada, uma vez que não parecem existir outras razões de exclusão, de pendor social, apesar da insatisfação demonstrada pelas políticas imigratórias de âmbito nacional e até regional, ainda que estas sejam mais atenuadas.

A diversidade que caracteriza as sociedades das várias ilhas justifica que estas apresentem níveis de atracção distintos, cujo futuro como territórios de acolhimento só parece poder consubstanciar-se significativamente nas de maior dimensão, economicamente mais diversificadas e com maior transformação social e cultural, como a Terceira e, principalmente, S. Miguel.

Como linha de acção, parece-nos particularmente importante a definição e prossecução, a nível político e técnico,

de medidas de reconhecimento de qualificações, a par de todas as outras de âmbito mais social e de regulamentação e fiscalização do trabalho, que contribuam para uma maior integração social e económica dos imigrantes.

A opção pelas mesmas permitiria, em primeiro lugar, a simplificação e comprovação de diplomas obtidos no país de origem, acabando também, em segundo lugar, por promover um maior ajustamento entre a procura e a oferta de emprego, principalmente junto dos segmentos mais qualificados da população imigrante, que, deste modo, mais facilmente se inseririam em profissões mais especializadas, em conformidade com as tendências de desenvolvimento económico, social e cultural que são visíveis em algumas das parcelas do território açoriano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- INE, *Inquérito ao Emprego* (vários)
SREA, *Anuários Estatísticos* (vários)
SREA, *Indicadores Estatísticos* (vários).

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2002). "Imigração e mercado de trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Lisboa MTSS/DEPP, n.º 2, Lisboa MTSS/DEPP.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. (Coords.) (2002). *Os Movimentos Migratórios Externos e sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Colecção "Estudos e Análises", n.º 14, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (2004). *New Waves – Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2005). "Imigrantes de Leste em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 38, pp. 31-45.
- Brettell, C. B. e Hollifield, J. F. (eds.) (2008). *Migration Theory – Talking across Disciplines*, 2ª ed, New York, Routledge.
- Carneiro, R. (coord.) *et al.*, (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Chiswick, B. R., Lee, Y. L. e Miller, P. W. (2005). "A longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: a test of the immigrant assimilation hypothesis 1", *International Migration Review*, 39 (2).

- D'Almeida, André Corrêa (coord.), Norte, C., Mortágua, M. J., Rosa, M. J. V., Silva, P. D. e Santos, V. (2004). *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações - o caso Português*, Lisboa, SEF.
- Faist, T. (2000). *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Clarendon Press.
- Ferreira, E. S., Rato, H. e Mortágua, M. J. (2004). *Viagem de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, ACIME.
- Ferreira, E. C. D. (2008). "O início dos novos fluxos migratórios para os Açores e a situação socioprofissional dos imigrantes", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 17, pp. 257-271.
- Fonseca, M. L. (2003). "Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas", *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Harris, J. e Todaro, M. (1970). "Migration, unemployment and development: a two sector model", *American Economic Review*, 60, pp. 126-142.
- Kovács, I. (2005). *Flexibilidade e Emprego – Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Kritz, M. M. e Slotnik, H. (eds.) (1992). "Global interactions: migration systems, processes, and policies", in M. M. Kritz, L. L. Lim e H. Slotnik (eds.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-16.
- Machado, F. L. (2001). "Emigrados em Portugal", *Revista Con(m)textos de Sociologia – Noites de Sociologia*, 1, http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ef972bf35_1.pdf.
- Machado, F. L., (2002). *Contrastes e continuidades - Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

- Machado, F. L. *et al.* (2006). "Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica", *CIES e-Working Paper*, n.º 13/2006, http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP13_Machado-Matias_.pdf.
- Malheiros, J. M. (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2007). "Ukrainian Migration to Portugal. From Non-existence to One of the Top Three Immigrant Groups", www.migrationonline.cz, <http://aa.ecn.cz/img>.
- Massey, D. S. (1987). "Understanding Mexican migration to the United States", *American Journal of Sociology*, 92, pp. 1372-1403.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G, Kouaouci, A, Pellegrino, A, e Taylor, E. (1998). *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Clarendon Press.
- Massey, D. S. e España, F. G. (1987). "The social process of international migration", *Science*, pp. 237 e 733-738.
- MTSS (2007). *Livro Branco das Relações Laborais*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- OCDE (2007). *The Labour Market Integration of Immigrants in Portugal*, Brussels, OCDE/Employment Labour and Social Affairs Committee.
- Padilla, B. (2005). "Integration of Brazilian Immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities", *SOCIUS Working Papers*, n.º 1/2005, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*, *SOCIUS Working Papers*, n.º11/2004, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Peixoto, J. *et al.* (2006). *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção sócio-económica das imigrantes em Portugal*, Lisboa, SOCIUS/ISEG (mimeo).

- Peixoto, J. (2007). *Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal*, *Análise Social*, XLII (183), pp. 445-469.
- Piore, M. J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labour in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pires, R. P. (1999). "A imigração", in F. Bethencourt e K. Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-213.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta
- Pires, R. P. (2006). "A integração socioprofissional dos imigrantes: contextos e desafios", Comunicação apresentada à 11.^a Conferência Internacional Metropolis, Lisboa, 5 de Outubro de 2006.
- Portes, A. (1981). "Modes of structural incorporation and present theories of labour immigration", in M. M. Kritz *et al.* (ed.), *Global Trends in Migration. Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A. (1995). "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", in A. Portes (ed.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-41.
- Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais*, Oeiras, Celta.
- Portes, A. e Böröcz, J. (1989). "Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation", *International Migration Review*, 28 (3) , pp. 606-630.
- Rocha, Gilberta P. N. *et al.*, (2004). *Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais - Universidade dos Açores (policopiado).

- Rosa, M. J. V., Seabra, H. de e Santos, T. (2003). *Contributos dos "imigrantes" na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Lisboa, ACIME.
- Rosa, M. J. Valente, Silva, P. D. e Santos, V. (2004). *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações - o caso Português*, Lisboa, SEF.
- Salt, J. (1989). "A comparative overview of international trends and types - 1950-80", *International Migration Review*, 23 (3), pp. 431-456.
- Slotnik, H. (2003). "Théories sur les migrations internationales", in G. Caselli, J. Vallin e G. Wunsch (dir.), *Démographie : analyse et synthèse. Les Déterminants de la Migration*, Vol. 4, Paris, Institut National D'Études Demographiques, pp. 55-78.
- Tomás, Licínio M. V. (2003). *Novos Velhos. Idade e Actividade na Conjugação dos Tempos de Trabalho*, dissertação de doutoramento, Ponta Delgada, Universidade dos Açores (policopiado).

ANEXOS

Anexo I: Questionário



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Centro de Estudos Sociais



Governo dos Açores

PERFIS E TRAJECTÓRIAS DOS IMIGRANTES NOS AÇORES

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|----------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Região de Origem: | África _ _ | América Central e Sul _ _ | U.E _ _ | Resto da Europa _ _ | Ásia e outros _ _ | | | | |
| Ilha da Entrevista: | (SMA-1) _ _ | (SMG-2) _ _ | (TER-3) _ _ | (GRA-4) _ _ | (SJO-5) _ _ | (PIC-6) _ _ | (FAI-7) _ _ | (FLO-8) _ _ | (COR-9) _ _ |

I – CARACTERIZAÇÃO

1. Sexo: Masculino |_|_| (1) – Feminino |_|_| (2)

2. País de origem _____

2.1 Onde se encontrava antes de vir para os Açores? _____

3. Ano de nascimento 19|_|_|

3.1. Idade:

| | | |
|--------|-------------------------------|--------------------------|
| Actual | Quando saiu do país de origem | Quando chegou aos Açores |
| _ _ | _ _ | _ _ |

4. Estado civil

| | Quando saiu do país | Actualmente |
|-------------------------------|---------------------|-------------|
| 1. Solteiro | _ _ (1) | _ _ (2) |
| 2. Casado | _ _ (1) | _ _ (2) |
| 3. Junto ou em união de facto | _ _ (1) | _ _ (2) |
| 4. Divorciado/Separado | _ _ (1) | _ _ (2) |
| 5. Viúvo | _ _ (1) | _ _ (2) |

5. Tem filhos?

1- Sim |_|_| (1) 1.1. Quantos? |_|_| | 1.1.1 Quantos vieram consigo? |_|_| | (1)

2- Não |_|_| (2) 1.1.2 Quantos vieram depois da sua vinda? |_|_| | (2)

1.1.3 Quantos nasceram nos Açores? |_|_| | (3)

6. Total de familiares que o acompanharam quando saiu do país de origem? |_|_| |

7. Nível de escolaridade do próprio e do cônjuge antes de sair do país de origem e actualmente:

| | Antes | Actualmente |
|--------------|-------|-------------|
| 7.1. Próprio | _____ | _____ |
| 7.2. Cônjuge | _____ | _____ |

8. Com quem vive actualmente (situação familiar)?

- Só |_|_| (1)
- Apenas com o cônjuge/ companheiro(a) |_|_| (2)
- Com o cônjuge e filhos |_|_| (3)
- Com o cônjuge, filhos e outros familiares |_|_| (4)
- Com o cônjuge, familiares e outros não familiares |_|_| (5)
- Apenas com amigos/colegas |_|_| (6)
- Com os pais |_|_| (7)
- Só com os filhos |_|_| (8)
- Outra situação. Qual? _____ |_|_| (9)

II – MERCADO DE TRABALHO

As questões deste grupo, são de resposta obrigatória e devem ser preenchidas “em coluna”
respeitando o Percorso Migratório dos inquiridos (da Coluna I para a Coluna III)

| | Coluna I País de Origem (durante o último ano) | Coluna II Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Coluna III Situação actual |
|--|--|---|-------------------------------|
| 1. DESCREVA RESUMIDAMENTE O QUE FAZIA | | | |
| 2.PRINCIPAL MEIO DE VIDA | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
| 1. Trabalho | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 2. Subsídio de Desemprego | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 3. Reforma | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 4. Bolsa de Estudo | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 5. A cargo da família | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 6. Rendimentos pessoais | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 7. Outros casos (especificar) | | | |
| 3.SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
| 1. Empregado | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 2. Desempregado | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 3. Doméstica | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 4. Reformado | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 5. Estudante | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 6. Estudante-trabalhador | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 7. Inválido/incapacitado | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 8. Outra. Qual? | | | |
| 4.REGIME DE TRABALHO | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
| 1. Permanente | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 2. Temporário, mas regular (Sazonal) | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 3. Muito irregular/ocasional | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 4. Não se aplica | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 5.SITUAÇÃO NA PROFISSÃO | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
| 1. Trabalhador por conta de outrem | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 2. Conta própria com empregados | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 3. Conta própria sem empregados | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 4. Trabalhador familiar não remunerado | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 5. Outra (especificar) | | | |
| 6. Não se aplica | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 6.VÍNCULO LABORAL | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
| 1. Efectivo | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 2. Contrato a prazo ou a termo certo | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 3. Sem qualquer tipo de contrato | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |
| 4. Não se aplica | _ _ (1) | _ _ (2) | _ _ (3) |

| 7.FORMA COMO OBTEVE O EMPREGO | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
|--|---------------------------------------|--|-----------------|
| 1. Através de amigos/conhecidos portugueses | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 2. Através de outros membros da família/amigos do país de origem | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 3. Contacto directo com patrões portugueses | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 4. Contacto directo com empregadores do país de origem | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 5. Resposta a anúncio | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 6. Concurso Público | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 7. Através de inscrição num centro de emprego | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 8. Na sequência de acções de formação profissional | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 9. Criação do próprio emprego | _ (1) | _ (2) | _ (3) |
| 10. Outras situações (especificar) | _____ | _____ | _____ |
| 11. Não se aplica | _ (1) | _ (2) | _ (3) |

| 8.HORAS EXTRAORDINÁRIAS | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
|---|---------------------------------------|--|------------------|
| 1. Sim, remuneradas (média de horas por semana) | _ _____ Horas | _ _____ Horas | _ _____ Horas |
| 2. Sim, não remuneradas (média de horas por semana) | _ _____ Horas | _ _____ Horas | _ _____ Horas |
| 3. Não | _ | _ | _ |
| 4. Não se Aplica | _ | _ | _ |

| 9.ACTIVIDADE COMPLEMENTAR À PRINCIPAL | País de Origem (durante o último ano) | Situação nos Açores (nos primeiros 6 meses após a chegada) | Situação actual |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--|-----------------|
| 1. Sim, remunerada (especificar) | _ | _ | _ |
| 2. Sim, não remunerada (especificar) | _ | _ | _ |
| 3. Não | _ | _ | _ |
| 4. Não se aplica | _ | _ | _ |

III – MOTIVAÇÕES

1. Qual o principal motivo por que deixou o país de origem? (Indicar o principal; uma só resposta).

1. Para acompanhar/juntar à família |_| | (1)
2. Por motivos económicos/emprego |_| | (2)
3. Por motivos de estudo |_| | (3)
4. Por “espírito de aventura” |_| | (4)
5. Outros motivos. Quais? _____ |_| | (5)

2. O produto do trabalho que realizava no país de origem era suficiente para garantir o seu sustento e/ou da sua família? (Ler as Opções; uma só resposta)

1. Completamente |_| | (1)
2. Razoavelmente |_| | (2)
3. Insuficiente |_| | (3)

3. A sua saída do país de origem foi: (uma só resposta)

1. Por iniciativa própria/familiar |__| (1)
2. No âmbito das estratégias do empregador para quem trabalhava |__| (2)
3. Através do recrutamento feito por um empregador português |__| (3)
4. Outra situação. Qual? _____ |__| (4)

4. Quando saiu do seu país, como o fez? (Ler as opções; uma só resposta)

1. Com dinheiro próprio |__| (1)
2. Com dinheiro emprestado por familiares |__| (2)
3. Com dinheiro emprestado por outras pessoas |__| (3)
4. Com recurso à banca |__| (4)
5. Outra. |__| (5) 5.1. Qual? _____

IV – MODALIDADE DE IMIGRAÇÃO E PERCURSO MIGRATÓRIO

1. Em que ano saiu do seu país de origem? |__| |__| |__| |__|

2. Qual foi o seu primeiro destino?

1. Portugal Continental |__| (1)
2. Açores |__| (2) 2.1. Ilha _____
3. Outro país. |__| (3) 3.1. Qual? _____

3. Em que ano chegou aos Açores? |__| |__| |__| |__|

4. Qual o principal motivo por que escolheu os Açores como destino de imigração?

(Indicar o principal; uma só resposta).

1. Reagrupamento familiar |__| (1)
2. Oportunidade de emprego |__| (2)
3. Para estar próximo de outras pessoas do país de origem |__| (3)
4. Melhor qualidade de vida para si/família |__| (4)
5. Outro motivo. Qual? _____ |__| (5)

V – AVALIAÇÃO DO PRESENTE E PERSPECTIVAS FUTURAS

1. Que avaliação faz da sua permanência nos Açores, relativamente aos seguintes aspectos:

(Ler sempre as opções de resposta para cada uma das linhas; uma só resposta por linha)

| Aspectos | Bom | Razoável | Insuficiente | Mau | Ns/Nr |
|--|---------|----------|--------------|---------|---------|
| 1 Estabilidade no emprego | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 2 Salários auferidos | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 3 Políticas de imigração a nível nacional | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 4 Actuação do Governo Regional em matéria de imigração | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 5 Relações com a população local | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 6 Relações no local de trabalho | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 7 Segurança Social | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |
| 8 Habitação | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) | __ (5) |

2. Quando saiu do seu país, quais eram as suas expectativas?

1. Regressar ao fim de algum tempo |__| (1)
2. Permanecer definitivamente fora |__| (2)
3. Não tinha nenhuma ideia |__| (3)
4. Ns/Nr |__| (4)

3. Como pensa que, nos Açores, irá evoluir a situação laboral? (uma só resposta por linha)

| Situação | Írá melhorar | Írá piorar | Írá manter-se | Ns/Nr |
|-------------------------|--------------|------------|---------------|---------|
| Dos imigrantes em geral | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) |
| Do próprio | __ (1) | __ (2) | __ (3) | __ (4) |

4. Em termos gerais, como avalia a sua vida nos Açores? (Ler as opções; uma só resposta)

- Muito boa |__| (1)
- Boa |__| (2)
- Razoável |__| (3)
- Má |__| (4)
- Muito má |__| (5)
- Ns/Nr |__| (6)

5. Gostaria de sair dos Açores?

- Sim |__| (1) 5.1. Para onde? _____
- Não |__| (2)
- Ns/Nr |__| (3)

5.2. Se Sim, porquê?

6. Pensa voltar para o seu país de origem?

- Sim |__| (1) 6.1. Se Sim, porquê? _____
- Não |__| (2) _____
- Ns/Nr |__| (3) _____

6.2. Se Sim, daqui a quanto tempo?

- Dentro de um ano |__| (1)
- Num futuro próximo |__| (2) 2.1. Quantos anos? |__| |__|
- Num futuro distante |__| (3) 3.1. Quantos anos? |__| |__|
- Ns/Nr |__| (4)

7. Se pudesse voltar atrás, voltaria a sair do seu país?

- Sim, sem dúvida |__| (1)
- Talvez o fizesse |__| (2)
- Não o faria |__| (3)
- Não pensei no assunto |__| (4)
- Ns/Nr |__| (5)

8. Se respondeu à opção 1 ou 2 (da Pergunta 7), escolheria de novo os Açores como destino?

- Sim, sem dúvida |__| (1)
- Talvez o fizesse |__| (2)
- Não o faria |__| (3)
- Não pensei no assunto |__| (4)
- Ns/Nr |__| (5)

Obrigada(o) pela sua colaboração!

O (A) Entrevistador(a): _____ Data: _____

Para a necessidade de uma eventual confirmação de dados, poderá facultar-nos o seu contacto?

Contacto: _____ ou Morada: _____

Anexo II: Imigrantes por Países de Origem (%)

| Países | % |
|------------------------|-------------|
| União Europeia | 18,5 |
| Alemanha | 3,6 |
| Áustria | 0,2 |
| Bélgica | 0,3 |
| Bulgária | 0,2 |
| Dinamarca | 0,7 |
| Espanha | 1,3 |
| Estónia | 0,3 |
| Finlândia | 0,8 |
| França | 2 |
| Grécia | 0,3 |
| Holanda | 0,8 |
| Itália | 2,3 |
| Lituânia | 0,2 |
| Polónia | 0,2 |
| Reino Unido | 1 |
| Roménia | 1,3 |
| Suécia | 3 |
| Resto da Europa | 18,9 |
| Croácia | 0,3 |
| Geórgia | 0,2 |
| Moldávia | 1,5 |
| Noruega | 1 |
| Rússia | 4,1 |
| Suíça | 0,2 |
| Ucrânia | 11,6 |
| África | 29,9 |
| Angola | 4,3 |
| Cabo Verde | 21 |
| Ghana | 0,2 |
| Guiné | 1,3 |
| Moçambique | 1,7 |
| Nigéria | 0,2 |
| São Tomé e Príncipe | 0,8 |
| Senegal | 0,2 |

| | |
|------------------------------|--------------|
| Zimbabwe | 0,2 |
| América Central e Sul | 26,9 |
| Argentina | 0,2 |
| Brasil | 24,8 |
| Chile | 0,2 |
| Cuba | 1,2 |
| Nicarágua | 0,2 |
| Venezuela | 0,3 |
| Ásia e Outros | 6,3 |
| Bangladesh | 0,7 |
| China | 3 |
| Índia | 0,8 |
| Japão | 0,5 |
| Paquistão | 1,3 |
| Total | 100,0 |

